

Memória,  
História e  
Literatura

# Luiz dos Santos Vilhena



Luciene Lages (org.)

Memória,  
História e  
Literatura

# Luiz Santos dos Vilhena



Luciene Lages (org.)

Universidade Federal da Bahia

Reitor

*João Carlos Salles Pires da Silva*

Vice-Reitor

*Paulo Cesar Miguez de Oliveira*

Assessor do Reitor

*Paulo Costa Lima*



Editora da Universidade Federal da Bahia

Diretora

*Flávia Goulart Mota Garcia Rosa*

Conselho Editorial

*Alberto Brum Novaes*

*Angelo Szaniecki Perret Serpa*

*Caiuby Alves da Costa*

*Charbel Niño El-Hani*

*Cleise Furtado Mendes*

*Evelina de Carvalho Sá Hoisel*

*Maria do Carmo Soares de Freitas*

*Maria Vidal de Negreiros Camargo*

Luciene Lages  
(org.)

Memória,  
História e  
Literatura

*Suiz Santos  
dos Santos  
Vilhena*

Salvador  
EDUFBA  
2020

2020, autores.  
Direitos para esta edição cedidos à Edufba.  
Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Capa e Projeto Gráfico

*Fábio Ramon Rego da Silva*

Revisão e Normalização

*Luciene Lages e José Amarante*

Sistema de Bibliotecas – SIBI/UFBA

Luiz dos Santos Vilhena : memória, história e literatura / Luciene Lages,  
organizadora. – Salvador : EDUFBA, 2020.  
216 p.

Contém biografia  
ISBN: 978-65-5630-068-9

1. Vilhena, Luís dos Santos, 1744-1814. 2. Biografia. 3. Bahia -  
História. I. Lages, Luciene.

CDD – 981.4

Elaborada por Jamilli Quaresma  
CRB-5: BA-001608/O

Editora afiliada à



ASOCIACION DE EDITORIALES  
UNIVERSITARIAS DE AMERICA  
LATINA Y EL CARIBE



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias



Câmara Bahiana do Livro

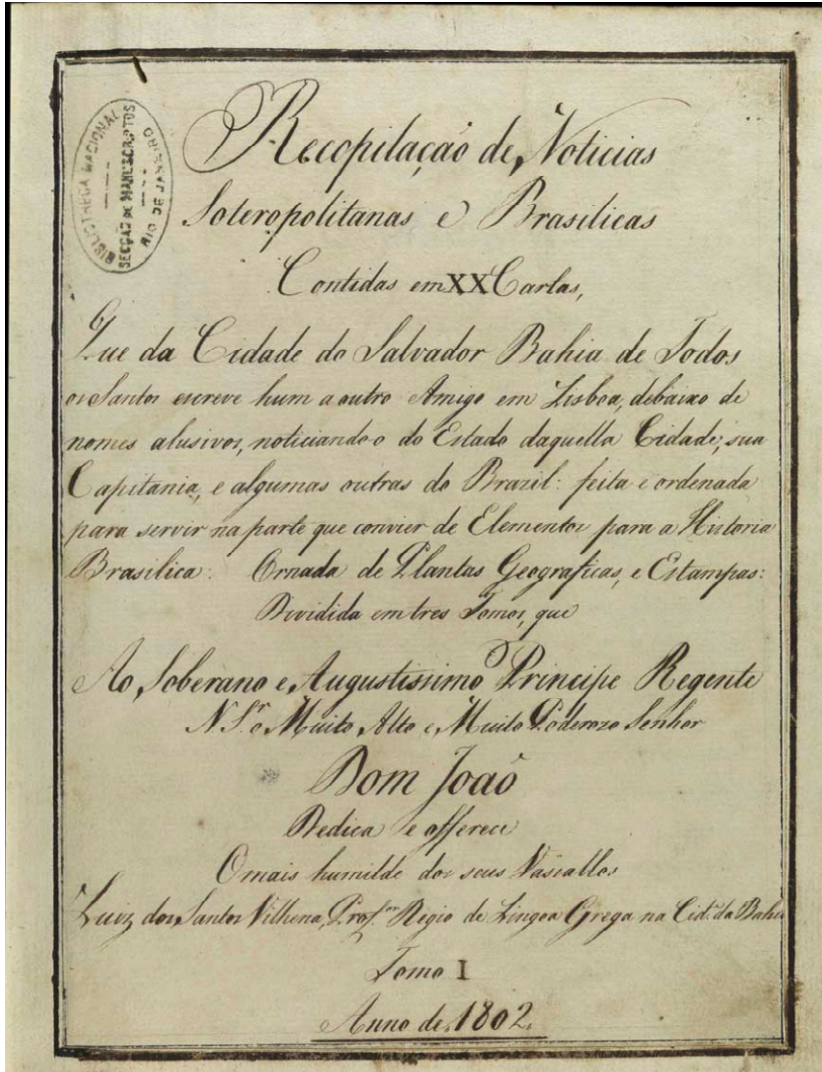
Editora da UFBA  
Rua Barão de Jeremoabo  
s/n – Campus de Ondina  
40170-115 – Salvador – Bahia  
Tel.: +55 71 3283-6164

*Não quero perder de vista o viajante de modo tal que o livro me pareça romance; nem tê-lo tão presente que me faça crer que estou lendo uma autobiografia. Quero o viajante em um meio termo, desaparecendo, quando é a vez da natureza, dos costumes, ou dos fatos, e aparecendo quando se torna preciso apreciá-los ou explicá-los.*

*Crítica Literária, Machado de Assis*



Figura 1 - Fac-símile da dedicatória do manuscrito de Vilhena



Fonte: Acervo digital da Fundação Biblioteca Nacional, Brasil





## LISTA DE FIGURAS E QUADROS

---

Figura 1	Fac-símile da dedicatória do manuscrito de Vilhena
Figura 2	Fac-símile do registro de batismo de Luiz dos Santos Vilhena, p. 1
Figura 3	Fac-símile do registro de batismo de Luiz dos Santos Vilhena, p. 2
Figuras 4a e 4b	Descrição do soldado Luiz dos Santos Vilhena nos Livros de Registros do Arquivo Histórico Militar Português
Figura 5	Dados gerais de Luiz dos Santos Vilhena nos registros do AHM, p. 1
Figura 6	Dados gerais de Luiz dos Santos Vilhena nos registros do AHM, p. 2
Figura 7	Registro de licenças médicas de Vilhena no AHM, p. 1

Figura 8	Registro de licenças médicas de Vilhena no AHM, p. 2
Figura 9	Registro da licença de Luiz dos Santos Vilhena para 'livre lecionar', em 1783
Figura 10	Registro da licença de Luiz dos Santos Vilhena para 'livre lecionar', em 1786
Figura 11	Fac-símile da carta de nomeação de Luiz dos Santos Vilhena para a cadeira de língua grega em Salvador
Figura 12	Extrato do manuscrito de nº 40 da Coleção Linhares
Figura 13	Extrato do manuscrito das Cartas de Vilhena
Quadro 1	Árvore genealógica da família Santos Vilhena
Quadro 2	Resumo dos assuntos das vinte e quatro cartas de Vilhena

---

## LISTA DE ABREVIATURAS

---

ADSTB	Arquivo Distrital de Setúbal
AHM	Arquivo Histórico Militar (Portugal)
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
AUC	Arquivo da Universidade de Coimbra
ABUC	Arquivo da Biblioteca da Universidade de Coimbra
AHEX	Arquivo Histórico do Exército (Portugal)
ANTT	Arquivos Nacionais da Torre do Tombo
APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
BN	Biblioteca Nacional (Brasil)
CL	Coleção Linhares
IGHB	Instituto Geográfico Histórico Brasileiro



# SUMÁRIO

<b>Nota Preliminar</b>	<b>15</b>
<b>Prefácio</b>	<b>19</b>
<i>“Escrevo cartas, e não história”. Da potência das cartas de Luís dos Santos Vilhena para a história do Brasil no século XXI</i> Rogério Rosa Rodrigues	
<b>Apresentação</b>	<b>31</b>
Luciene Lages	
<b>Capítulo 1</b>	<b>41</b>
<i>Memória e história em Vilhena: nos rastros de uma biografia</i> Luciene Lages	
<b>Capítulo 2</b>	<b>95</b>
<i>Notas sobre a crônica colonial e a recepção da literatura greco-latina nas Notícias Soteropolitanas e Brasíliaicas</i> José Amarante, Luciene Lages	
<b>Capítulo 3</b>	<b>129</b>
<i>A capitania de Sergipe no reformismo ilustrado Luso-Brasileiro de Luiz dos Santos Vilhena e Marcos Antônio de Souza no alvorecer do século XIX</i> Antônio Fernando de Araújo Sá	
<b>Capítulo 4</b>	<b>165</b>
<i>Documento nº 40 da Coleção Linhares da Biblioteca Nacional: outro manuscrito de Vilhena?</i> Wilma Santos de Siqueira	
<b>Índice Remissivo</b>	<b>197</b>
<b>Sobre os autores</b>	<b>213</b>



## NOTA PRELIMINAR

---

Para uma orientação geral, o leitor pode acompanhar as citações às passagens da obra de Luiz dos Santos Vilhena consultando a segunda edição organizada por Edison Carneiro e datada de 1969. A escolha dessa edição ao invés da primeira, organizada por Braz do Amaral em 1921, se pautou precisamente pela sua maior aproximação à ortografia atual, mais do que pelas pequenas modificações propostas por um e outro editor na transcrição dos manuscritos. A única exceção ocorre no último capítulo deste volume, que apresenta as citações diretamente transcritas dos manuscritos das cartas de Vilhena. Todos os grifos das citações são dos autores deste livro, exceto quando vier indicado. As referências bibliográficas estão



indicadas no final de cada capítulo; o padrão de normas técnicas adotado segue o estabelecido pela Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA).

As informações disponibilizadas neste volume sobre a obra, a carreira docente e os documentos pessoais do autor dependeram da investigação em acervos brasileiros e portugueses. As consultas presenciais, no Brasil, foram realizadas no Arquivo Público da Bahia e no Arquivo da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. Em Portugal, as consultas aconteceram na Torre do Tombo, no Arquivo Público da Universidade de Coimbra, no Arquivo Público da Biblioteca Geral de Coimbra, no Arquivo Histórico Militar Português, no Arquivo Público do Exército Português, no Arquivo Distrital de Setúbal.

As duas imagens utilizadas na composição da capa foram extraídas dos manuscritos de Vilhena: o fac-símile do desenho da cidade de Salvador composto pelo professor e o fac-símile da sua dedicatória ao príncipe D. João. Os três tomos da *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília*s estão disponíveis para consulta diretamente no Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Após os capítulos, o leitor tem à sua disposição uma nota “Sobre os Autores” que participaram da realização deste livro e um Índice Remissivo formado de nomes e assuntos abordados no volume e que permite ao leitor observar, nos capítulos, os temas em diálogo.

Resta agradecer o auxílio que recebi das arquivistas Marlene da Silva Oliveira, responsável pelo Laboratório de Microfilmagem do Arquivo Público da Bahia, e Maria Teresa Resende, da Torre do Tombo. Com a ajuda de ambas, consegui acessar os requerimentos de Vilhena durante o período que morou no Brasil e investigar os registros cartoriais que me levaram a encontrar a certidão de nascimento do professor.

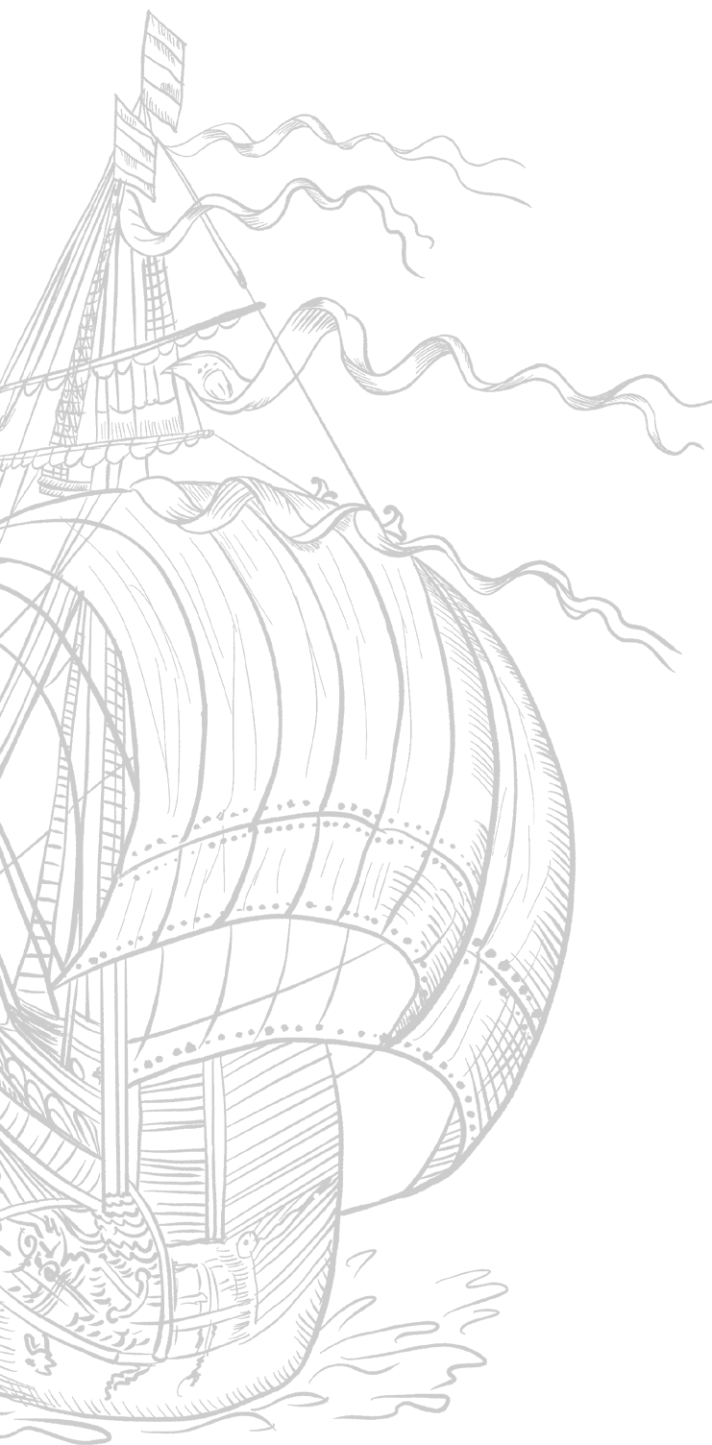
Uma parte desta pesquisa foi realizada durante meu estágio de pós-doutoramento, em 2018, sob a generosa supervisão da Professora Margarida Miranda, do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da

Universidade de Coimbra. Também cumpre registrar um agradecimento especial à Professora Maria de Fátima Souza e Silva, da Universidade de Coimbra, pela amizade com que me acolheu, apoiou e tornou minha estadia em Portugal muito frutífera e agradável.

Deixo também meus agradecimentos aos amigos Jacqueline Ramos, Rosana Baptista, Carlota Ibertis, Virgínia Lages, Tereza do Carmo, Antônio Hirsch, Paulo Marchelli, Luiz Rosalvo e José Amarante; alguns pela paciência em ouvir, outros em ler, e todos por estimular o desenvolvimento do projeto que resultou neste volume.

Quero ainda agradecer ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), pelo recurso concedido no edital Universal 2016, que possibilitou, entre outras coisas, a confecção deste livro. Do mesmo modo, agradeço à Universidade Federal de Sergipe (UFS) pelo apoio a meu trabalho como docente e pesquisadora.





# PREFÁCIO

---

Rogério Rosa Rodrigues



*“Escrevo cartas, e não história”<sup>1</sup>. Da potência das cartas de Luís dos Santos Vilhena para a história do Brasil no século XXI*

Na abertura que Plutarco faz sobre a trajetória de dois líderes da Antiguidade – Alexandre e César – solicita ao leitor que não o desabone por omitir feitos grandiosos sobre esses homens ilustres, tampouco por ter abreviado parte dos fatos mais celebrados acerca dos seus feitos. A justificativa para tal escolha nos é dada da seguinte forma: “É que não escrevemos histórias, mas vidas”.<sup>2</sup> O próprio Plutarco se empenha em explicar a diferença. A história se

- 
- 1 A passagem é de Luiz dos Santos Vilhena. As citações utilizadas serão sempre da seguinte edição: VILHENA, Luiz dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Apresentação de Edison Carneiro, notas e comentários de Braz do Amaral. 3 v. Salvador: Editora Itapuã, 1969, p. 36.
  - 2 As citações de Plutarco são da edição organizada por François Hartog de prefácios de historiadores e textos sobre história (HARTOG, François. *A História de Homero a Santo Agostinho*. Comentários de François Hartog, tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 175).

encarregaria das ações mais célebres, como as grandes batalhas, as decisões políticas mais louváveis, ou os piores vícios de homens ilustres. A apreensão da vida, por sua vez, implica buscar, na trajetória dos grandes homens, os detalhes, tais como “um breve feito, uma palavra, uma brincadeira”.<sup>3</sup>

Firme à sua tentativa de separar-se da escrita dos grandes historiadores da época, tais como Heródoto, Tucídides e Cratipo, compara a escrita que hoje denominamos de biográfica com a tarefa de um artista: “como os pintores salientam as semelhanças a partir do rosto e das formas visíveis em que se manifesta o caráter, preocupando-se menos com as outras partes, assim também deve-se permitir-nos penetrar antes nos sinais da alma e, através disso, desenhar a vida de cada um, deixando a outros as grandezas e os combates”.<sup>4</sup>

A contraposição entre biografia e história, tal como anunciada por esse homem contemporâneo dos imperadores da dinastia flaviana em Roma, não deve nos desviar, por outro lado, das profundas semelhanças que guardam entre si. Embora por métodos diversos, historiadores e biógrafos da Antiguidade concebem a história como um repertório moral que visa instruir os cidadãos sobre as virtudes e os vícios a serem imitados no presente. Tal concepção de história oferece pistas suficientes para diferenciarmos a produção de narrativas de caráter histórico na Antiguidade, daquela que hoje nomeamos como História, com maiúscula.

A escrita da História firmada apenas na vida de homens ilustres há décadas é questionada pela comunidade de historiadores e historiadoras, assim como a perspectiva da história *magistra vitae* deixou de ser o vetor da narrativa historiográfica desde o advento da modernidade europeia, que substituiu a pluralidade e singularidade dos exemplos pelo conceito de progresso. Conceito esse que também se encontra bastante desacreditado como referência temporal no

---

3 Hartog (op. cit., p. 175).

4 Hartog (op. cit., p. 175).

laboratório dos historiadores contemporâneos, visto que legou à humanidade catástrofes com poder de destruição mundial.

Um dos aspectos curiosos do esforço de Plutarco em distinguir suas narrativas daquela efetuada por historiadores de sua época, é que hoje ele é popularmente conhecido como historiador. As biografias cruzadas que fez sobre os grandes homens da Antiguidade não apenas são classificadas como história, como também são fontes de pesquisa, relatos biográficos e testemunho de época, ou seja, “Vidas Paralelas” não só contraria o desejo de Plutarco, como vai além daquilo que se propunha. A recepção de sua obra, bem como sua permanência após séculos de mudanças na forma de produzir e narrar histórias, reconhece o frescor de sua iniciativa e o mantém como um dos monumentos mais importantes de acesso à vida de homens ilustres, mas também de personagens que transitaram à margem de sua narrativa, como mulheres e escravos. É por meio das pegadas deixadas por Plutarco que hoje conhecemos detalhes sobre a vida de Cornélia, Agripina, Júlia, Líbia, Fúlvia e tantas outras mulheres que transitaram na vida dos homens poderosos de Grécia e Roma.

A alegação de Plutarco, bem como a potencialidade de sua obra na atualidade, nos convida a refletir sobre o livro que ora chega às mãos do leitor e da leitora. Isso porque se trata de análise de vida e obra de alguém, que, na virada do século XVIII para o XIX, redigiu um volumoso trabalho de compilação de crônicas, notícias históricas, dados geográficos, populacionais, administrativos e comerciais sobre o território brasileiro, à época sob o domínio português. Embora revestido de caráter histórico, foi narrado em formato de cartas. Mas antes que mobilizemos o que entendemos por ‘carta’ no século XXI, o breve olhar para o título e dedicatória já nos convida ao estranhamento que modera o anacronismo:



RECOPILAÇÃO DE NOTÍCIAS SOTEROPOLITANAS E BRASÍLICAS contidas em XX Cartas, que da Cidade de Salvador, Bahia de Todos os Santos, escreve um a outro amigo em Lisboa, debaixo de nomes alusivos, noticiando-o do estado daquela Cidade, sua Capitania, e algumas outras do Brasil; feita e ordenada para servir, na parte que convier, de elementos para a história brasílica; ornada de plantas geográficas e estampas; DIVIDIDA EM TRÊS TOMOS que ao Soberano e Augustíssimo Príncipe Regente Nosso Senhor o muito Alto e muito Poderoso Senhor Dom João dedica e oferece o mais humilde dos seus vassallos Luís dos Santos Vilhena Professor Régio de Língua Grega na Cidade da Bahia Ano de 1802.<sup>5</sup>

Não bastasse o estranhamento com o tamanho do título, o leitor contemporâneo que passeia pelas páginas dessa obra descobre que as cartas adotam um destinatário de nome grego, Filopono, e é assinada por alguém que se identifica como Amador Veríssimo de Aleteya. Não havia nesse recurso, nenhuma tentativa de esconder a identidade do autor. Vilhena, como vimos, se apresenta na dedicatória. O que temos é o uso de um recurso retórico que permite ao então professor régio de língua grega mobilizar seu conhecimento da cultura clássica e colocar-se a serviço da realeza portuguesa, informando-a daquilo que em terra brasílica tinha visto, ou ouvido por testemunhas confiáveis. Portanto, essa obra mobiliza um jogo complexo que articula – em formato do que hoje denominamos história – crônica, geografia, estatística e ficção. Tudo isso na estrutura a que ele denomina de Cartas. Trata-se, portanto, de um texto que se insere em tradição epistolar, das quais as cartas jesuíticas são as mais conhecidas para a mesma época, porém suspeito que o gênero epistolar construído por Vilhena é muito singular. Seguramente se diferencia na forma e na tradição do gênero, tal como constituído pelos seguidores da ordem criada por Ignácio de Loyola. Isso ocorre, entre outros fatores, pelo diálogo direto que ele mantém com pensadores da Antiguidade como Isócrates, Sêneca, Cícero e Plutarco.

---

5 Ver Vilhena (op. cit., Nota Preliminar da Editora Itapuã).

E é neste ponto que volto a Plutarco, autor diretamente citado por Vilhena. Ao solicitar a confiança de Filopono de que as notícias que enviava fossem recebidas como informações meticulosas, busca, ao mesmo tempo, distingui-la de uma narrativa histórica. Isso porque, acrescenta, “escrevo cartas, e não história”. A complexidade dessa narrativa, diante do olhar do leitor contemporâneo, só aumenta, pois algumas cartas possuem mais de 50 páginas, inclui dados históricos como tabelas de preços e mapas, convoca a legitimidade do testemunho ocular para autenticar a verdade do que noticia, é remetida para um destinatário imaginário, Filopono, e assinada por personagem fictício. E para complicar um pouco mais, sugere que emanavam do próprio Filopono as tarefas a que se dedicava com diligência e, muitas vezes, vencendo dificuldades de ordem técnica e logística, visto que na busca da exatidão, nem sempre encontrava fontes seguras para bem informar o amigo.

Não fosse o aspecto histórico das informações colhidas pelo cronista, bem como uma biografia que carrega os rastros da experiência de ser um homem, súdito da coroa e com passagem em diversas instituições no período colonial, as cartas de Vilhena tem a vantagem de nos permitir pensar a longevidade da cultura e retórica greco-latina nos círculos ilustrados do império português, em especial na Bahia de Todos os Santos, ou mais precisamente, no espaço que Vilhena nomeou de Soterópolis. Nome, que vale destacar, ainda é utilizado para designar Salvador, bem como os nascidos na cidade até a atualidade, isto é, soteropolitanos. O que constitui uma evidência, em si, digna de investigação, pois é no mínimo curioso que uma das cidades com maior número de descendentes africanos do país não só tenha recebido um nome grego, como este nome ainda seja usualmente empregado para designar quem por lá nasce.

A erudição de Vilhena, a complexidade de sua narrativa, as lacunas sobre sua biografia, a relevância histórica dos dados

por ele levantados, são aspectos que justificam o empenho da investigação que resultou nos capítulos deste livro organizado de forma meticulosa pela colega e amiga Luciene Lages. Não menos importante é sua recepção em autores como Gilberto Freyre, Edison Carneiro, Kátia Queiroz Mattoso, Victor Nunes Leal, Carlos Guilherme Mota e José Honório Rodrigues.<sup>6</sup>

E como toda boa pesquisa nasce de uma identificação entre pesquisadora e pesquisado, assim como de conversas despreziosas que são levadas a sério, aproveito para ressaltar algumas histórias que correram à margem dessa pesquisa e que, tal como os estreitos limites entre história, notícia e carta, na forma como é mobilizada por Vilhena, pode servir para informar o leitor e a leitora sobre os caminhos e descaminhos dessa aventura científica, e não menos literária, que resultou na pesquisa sobre as obras e a vida de Luís dos Santos Vilhena.

O primeiro aspecto que vale ressaltar é que esse trabalho nasceu por uma dupla identificação. Primeira: pesquisadora e pesquisado tiveram passagem por Salvador. Do século XVIII para o XIX e dando um salto para o XXI, Vilhena e Luciene viveram, estranharam e se encantaram com a cultura soteropolitana a ponto de fazerem dessa experiência objeto de observação e investigação. Segunda: foi devido à atuação que ambos tiveram como professor e professora de grego nesta cidade que nasceu a curiosidade pelo passado alheio. Curiosidade que resultou nas Cartas de Vilhena e que também se materializa no livro organizado por Luciene Lages.

Luciene começou sua pesquisa pelas informações que Vilhena dava sobre sua condição como professor régio. Isso ocorria enquanto ela ministrava aulas de língua e literaturas gregas e desenvolvia curso de extensão sobre a presença dos tragediógrafos

---

6 ALVES NETA, Amélia Saback. Filtro historiográfico: as cartas de Vilhena pela leitura de Braz do Amaral. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434392287\\_ARQUIVO\\_TextoparaaAnpuh2015word2003.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434392287_ARQUIVO_TextoparaaAnpuh2015word2003.pdf).

da Antiguidade no cinema contemporâneo. Nessa ocasião atuava como professora do Curso de Letras Clássicas do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (2007-2013).

Nesse sentido, pode-se dizer que mais que uma matéria de estudo, o primeiro passo dessa pesquisa foi um encontro entre dois colegas de profissão de distintos tempos, mas com dilemas e descobertas, em alguma medida, semelhantes. É como se aquelas cartas redigidas por Vilhena fossem endereçadas não apenas a Filopono, mas também a leitores e leitoras do futuro, que nelas poderiam reconhecer-se, não tanto pelas notícias de época que continham, mas pelos apelos, angústias e solidão que margeavam a iniciativa de fazer-se correspondente de um destinatário de nome grego que ele elegeu como seu principal interlocutor.

Quando Luciene Lages empenhou-se na investigação da vida de Luís de Santos Vilhena, deslocando-se até Portugal para escavar documentos inéditos, o fez movida não só pelo desejo de exatidão, mas pela curiosidade em confidenciar com Vilhena sobre as notícias do que significava viver na Bahia e, mais que isso, em atuar nessa cidade como docente de língua e cultura grega. Ali começa seu percurso como pesquisadora com forte vínculo com a pesquisa de arquivo e a narrativa que se vincula ao campo da História. Mas para além disso, começa também uma amizade, uma troca de cartas imaginárias, cujas perguntas a levaram a folhear os textos de Vilhena, a cavoucar arquivos no Brasil e em Portugal, a arrebanhar novos parceiros e parceiras de pesquisa e, ao fim, transformar tudo isso nos textos que compõem este livro.

O contato com o soteropolitano, para ser mais preciso naquilo que chamei acima da experiência de viver na Bahia, é outro elemento que propiciou o encontro de Luciene com Vilhena. A investigação de Luciene foi movida, inicialmente, pela curiosidade em saber de onde provinha o nome grego adotado para nomear a cidade e seus filhos. Em um primeiro encontro que tivemos na cidade de São Jorge dos Ilhéus, lembrei-me de ter tido contato com a informação de que

fora obra de Luís dos Santos Vilhena, sendo que minha fonte fora o historiador José Honório Rodrigues. Essa informação, por sua vez, chegou a mim por atuar como professor de historiografia e teoria da história na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) em São Jorge dos Ilhéus (2008-2011) e empreender uma investigação sobre a cultura e a política baiana na Primeira República.

Reconstruo esse itinerário para que o leitor e a leitora percebam como são intrincadas as vias que conduzem a uma matéria de pesquisa. Para além dos métodos, dos arquivos, dos referenciais teóricos e exposição narrativa, ela também é feita de acasos. É tanto o fruto de decisões e escolhas, como também de encontros afetuosos como o que deu origem a amizade e projetos coletivos entre Luciene, eu e os colegas de Sergipe e Bahia com os quais ela celebra esta publicação. Esse conjunto de reflexões mostram o quanto as cartas de Vilhena ainda são capazes de provocar questões para essa terra que tanto mudou desde suas notícias a Filopono, mas que também abriga no seu presente tantas marcas do passado, tal como as heranças da escravidão e do patriarcalismo que vigiam, e vigem, em nosso país. E sobre isso, gostaria de tecer algumas palavras, visto que aparece nas notas de pesquisa da presente publicação, mas por motivos diversos, não puderam ser desenvolvidas.

Conta-nos Luciene Lages que, no testamento de dona Maria Antônia, esposa de Vilhena, constava como herança a ser distribuída a instituições religiosas e pessoas do alto escalão político de Soterópolis 8 escravizados, sendo 5 adultos e 3 crianças ou adolescentes. Essa herança é registrada da seguinte forma: a) ao convento de N. Sra. da Piedade o escravo Tubias; b) a libertação da escrava Fortunata e o filho Eduardo, c) à filha de um desembargador deixou “um crioulinho” de nome João Baptista para lhe servir por 15 anos.

Não menos interessante é observar que, no momento de sua partida de Portugal para o Brasil, no ano de 1787, Vilhena

trazia consigo a esposa, Maria Antônia, uma “Prêta forra e uma Cria Parda”.<sup>7</sup> Nada sabemos sobre como Vilhena conseguiu autoridade sobre os corpos dessas mulheres. Tampouco temos notícias de como aumentou o número de escravizados e escravizadas com os recursos que recebia como professor régio em terras soteropolitanas, isso porque além de parques nem sempre eram pagos no prazo regular. Também não sabemos o destino dos escravizados e escravizadas após serem transferidos a outros senhores e libertos. Se essa história é feita de lacunas é também portadora de algumas certezas. Uma delas é que as vidas e o destino desses homens, mulheres e crianças estiveram durante muito tempo atrelados aos de Vilhena e família, e que em alguns casos essa dominação se prolongou após a morte dele e de sua esposa, isso porque, como vimos, algumas cartas de manumissões estabeleciam regras estritas de cuidado e obrigação que mantinham esses sujeitos atrelados a instituições e pessoas nomeadas pelo proprietário.

Outra informação que se pode constatar com boa margem de segurança é a) que a mulher de Vilhena, Maria, chegou a Salvador na condição de esposa com 15 anos de idade; b) que juntos retornaram a Portugal somente em 1799 para tratamento da saúde de Vilhena; c) que por volta de 1801 e 1802 Vilhena conseguiu a jubilação no cargo e, d) que devido a complicações das guerras napoleônicas retornaram ao Brasil em 1808. Devido às condições extraordinárias da viagem pelo atlântico em 1808, foi preciso solicitar um passaporte em nome das mulheres, e nessa ocasião, além de Maria Antônia aparece nomeada uma “Prêta forra” de nome Joanna Maria. Quem era essa mulher? Como ela se tornou cativa de Vilhena? É a mesma mulher que com ele e esposa chegaram ao Brasil em 1787, no contexto de sua fixação na cidade de Salvador? Que destino tiveram Fortunata, Eduardo, Tubias e João Baptista?

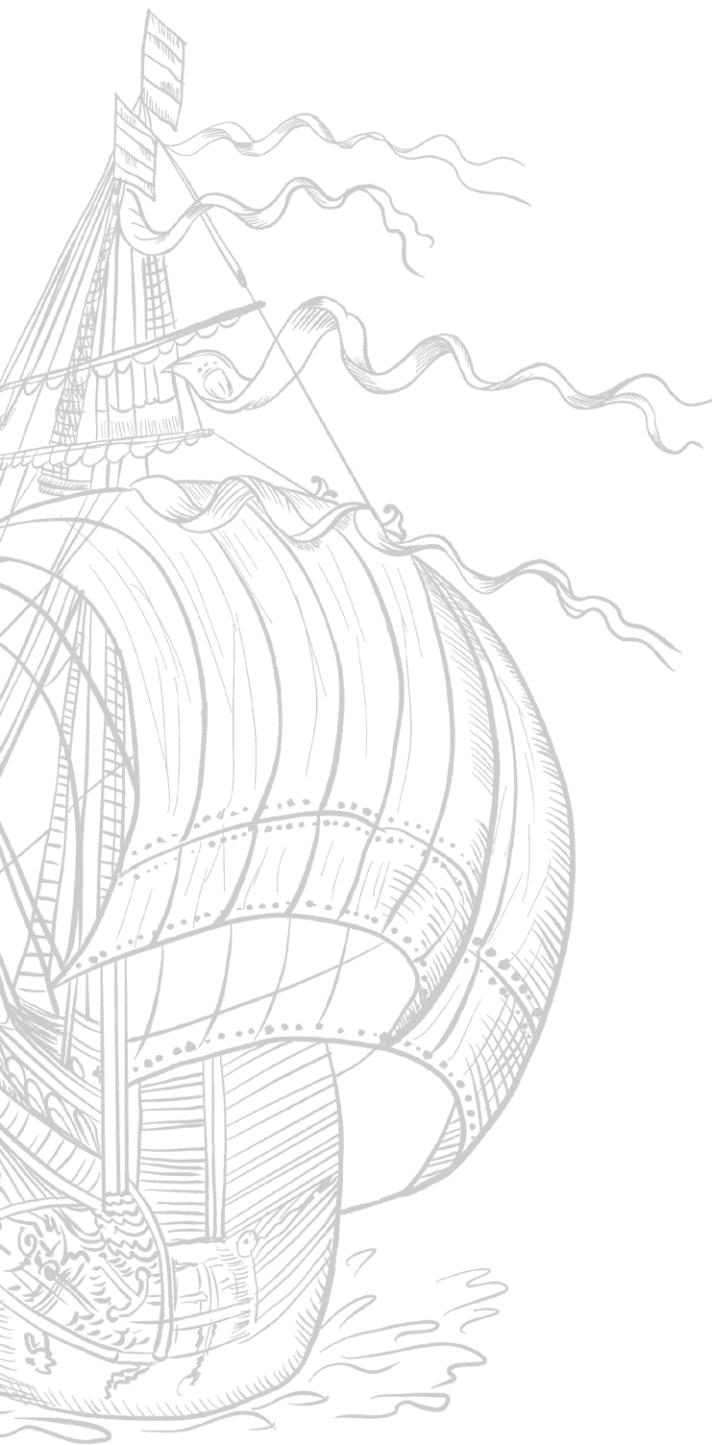
---

7 Informação retirada da petição de passaporte de Vilhena e família, expedida em 1787 pela Mesa de Inspeção de Portugal. Sobre os pedidos de autorização para viagens e outros dados citados, ver capítulo de Luciene Lages.

Embora com muitas lacunas, outra questão que parece pacífica a partir desses dados é que a subjugação da mulher – o que podemos alegar – era antes regra que exceção no contexto da Ilustração europeia. Mas isso não nos impede de problematizar o fato de que em suas correspondências paira completo silêncio sobre a vida dessas mulheres. Se Vilhena tanto se queixou dos problemas de saúde, da baixa remuneração que recebia, das condições de vida em Soterópolis, como não deve ter sido a vida dessas mulheres escravizadas, forras e mesmo da esposa Maria Antônia?

Não é o caso de anacronicamente exigir de Vilhena o registro de uma sensibilidade para com o feminino própria do século XXI, mas ressaltar essas questões em livro que deixa tantas pistas é lançar um desafio para que novas pesquisas apareçam a partir das margens e lacunas apresentadas nesta publicação. Pois este é o maior tributo que a ela pode ser feito: continuar o caminho onde se instalou pouso para descanso. Mas para além disso, creio que fazer esse registro é também radicalizar a própria estratégia narrativa de Vilhena. Se ele criou um destinatário para ocupar seus dias em Soterópolis, se foi capaz de se assumir como vassalo e informante do rei, se com tanta presteza noticiou e registrou o que viu, ou o que de outros ouvira, cabe a nós, no nosso tempo, escolher a que personagens serviremos, a quem dedicaremos nossos esforços de pesquisa, a quem confidenciaremos nossa solidão, a quais sujeitos vincularemos nossas narrativas sobre o passado e, quais notícias, por fim, reportaremos aos homens e mulheres do presente e do futuro. Com mais liberdade que Vilhena nos encontramos hoje para fazer essa escolha.

Florianópolis, primavera de 2020



# APRESENTAÇÃO

---

Luciene Lages





Este livro é resultado de uma pesquisa iniciada há alguns anos. Durante o tempo em que vivi na cidade de Salvador, enquanto lecionava no Instituto de Letras da UFBA, Vilhena surgiu aos poucos para mim. Lembro-me de que, em uma conversa informal, e instigada pela curiosidade de saber quem havia cunhado o gentílico 'soteropolitano', o amigo e historiador Rogério Rosa fez alusão às "Notícias Soteropolitanas e Brasílicas" de um certo Luiz dos Santos Vilhena. Algum tempo depois, procurei a obra, e aquela curiosidade se tornou menor diante de outras surpresas com as quais me deparei ao ler as Cartas do cronista.

O estímulo inicial para o desenvolvimento da pesquisa que resultou neste livro surgiu a partir de minha experiência como docente nas classes de Filologia Românica no curso de Letras de Itabaiana, da Universidade Federal de Sergipe. Primeiramente, através de estudos voltados para a edição de textos, passei a investigar, com os discentes do curso, o manuscrito da carta VIII,

sobre a educação, e o manuscrito da carta XVI, sobre a comarca de Sergipe Del Rey. Posteriormente, nos dedicamos à comparação entre o manuscrito e suas edições: a primeira, de 1921, de Braz do Amaral; e a segunda, de 1969, de Edison Carneiro.

Os exercícios de crítica textual colocaram em jogo a necessidade e a vontade de conhecer mais profundamente o autor e sua obra, de forma que se seguiu a tarefa de dar estrutura à pesquisa por meio de um projeto que foi, oportunamente, aprovado pelo edital Universal do CNPQ, em 2016. A pesquisa se fez em etapas e, desde 2015 até o presente ano, gerou relatórios de 8 orientações de iniciação científica (PIBIC), 3 orientações de trabalho de conclusão de curso e 1 orientação de mestrado. As trocas com os discentes estimularam os desdobramentos da investigação, de modo que essas contribuições foram importantes para a sistematização dos dados acerca de Vilhena e de sua produção escrita.

Luiz dos Santos Vilhena e sua obra ocupam um lugar de transição. A própria composição de suas missivas está situada em um período histórico de transformações, localizado no final do século XVIII e início do XIX (1798-1802). Esse período é determinante na história de Portugal, com reflexo em suas colônias, porque, entre outros aspectos, a partir da segunda metade do XVIII, a nação: convive com os ideais iluministas; explora o tráfico negreiro; adota as reformas propostas pelo Marquês de Pombal; instaura a regência do Príncipe D. João em virtude da insanidade, atestada por 17 médicos, da rainha-mãe, D. Maria I. E, no início do século XIX, o Príncipe regente migra com sua corte para a colônia brasileira, no ano de 1808, em fuga, por causa do avanço das tropas napoleônicas em Portugal.

Todos esses fatos influenciam o percurso de Vilhena, visto que, por causa da reforma pombalina, se consolida o ensino régio. Durante esse período, Vilhena presta exames para 'livre ensinar', passa a lecionar latim e grego como professor independente e é

nomeado para ocupar a cadeira de língua grega na capitania da Bahia (1787). Outro fato determinante a ser considerado é o de que, apesar de já estar jubilado desde 1801, Vilhena e a esposa, Maria Antônia, fazem parte da ‘massa de portugueses’ que acompanham a mudança da Coroa para a colônia brasileira em 1808.

As 24 cartas são uma recopilação de notícias sobre a capitania da Bahia e de notícias sobre outras partes das terras brasílicas. A forma epistolar era um gênero consolidado no século XVIII, mas é provável que Vilhena tenha tido acesso à obra de Luís Antônio Verney, o “Verdadeiro Método de estudar, para ser útil à República e à Igreja”, publicada em 1746. Recheada de ideias de base iluminista, a obra consiste em 16 cartas escritas sob um pseudônimo e endereçadas a um destinatário, também em forma de pseudônimo.

Vilhena, do mesmo modo, estrutura seus escritos na forma epistolar, faz uso de pseudônimos para o remetente e o destinatário, apresenta reflexões em que transparece a influência dos ideais iluministas. Suas cartas foram elaboradas em concordância com outras estratégias discursivas – comuns em obras do período – como a utilização de nomes, metáforas e alusões de raízes greco-latinas. A configuração das notícias sobre as terras brasílicas apresenta descrições e explicações acompanhadas de críticas e sugestões, que, entre outras formulações, buscam melhorar o sistema político e econômico, o trato com os habitantes, a distribuição de terras. Para autores como Leopoldo Jobim, a recopilação compõe “um painel da sociedade brasileira desde a descoberta do Brasil até os últimos anos do século XVIII”.<sup>1</sup> (JOBIM, 1982, p. 251)

Esse painel se movimenta no espaço entre a literatura e a história compondo um cenário de memórias do período colonial. Vilhena investiga documentos, manuscritos, inscrições de igrejas, cemitérios e prédios públicos, em busca de informações para

---

1 As referências completas utilizadas nas citações podem ser encontradas no capítulo 1.

fomentar os assuntos abordados nas cartas. Como exemplo, basta observar o trecho da carta I, em que dá a seguinte notícia sobre a inscrição gravada, em uma sepultura na entrada da porta principal da igreja de N. S. da Vitória: “Aqui jaz Afonso Rodrigues natural de Óbidos, o primeiro homem que casou nesta terra; faleceu na era de 1561”. (VILHENA, 1969, p. 37) Na mesma carta, apresenta suas impressões sobre a população, sendo curiosa a digressão que faz sobre as mulheres:

O ordinário das mulheres deste país é serem meigas, e chulas; entre as vulgares há muitas que nada devem às feias, e o não terem quem as sustente, e trate, e o não haver em que se ocupem, de que fazem mau uso, para poderem subsistir; assim como há também muitas, que vistas de noite pelas ruas, passam pela calúnia de dissolutas, quando aliás são honestas, e virtuosas; obrigando-as aquêles egressos noturnos o não terem quem de dia lhes vá comprar o sustento, e tudo o mais de que precisam. (VILHENA, op. cit., p. 55)

É fato que o cronista procura, em suas observações, retratar costumes e apontar os problemas que vê na má administração do comércio e da economia e que afetam diretamente os comportamentos sociais. A questão da preocupação com a pobreza da população de Salvador, lugar onde exercia sua profissão, é um tema retomado em vários momentos da obra. Em geral, Vilhena responsabiliza a má administração da Colônia por tal situação, como ocorre na carta III, em que trata sobre a ordem econômica e política do Governo da Bahia, e faz um alerta sobre o fato de que o celeiro público que foi criado para controlar o problema da fome em Salvador é pequeno e improvisado, e deveria ser ampliado a fim de poder abrigar mantimentos que pudessem sustentar o povo soteropolitano por mais de três meses. (VILHENA, op. cit., p. 124)

Em outros momentos, o cronista tece elogios ao que vê ou vivencia, como ocorre com a referência ao rio São Francisco,

que é chamado, em mais de um momento, de o “Nilo do Brasil”. Na carta XVI, quando descreve os limites que a antiga comarca de Sergipe Del Rey faz ao norte com a capitania de Pernambuco, afirma que o rio de S. Francisco é povoado por fazendas de gado “até perto da decantada cachoeira de Paulo Afonso com quem as catadupas do Nilo não poderão, talvez competir”. (VILHENA, op. cit., p. 572) Também é elogiosa a referência que faz na carta VIII, em que se propõe a dar informação a Filopono, um dos seus interlocutores, sobre a situação em que se acha a ‘literatura’ na cidade da Bahia:

Lembro-me, meu amigo, ter muitas vezes ouvido exagerar os grandes talentos, luzes e ciência dos naturais desta cidade que se têm aplicado aos estudos, e a experiência me veio mostrar tanto nos poucos que restam da abolida escola como nos da atual que querem aplicar-se, que nenhum favor lhes fazia quem os elogiava. (VILHENA, op. cit., p. 273)

O relato demonstra algum reconhecimento do empenho tanto de seus próprios estudantes, como podemos inferir, quanto de outros docentes brasileiros que ocuparam outras cadeiras e foram colegas de Vilhena no colégio de Salvador. É o caso de José da Silva Lisboa, responsável pela cadeira de filosofia, um exemplo “dos naturais” daquela cidade que se aplicou aos estudos e demonstrou “grandes talentos”, ou mesmo o sucessor de Lisboa na cadeira de filosofia, o clérigo Marcos Antônio de Souza. Uma última evidência que vale ressaltar acerca de sua obra é o seu caráter duplo como fonte; fonte primária, a partir dos relatos que viveu; e, fonte secundária, dos relatos compostos com informações em que consulta outras obras e testemunhos.

Este livro, então, se centra em algumas leituras da obra do cronista, e os seus colaboradores fizeram parte integral desse processo. A composição do volume é, pois, resultado de pesquisas, conversas e ideias trocadas, muitas vezes à distância,

mas que alimentaram objetivos em comum. Assim, ao longo dos anos, tenho trocado informações e conselhos bibliográficos com o historiador Rogério Rosa, razão pela qual o livro se enriquece com o prefácio, que generosamente o pesquisador aceitou fazer.

No primeiro capítulo, apresento o resultado de uma pesquisa biográfica a que me dediquei, em parte, durante o período de pós-doutoramento em Portugal, na Universidade de Coimbra em 2018. A pesquisa arquivística se deu em acervos brasileiros e portugueses e teve como objetivos: i) buscar documentos pessoais de fatos já conhecidos, e ii) preencher algumas lacunas sobre a vida do autor. Além de dados sobre a família de Vilhena, tentamos, por meio dos documentos, entender os meandros da vida de um professor régio no período colonial e pós-reforma pombalina.

O segundo capítulo, composto em colaboração com o latinista José Amarante, faz parte de uma longa e contínua parceria de amizade e interesse mútuo pelos estudos clássicos, iniciada quando fomos colegas na UFBA. As questões em torno da recepção clássica nos uniram e, somadas à história social das línguas clássicas no Brasil – tema já investigado por Amarante em seu doutorado –, serviram como estímulo para a composição de um capítulo que teve como foco os usos e a recepção da herança greco-latina na composição das memórias coloniais de Luiz dos Santos Vilhena.

O terceiro capítulo, do historiador Fernando Sá, apresenta um estudo comparativo sobre Sergipe a partir dos escritos de Vilhena e do clérigo Marcos Antônio de Souza. Quando me transferi para a Universidade Federal de Sergipe encontrei em Fernando Sá um generoso interlocutor: o historiador me aproximou mais da história, e as trocas, sugestões e indicações que resultaram de nossas conversas foram de grande auxílio na escolha de certos caminhos da pesquisa.

A última colaboradora deste volume, a mestrande Wilma Siqueira, apresenta os primórdios de uma investigação acerca

de um possível manuscrito de Vilhena a ser desvendado. Meu contato com a discente se iniciou através da disciplina de Filologia Românica, da qual se tornou monitora e, posteriormente, minha orientanda no PIBIC. De seu empenho e envolvimento com pesquisas sobre crítica textual e sobre Vilhena e sua obra, resultou a aprovação de seu projeto no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe. Por isso, as informações apresentadas em seu capítulo são um recorte de uma dissertação de mestrado ainda em andamento.

Por fim, devo registrar que a organização deste livro foi possível graças a esses quatro colaboradores, que estiveram comigo em momentos diferentes do caminho. E nós cinco somos resultado também desse encontro da literatura e da história e do diálogo estabelecido acerca da nossa memória, história e literatura.





## CAPÍTULO 1



# MEMÓRIA E HISTÓRIA EM VILHENA: NOS RASTROS DE UMA BIOGRAFIA

---

Luciene Lages



## *Primeiros passos*

---

Em 1787, o português Luiz dos Santos Vilhena, acompanhado da esposa Maria Antônia, embarca na fragata lisboetana em direção às terras brasileiras para ocupar a cadeira de professor de língua grega na cidade do Salvador, Bahia. Tal relato é possível em virtude da reforma pombalina e do avanço das ideias iluministas nas últimas décadas do século XVIII, que modificaram a estrutura educacional não só de Portugal, mas também de suas colônias. No caso do Brasil, a reforma empreendida pelo Ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde Marquês de Pombal (1769), provocou certo esfacelamento de toda a estrutura educacional iniciada – desde a fundação do primeiro colégio na cidade do Salvador pelo padre Manoel da Nóbrega em 1553 – e mantida pelos jesuítas. Mesmo com a existência de outras ordens religiosas como a dos Beneditinos, Franciscanos e Carmelitas, o sistema educacional do Brasil colonial se pautava

fortemente na ordem jesuítica, sistema que não foi imediatamente substituído (após o Alvará régio que ordenava a expulsão desses padres a partir de 1759), gastando-se muitos anos para a implementação das aulas régias. (NISKIER, 2001, p. 34) Por outro lado, as aulas régias abriram espaço para atrair outros tipos de intelectuais como professores, para além dos religiosos, de modo nunca antes praticado em Portugal ou em suas colônias.

É nesse contexto que está inserido nosso cronista colonial, um professor de línguas clássicas que usa o seu tempo livre para compor uma obra sobre as terras brasílicas “que da cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, escreve um a outro amigo em Lisboa, debaixo de nomes alusivos, noticiando-o do estado daquela cidade, sua capitania, e algumas outras do Brasil”. (VILHENA, 1969, p. 17) Por meio de 24 cartas intituladas *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas*, Vilhena almeja que sua obra ofereça elementos para compor a história brasílica, de forma que, com o “pouco” que diz, se possa formar “ideia do muito que há para dizer daquele Novo Mundo”. (VILHENA, op. cit., p. 19) Redigidas entre os anos de 1798 e 1802, as missivas foram dedicadas ao príncipe regente D. João, exceto as quatro últimas dedicadas ao Ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho.

Note-se que o estímulo à composição de memórias marca as últimas décadas do XVIII e as primeiras do XIX. E, em tal estímulo, prepondera certo cunho utilitarista, produzindo estudos que visavam a um progresso técnico, ou mais precisamente, “apenas o aperfeiçoamento dos meios produtivos na Colônia, com particular ênfase na agricultura”. (ARAÚJO, 1987, p. 8) Sabemos que a própria Academia das Ciências de Lisboa (1799) abarcava entre outras funções a de divulgação de métodos e inventos, de modo que muitos sócios eram correspondentes brasileiros que enviavam à Coroa o resultado de suas experiências em forma de memórias. Por aqui, a produção de escritos de tal cunho manteve frequente correspondência entre Portugal e a colônia.

De acordo com Maria Odila Silva Dias (1968), em 1796, por exemplo, o naturalista mineiro, frei José Mariano da Conceição Veloso, organiza uma série de memórias redigidas por intelectuais brasileiros, incentivados pela nova política colonialista a comando do então Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos de D. Maria I, D. Rodrigo de Sousa Coutinho; as memórias tinham por principal objetivo divulgar técnicas agrárias que proporcionassem alguma modernização agrícola no Brasil. Tal atmosfera, com certeza, influenciou o professor de grego na composição de sua obra, que, como já foi dito, dedicou parte das missivas ao próprio D. Rodrigo de Souza Coutinho, além disso, como é relatado na carta V, o próprio Vilhena se aventura no desenvolvimento de novas técnicas para moenda de cana-de-açúcar.<sup>1</sup>

### *À beira do caminho*

Em busca de documentos sobre a biografia de Luiz dos Santos Vilhena, procuramos refazer os passos de alguns historiadores que dedicaram algum tempo ao estudo do cronista e de sua obra, a exemplo dos editores Braz do Amaral e Edison Carneiro, bem como os historiadores José Honório Rodrigues, Leopoldo Jobim, Carlos Guilherme Mota e Emanuel Araújo. Esses estudiosos foram precursores, principalmente no estudo da obra, e em inferências sobre a vida do autor – muitas delas pautadas nas próprias afirmações de Vilhena presentes em suas missivas – complementadas por documentos de comunicação oficial do período. Primeiramente, procuramos rever alguns documentos apontados aqui e ali por esses estudiosos; posteriormente, nos

---

1 O artigo *Aspectos da Ilustração no Brasil* é leitura fundamental para maiores informações sobre o momento da Ilustração na colônia. A autora apresenta exaustiva revisão bibliográfica dos escritos dos brasileiros, sobretudo entre meados do século XVIII e primeiras décadas do XIX, apontando aspectos da “mentalidade de uma geração” que terá reflexos no império e influência na independência.

dedicamos a investigar documentos que comprovassem afirmações de Vilhena, como sua nomeação para a cadeira de latim em Alvito, Alentejo, ou seu período de serviço no exército português. Por fim, a investigação se concentrou em encontrar um documento sobre a vida do cronista que preenchesse alguma lacuna, das muitas que se pode encontrar quando se investiga um autor que viveu há mais de 200 anos. Nessa fase, encontrar a certidão de nascimento do autor foi o principal objetivo, visto que já se tinha notícia do documento de óbito do cronista e de sua esposa.

Em relação a esses dados, é digno de nota a matéria em o *Jornal do Commercio* (RJ), edição 247, de 22 de julho de 1945, publicada pelo cronista jornalístico, Antônio Osmar Gomes, acerca do achado de dois documentos relevantes à biografia de Luiz dos Santos Vilhena:

Aliás, a contribuição que aqui trago, tomo-a de empréstimo à ilustre professora bahiana D. Anfrísia Santiago que, pesquisando velhos arquivos, pôde encontrar no Livro de Óbitos da Freguezia da Vitória, na Bahia, dos anos de 1810 a 1845, documentos esclarecedores sobre aquele que nesta nossa terra do Salvador foi professor de língua grega e, nas horas vagas, escrupuloso historiador epistolar.

De fato, tal notícia apresenta dois registros de óbitos esclarecedores, pois revelam que Vilhena e sua esposa foram sepultados em Salvador; no caso de Maria Antônia, o atestado comporta um testamento detalhado dos bens do casal. Os dois registros foram publicados pelo jornalista, ao que parece pela primeira vez. Gomes esclarece sua fonte afirmando que “D. Anfrísia<sup>2</sup>

---

2 Os extratos dos atestados de óbito de Vilhena e esposa, citados adiante, foram extraídos da publicação de Gomes no *Jornal do Comércio* (1945). O achado de Santiago será registrado pelo historiador José Honório Rodrigues (1979, p. 505). Quanto à pesquisadora, Anfrísia Santiago (1894-1970) foi professora e educadora atuante nas escolas de Salvador, sócia do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e do Instituto Genealógico da Bahia, foi a primeira mulher à frente do Departamento de Educação

copiou do livro da Igreja da Vitória, fls.37, e que passo a transcrever, letra por letra”. Da transcrição do registro de óbito de Vilhena se elucidam o lugar de nascimento e a idade possível que teria o professor quando morre: “Em vinte e nove de junho deste anno (1814) faleceo da vida presente com todos os sacramentos Luiz dos Santos Vilhena, de idade de setenta annos, natural da villa de S. Thiago de Cassino, casado com Maria Antônia (...)”. No registro, há um erro na grafia da cidade de nascimento do autor, nascido em Santiago de Cacém e não Cassino, palavra que nunca foi designada em língua portuguesa para se referir àquela vila. O documento atesta ainda que Vilhena foi sepultado no Convento de Santa Tereza, no hábito do Carmo, deixando por herdeira e testamenteira a esposa.

Maria Antônia falece três anos depois de Vilhena, em 1817; seu registro de óbito se encontra no mesmo Livro da Igreja da Vitória, páginas 69 e 70. Como o casal não deixou filhos, o registro de Maria Antônia é bem maior e detalhado, contendo a distribuição dos bens que acumularam ao longo da vida. Dois nomes se destacam no registro transcrito por Anfrísia Santiago e copiado por Osmar Gomes. Sobre o primeiro se lê: “institue por herdeiro e testamenteiro o chanceler José Joaquim Nabuco de Araujo”. O Chanceler foi o primeiro barão de Itapuã, magistrado e político daquele tempo, foi tio-avô do historiador Joaquim Nabuco. A designação dada no registro atesta que Vilhena e a esposa tinham acesso aos altos círculos políticos e intelectuais da Bahia no início do XIX.

Outro nome que se destaca tanto no registro de Vilhena quanto no da esposa é o nome do vigário responsável pelo assento

---

do estado a convite de Anísio Teixeira. Dedicou-se a várias pesquisas arquivísticas em busca de registro de batismos e óbitos de variados autores e personalidades. E, entre suas descobertas, destacam-se vários documentos da família do poeta Castro Alves. Os resultados de suas pesquisas foram publicados em notas de jornais e no Centro de Estudos Baianos. Sobre a educadora, ver Passos, 2005.



e assinatura do óbito, o vigário Marcos Antônio de Souza, que viria a ser, mais tarde, o primeiro bispo do período do Império.<sup>3</sup> Em muitos momentos, Vilhena se queixa do clima em solo brasileiro e dos males dos quais padece juntamente com a esposa, que morre jovem com um diagnóstico de hidropsia no peito.

Pelo testamento de Maria Antônia, nota-se que a condição do casal no fim de suas vidas não era de pobreza ou dificuldades financeiras, muitas vezes aludidas por Vilhena em suas cartas. Na análise de Antonio Osmar Gomes:

Quem naqueles tempos tal soma de bens deixava em testamento, não se pode dizer que tenha morrido pobre. (...) Do que se conclue, pelo que com esses documentos se fica sabendo, ter Luis dos Santos Vilhena, o minucioso autor das *Notícias Soteropolitanas e Brasília*s ou *Cartas de Vilhena*, tão a propósito lembrado no precioso *Breviário da Bahia*, do mestre Afranio Peixoto, sim, ter falecido nessa cidade do Salvador e haver sido sepultado no convento de Santa Tereza, onde também teve sepultura a sua esposa. Mas, não no estado de pobreza que o Prof. Braz do Amaral presumira e que Afranio endossou. (*Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 22/07/1945*)

São beneficiários do testamento, o convento de Nossa Senhora da Piedade, a Santa Teresa do Carmo, a Freguesia da Paróquia da Vitória, e outras pessoas nomeadas a quem se distribuiu dinheiro, joias, móveis, roupas. É notável que tal quadro demonstra que Vilhena e a esposa não terminaram a vida com o salário de professor. Além disso, liberta escravos.

---

3 O clérigo foi uma figura política e religiosa atuante na capitania da Bahia em fins do século XVIII e princípios do XIX. Foi eleito deputado para as Cortes de Lisboa em 1820 e para a Assembleia Geral e Legislativa em 1826, sendo o primeiro bispo do Brasil independente, indicado pelo Imperador D. Pedro I. Sobre o bispo e Vilhena, veja-se também, neste livro, o capítulo do historiador Fernando Sá: “A capitania de Sergipe no alvorecer do século XIX sob o olhar do reformismo ilustrado luso-brasileiro de Luís dos Santos Vilhena e Marcos Antônio de Souza”.

Em 1817, longe ainda da abolição e da proibição do tráfico negreiro em 1845, não é de se espantar que o português Vilhena, guiado pela ótica do colonizador, tivesse escravos em seu poder. Inclusive, quando embarca para o Brasil, traz consigo, além da esposa, duas negras alforriadas, como veremos mais a frente. No testamento de Maria Antônia, lê-se “ao convento N. S. da Piedade o escravo Tubias”, e “liberta a escrava Fortunata e o filho Eduardo”, “a D. Anna filha do Dezembargador Osorio hum crioulinho de nome João Baptista para lhe servir por quinze annos”. Ao todo são oito escravos, cinco adultos e três crianças ou adolescentes. Alguns são libertos, outros doados a novos donos, dois libertos com direito a receber dinheiro.<sup>4</sup> O historiador Edison Carneiro afirma que “podemos dizer que a escravidão no Brasil deu três tipos de trabalhadores – o negro de campo, o negro de ofício e o negro doméstico, este último produzindo, secundariamente, nas cidades, o negro de aluguel e o negro de ganho”. (CARNEIRO, 2019, p. 15)

O chamado negro de campo é usado na agricultura, no cultivo da cana-de-açúcar, do café e do algodão; o negro de ofício era explorado em funções especializadas, como pedreiro, ferreiro, carpinteiro, destacando-se aqueles que detinham ou assimilavam o conhecimento das moedas de açúcar ou das minas, a exemplo dos oriundos de Costa da Mina que tinham tradição em extração de ouro. O último tipo de ‘trabalhador’, ou escravizado, o negro doméstico, era o que vivia na cidade, sendo usado, inclusive, “como sinal de riqueza e de poder do senhor”. (CARNEIRO, 2019, p. 15-19)

Os senhores exploravam seus escravos por meio do livre comércio de sua força de trabalho; com o negro de aluguel, o senhor oferecia, por meio do aluguel, trabalhos com funções gerais ou específicas: ama de leite, pajem, cozinheiro, alfaiate,

---

4 Para uma análise pormenorizada desse testamento, vale a pena conferir o estudo de Leopoldo Jobim (1985) que publicou uma versão completa do óbito de Maria Antônia em *Ideologia e Colonialismo*.

costureira, carregadores, moços de recado etc.; com o negro de ganho, o escravo pagava ao senhor uma taxa semanal fixa e tinha livre ação e circulação para executar diversos trabalhos, acumulando capital ao longo dos anos, muitas vezes para comprar sua alforria. De acordo com Mattoso:

Entre os trabalhadores livres contavam-se também negros e mulatos, nascidos livres ou alforriados. Os primeiros tinham os mesmos direitos que os brancos, ao passo que os alforriados não gozavam de plena cidadania: não podiam, por exemplo, exercer funções públicas e não tinham direito de voto. Mas, livres ou alforriados, eram eles que exerciam os ofícios mais humildes. Alguns – em número maior do que se supõe – conseguiam galgar degraus e se faziam barbeiros, alfaiates, compositores, professores de música ou de línguas estrangeiras (sobretudo francês) e professores primários. (MATTOSO, 1992, p. 536)

Como Vilhena e Maria Antônia não tinham terras a cultivar se depreende que os escravizados em seu poder foram explorados nessas duas modalidades: aluguel e ganho. Não era tão nítida a distinção entre o escravo ‘de ganho’, que nas ruas vendia seu trabalho; e o escravo ‘de aluguel’, geralmente usado em trabalhos domésticos. Na verdade, a demanda era pautada na necessidade do proprietário, que tanto poderia usar o escravo para trabalhos em sua casa quanto nas ruas. (MATTOSO, 1992, p. 538)

Os registros de óbito de Vilhena e Maria Antônia foram publicados uma segunda vez pelo Centro de Estudos Baianos em 1960, através de uma pesquisa de Ângela A. Maria Martins Viana, intitulada *Lápides da Igreja de Santa Teresa* em que são transcritos os dados das lápides e registros de óbitos dos sepultados no Convento e na Igreja. Além de Vilhena e Maria Antônia, o trabalho contempla também informações e registro de óbito de Sebastião da Rocha Pitta e sua esposa, entre outros.<sup>5</sup>

---

5 A publicação traz uma curiosidade, a autora declara que, para a transcrição dos registros de óbito de Vilhena e esposa, utilizou-se de

## *Encruzilhadas*

Quando Braz do Amaral traz à luz a obra de Vilhena por meio da edição do manuscrito da Biblioteca Nacional em 1921, sob os auspícios do governo da Bahia, afirma: “Do seu nascimento nada consegui saber, nem sequer do lugar onde viu a luz. Da sua morte também nada sei, nem do lugar em que ela ocorreu, nem da idade que tinha quando a sofreu”.<sup>6</sup>

(AMARAL, 1969, p. 1) Esta primeira edição das Cartas conta com apurado comentário do editor no final de cada carta. Na sua apresentação, o historiador transcreve importantes documentos que comprovam o serviço de Vilhena como professor régio, suas petições à Coroa, informações pessoais que o próprio professor fornece nessas comunicações oficiais entre o governo da Bahia e à Coroa Portuguesa. Braz do Amaral afirma ainda que não foi possível saber “nem qualquer circunstância outra sôbre os últimos tempos de sua existência”. (AMARAL, op. cit., p. 12) Nesse sentido, a descoberta de Anfrísia Santiago é reveladora, pois responde aos questionamentos do editor sobre a idade, o lugar e as condições da morte de Vilhena. A partir do registro de óbito que aponta o falecimento aos 70 anos, deduz-se que foi possível estabelecer a data de nascimento em torno do ano de 1744, conforme é apontado por seus estudiosos. (RODRIGUES, 1979, p. 503; JOBIM, 1985, p. 9; ARAUJO, 1987, p. 31)

Uma vez descoberto o registro de óbito e respondidas àquelas indagações, ficou em aberto a necessidade de investigação

---

uma cópia dos registros existentes no Arquivo do Colégio de N. Senhora Auxiliadora em Salvador. Muito provavelmente, a existência dessa cópia se deve a Anfrísia Santiago que foi a criadora do colégio (1927) e esteve à sua frente como diretora. Ver Viana, 1960.

6 A apresentação da obra por Braz do Amaral aparece na segunda edição, de Edison Carneiro, em forma de prefácio. Braz apresenta um esboço biográfico que havia sido composto por ele ainda em 1917, ocasião em que teve acesso ao manuscrito e deu notícia à Academia de Letras na Bahia.

do registro de nascimento para, por exemplo, saber o nome dos pais de Vilhena. Tal preocupação foi levantada pelo historiador Leopoldo Jobim:

No Arquivo da Junta Distrital de Setúbal e no Arquivo do Conservador do Registro Civil de Beja, buscou-se o registro de seu nascimento, que deveria estar no Fundo Paroquial de Batismos de Santiago de Cacém. Mas ignora-se o nome e a posição social dos seus pais, pois o referido fundo só existe a partir de 1800, e Vilhena nasceu em 1744. (JOBIM, 1985, p. 9)

Na verdade, o Arquivo Distrital de Setúbal integra documentação do período compreendido entre os séculos XV e XXI. Porém, desde 1980 ocorreram muitas mudanças nos arquivos cartoriais portugueses, e o Arquivo de Setúbal passou a ser tutelado pelo Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, conforme o Decreto-Lei n.º 60/97, de 20 de março de 1997. Hoje boa parte desses documentos cartoriais estão acessíveis por meio de pesquisa digital, inclusive o Fundo paroquial de Santiago de Cacém.

Ao investigar os registros, nas onze paróquias do Concelho de Santiago de Cacém, do Arquivo Distrital de Setúbal, para o ano de 1744 (data calculada a partir da idade do óbito), encontramos sete registros com o nome de Luís, mas nenhum apresentava o sobrenome Santos Vilhena. Investigando os anos posteriores, encontramos, no Livro de óbitos da Paróquia da Vila de Santiago de Cacém, precisamente no ano de 1750, o registro de nascimento de Luiz dos Santos Vilhena.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Cumpre registrar que obtive uma orientação generosa dos caminhos a percorrer até conseguir encontrar o registro de nascimento de Vilhena nos acervos portugueses. Foi fundamental a boa vontade e apoio que recebi da pesquisadora e historiadora Dra. Ana Cristina Araújo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dedicada a estudos centrados na problematização da época das Luzes em Portugal, a investigadora conhecia Vilhena e outros agentes de ensino do período, me apontou alguns atalhos para ‘revirar’ os arquivos paroquiais portugueses e investigar documentos do período pombalino e da Chancelaria de D. Maria I.

O documento está em condições legíveis, com alguns trechos meio apagados, uma ou outra palavra ilegível. No entanto, a reconstrução completa do registro foi possível por meio de análise e comparação com outras certidões do mesmo livro.

A reprodução do documento (figura 2 e figura 3, ao final do capítulo) permite observar que o registro de Vilhena se inicia no fim da página 288 do manuscrito e ocupa a metade da página 289. Note-se que o primeiro nome da criança vinha registrado na lateral do texto; o nome 'Luis' está um pouco apagado, mas ainda visível no canto superior esquerdo da página 289. Em nossa transcrição, se lê:

Aos nove dias de janeiro de mil setecentos e sincoenta nesta matris de Santiago de Cacém de licença do Excell. mo Senhor Arcebispo bautizou sub conditione, por ter sido bautizado em necessidade e pús os Santos óleos [pelo Rev.do] beneficiado dessa matris José Caetano da Fonseca a Luis filho primeiro do nome e do segundo matrimonio de Manoel dos Santos Vilhena e do primeiro de sua mulher Julliana Ignacia de S. José moradores nesta vila elle filho de Pedro Lopes e de Maria da Ressureição todos naturais dessa villa e ella filha de André Callado e de Maria Rodrigues todos naturais dessa freguesia; foi padrinho D. Luis de Souza Calharis da cidade de Lisboa por seu procurador Manoel Rodrigues Bravo de que fis este assento dia e era supra, o Padre Manoel Coelho Sampaio e Távora.

Fica claro que Vilhena foi batizado tardiamente, visto que o uso da expressão latina *sub conditione*, junto ao verbo batizar, acompanhada da informação de 'ter sido bautizado em necessidade', servia para designar o caso de crianças que receberam os sacramentos do batismo ao nascerem, mas além da falta de registro, não era incomum a necessidade de confirmação desse ritual pelo vigário da paróquia. Observando o Livro de registros de nascimento de Vilhena, foi possível constatar, em atestados de outras

crianças, que a expressão “bautizado sub conditione, por ter sido bautizado em necessidade” vinha acompanhada de designações como, por exemplo, “nascido em dois de setembro do ano próximo passado” ou “nascido em janeiro desse mesmo ano”. Infelizmente, no caso de Vilhena, tal informação está incompleta e no registro não há referência ao dia, mês e ano precisos do seu nascimento.

Se o atestado de óbito de 1814 afirma que o professor teria falecido aos setenta anos, o ano de 1744 resulta como o ano de nascimento do autor, porém como se pode notar apenas em 1750 é feito o registro oficial de nascimento, o que totalizaria sessenta e quatro anos de idade e não setenta anos, conforme atesta o registro de óbito. Pode-se ainda depreender que a idade de setenta anos foi assumida pelo próprio cronista, ou pela própria esposa, antes de morrer e ter declarado em seu testamento.

O mais importante é que a partir do registro de nascimento foi possível saber o nome dos pais e avós maternos e paternos de Vilhena. De posse desses dados, continuamos a pesquisa em outros Livros paroquiais de nascimento, casamento e óbitos do Arquivo Distrital de Setúbal. A busca nos levou aos seguintes documentos: Certidão de casamento do primeiro e segundo matrimônio de Manoel dos Santos Vilhena, pai de Vilhena; Atestado de óbito da primeira esposa de Manoel; Certidão de casamento do segundo matrimônio de Manoel; Registro de nascimento do irmão Raimundo; Registro de nascimento da irmã Ana Guiomar; Certidão de casamento de Ana Guiomar. Por meio das informações fornecidas por esses documentos foi possível a criação de uma pequena árvore genealógica. (ver quadro 1)

O casamento de Manoel dos Santos Vilhena e Julianna Ignácia ocorre em nove de outubro de 1735, porém no registro de nascimento de Vilhena lê-se: “a Luis filho primeiro do nome e do segundo matrimonio de Manoel dos Santos Vilhena e do primeiro de sua mulher Julliana Ignacia” (ver figura 3), ou seja, Manoel não possuía outro filho com o nome de Luis, e havia sido casado

anteriormente, enquanto para Julliana se tratava do primeiro matrimônio. Ainda no Arquivo Distrital de Setúbal, concelho de Santiago de Cacém, conforme sinalizamos acima, encontra-se o registro do primeiro matrimônio de Manoel, realizado em quinze de novembro de 1733, com Teodosia Cordeiro. A primeira esposa, no entanto, falece em quatorze de dezembro de 1734 (no atestado de óbito não há referência sobre a causa da morte). O segundo casamento de Manoel com Julianna Ignácia ocorre em nove de outubro de 1735 e gerou pelo menos três filhos, cujos registros atestam o nascimento do irmão mais velho, Raimundo José (em 1743), da irmã Anna Guiomar (em 1745) e de Vilhena (em 1750).

Vilhena ingressa no exército português em março de 1768. Durante quase uma década permanece como soldado no Regimento de Infantaria de Setúbal na ocupação da anspeçada, posto militar dos praças abaixo do cabo. Note-se que Vilhena não investe na carreira militar, pois passa os anos na mesma função, com licenças ocasionais em virtude do acometimento de moléstias, porém é também nesse período que ele aproveita seu tempo para aprender latim e grego. A baixa de Vilhena no exército data de 29 de agosto de 1777 e contém a justificativa por ‘incapacidade devido a moléstias contínuas’ que o impedem de continuar desempenhando as funções de soldado. No Arquivo Histórico Militar de Portugal há dois registros referentes ao soldado Vilhena: no *Livro de Registro dos Oficiais inferiores, cadetes, tambores, soldados da Companhia* encontram-se descrições físicas, registros de início e fim da carreira, entre outros dados. No *Livro de Registro dos Licenciados da Companhia*, encontram-se informações sobre licenças médicas dos militares durante o tempo de serviço, conforme figuras 06 e 07.

Esclarecemos que, no Arquivo Geral do Exército Português e no Arquivo Histórico Militar, não existe nenhum registro com os sobrenomes ‘Santos Vilhena’, apenas Luís dos Santos (figura 4). No entanto, as informações correspondem aos relatos do autor quanto



ao tempo que esteve no exército, quase 10 anos, e sobre suas constantes licenças médicas. Além disso, no registro de inscrição, o nascimento tem a nomenclatura “S.d. [c.a. 1750]”, que significa ‘sem data, aproximadamente no ano de 1750’. Tal registro referenda que a certidão de nascimento não especifica o dia de nascimento de Vilhena, mas marca o ano de 1750 conforme data do registro paroquial. A isso se somam outros dados como a confirmação da localidade de nascimento, a vila de Santiago de Cacém.

Uma outra informação relevante, que discutiremos mais à frente, é a indicação de um responsável legal quando do alistamento e baixa na corporação, nomeado também como fiador. Era prática comum tal função ser atestada pelo pai, tio, avô ou irmão; no caso de Vilhena seu representante é ‘Raymundo Jose’, seu irmão. Acrescente-se a esses argumentos um documento solicitado por Vilhena e que foi apostilado à pasta referente ao seu processo de jubilação como professor das aulas régias: um atestado do Tenente-coronel Comandante do Regimento de Setúbal, Carlos Luiz de Ammon, declarando o tempo de serviço de Vilhena de 1768 a 1777 e seu bom comportamento.

As descrições no *Livro de Registro dos Oficiais inferiores, cadetes, tambores e soldados* da 6ª Companhia do Regimento de Setúbal são bem precisas: nelas constam nº e nome do alistado, sinais físicos (olhos e cabelos), altura, lugar de nascimento, estado civil, tempo do juramento, casualidades (desertado, baixa ou morte), fiadores e observações. Na coluna dedicada a Vilhena ficamos sabendo que é o soldado de nº 12, na função ‘anspeçada’, alistado aos 18 anos, que possuía a altura de 5 pés e 2 polegadas, que tinha cabelos castanhos, olhos pardos, tendo nascido em Santiago de Cacém, Província de Extremadura, que era solteiro, que fez o juramento em 28 de março de 1768, casualidade (baixa em 1777), que teve como fiador o irmão Raimundo José, morador em Vila Nova de Baronia, e a observação de que, por ordem de S. Majestade, a baixa ocorre a 29 de agosto de 1777 devido às suas moléstias (figuras 06 e 07).

Para se ter uma melhor ideia da saúde delicada de Vilhena, reproduzimos as páginas do *Livro dos Licenciados da Companhia* do Capitão Francisco Manoel Sinne (figuras 08 e 09), à qual pertencia nosso autor. Trata-se de uma tabela que contém o nome do militar na primeira coluna e a partir da segunda coluna se leem “Data da licença e quanto tempo”. Observando a linha em que está escrito o nome de Vilhena, nota-se que todos os espaços estão preenchidos, designando momentos diversos em que obteve licenças por questões de saúde.

Depois de quase uma década no exército, ao dar baixa no serviço militar, Vilhena ingressa na carreira docente e atua como professor daquelas línguas clássicas na cidade de Lisboa. Naquele momento, as mudanças propostas por Pombal, para as escolas menores, favoreceram o recrutamento de novos agentes de ensino. Para Maxwell, “a reforma pombalina do ensino tinha, na base, um propósito extremamente utilitário: criar um corpo de funcionários educados segundo as ideias iluministas, dispostos a reformar a burocracia do Estado e a hierarquia da Igreja”. (MAXWELL, 2015, p. 132) Há nesse período muitos interesses em jogo. Além da impassividade do Ministro, há de se considerar as forças eclesiásticas da época e a influência de que dispunham, bem como da influência que disputam junto aos soberanos. De acordo com Domingues:

As instituições religiosas que exerciam maior domínio no país eram as dos jesuítas, que predominavam em todos sectores da vida nacional; depois, os dominicanos, que dispunham de grande poder repressivo, e a seguir, talvez, os franciscanos, que conseguiam por vezes posições de comando. Frei Gaspar da Encarnação, por exemplo, que foi ministro nos últimos anos de D. João V e derrotado por Carvalho, era um franciscano um tanto rude, mas com grande aceitação na corte. A instrução e educação das classes dirigentes e mais abastadas achava-se, em primeiro lugar, nas mãos dos jesuítas,

depois, dos dominicanos e também dos oratorianos, que pretendiam rivalizar, em cultura, com os membros da Companhia de Jesus. Essas ordens religiosas devem considerar-se, na proporção da sua influência, responsáveis pela mentalidade nacional desses tempos. (DOMINGUES, 1970, p. 265)

Não era de se estranhar que a Companhia de Jesus pudesse causar certa inveja em outras ordens, visto que detinham o poder através das instituições de ensino. Por meio da instrução podiam moldar o espírito dos dirigentes, além de atuarem como confessores e orientadores espirituais da família real. Tais rivalidades favorecem os interesses do Ministro Sebastião de Carvalho e Melo; mesmo que tivesse e contasse com certa antipatia da parte de outras ordens, pode “agrupá-las em sua volta – ou melhor, à sua sombra – para derrubar o inimigo comum: o jesuíta. (DOMINGUES, op. cit., p. 266) No Brasil, a reforma e a expulsão dos jesuítas provocou certo esfacelamento na estrutura educacional, fragilizando um sistema já deficiente que não foi imediatamente substituído. Por outro lado, entre os avanços da reforma pombalina se pode reforçar esse tipo de profissional e intelectual desvinculado da ordem religiosa. Desse modo, as escolas brasileiras que existiam e passaram a existir no século XVIII, após a reforma (1759), puderam contratar professores brasileiros, portugueses e outros estrangeiros para suprir a lacuna deixada pelos mestres jesuítas.

O Alvará de 28 de junho de 1759 criou o cargo de Diretor-Geral de Estudos, que tinha entre outras tarefas a de recrutar professores de Gramática Latina, Grego e Retórica, escolhidos por meio de exames aplicados por Comissários delegados. (GOMES, 1982) Mais adiante, em Alvará, datado de quatro de junho de 1771, é criada a Real Mesa Censória, com a justificativa de que para a melhor administração dos estudos maiores e menores do Reino, a tarefa não poderia “caber nas forças de uma só pessoa, necessita precisamente de uma corporação”; caberia também à

Real Mesa Censória a direção e administração do Real Colégio dos Nobres e de quaisquer outros que fossem mandados erigir. (GOMES, 1982, p. 30) Como órgão regulador do funcionamento da educação, a Real Mesa Censória também era responsável pela autorização para ‘livre ensinar’ em Portugal e em suas colônias. Era necessário prestar exame obrigatório para lecionar, e só a partir de então o docente recebia uma licença para atuar como professor durante um a três anos.

Nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, constam duas licenças com o nome de Vilhena. Observando a reprodução desses documentos (figuras 9 e 10), pode-se notar que o registro continha, na primeira coluna, o nome da cidade em que o professor exerceria o magistério; numa segunda coluna, a indicação da ou das línguas autorizadas e do período da licença correspondente. As licenças datam de 15 de setembro de 1783 (figura 9, 3º nome da coluna), e 30 de outubro de 1786 (figura 10, último nome da coluna), autorizando a prática de ‘livre ensinar’, pelo período de três anos respectivamente, na cidade de Lisboa. De posse dessa licença, o professor poderia ensinar em instituições ou em domicílios. Vilhena chega a ser nomeado para uma cadeira de língua latina na vila de Alvito, Alentejo, mas, segundo seu próprio testemunho, não pôde assumi-la em virtude de uma moléstia demorada. Em requerimento datado de 1799, Vilhena afirma que, após sair do exército,

ficando assim excluído das esperanças do acesso e sem meios de subsistir, requereu à Real Mesa Censória o exame de uma e outra Língua para podê-las livremente ensinar, e, não só o achou aquêlo régio Tribunal com capacidade para dar-lhe as competentes Provisões, como veio a empregalo na substituição da cadeira de Gramática Latina da vila de Alvito, Documento nº 2, que não pôde logo exercer em razão de uma prolongada doença que durando quase um ano nêle foi aquela Cadeira

provida de Professor, vendo-se então o suplicante precisado a abrir Aula nesta capital, onde ensinou ambas as línguas.<sup>8</sup> (VILHENA, op. cit., p. 5-6)

A carta régia da primeira nomeação de Vilhena como professor, datada de dez de agosto de 1779, diz que “Luis dos Santos Me representou, que em a Villa de Alvito se achava vaga a cadeira de Gramatica Latina”, ou seja, o próprio Vilhena descobriu a vacância e solicitou o preenchimento da vaga. D. Maria I o nomeou, por essa razão, a professor substituto da cadeira de gramática latina na vila de Alvito, porém no decurso de mais de um ano o professor não se apresentou para a posse.

No Arquivo da Biblioteca Central da Universidade de Coimbra encontra-se outra carta régia de D. Maria I indagando ao Ouvidor da Vila de Alvito “se o professor de grammatica latina dessa vila, Luis José dos Santos Vilhena cumpre com as suas obrigações e se reside na sua cadeira” e, se não, há quanto tempo.<sup>9</sup>

Datada de trinta de março de 1781, tal documento referenda a afirmação de Vilhena sobre essa primeira nomeação para uma cadeira de língua latina, que acabou sendo ocupada por outro.

Como não assumiu a cadeira de gramática latina em Alvito, Setúbal, passou a lecionar as duas línguas clássicas em Lisboa. Durante esse período que antecedeu sua vinda para a colônia brasileira, Vilhena vive em Lisboa. É provável que tenha se mudado para a corte em 1777 (exatamente no ano em que D. Maria I é aclamada rainha de Portugal). Pelo fato de ser professor

8 O trecho do requerimento foi transcrito por Braz do Amaral. O documento se encontra no Acervo do Arquivo Público da Bahia, junto com mais três, entre requerimentos e petições à Coroa, disponíveis para consulta em microfilmagem. Cartas Régias, Livro 86, documentos 44, 44A, 58, 58B. Alguns já estão digitalizados pelo Projeto Resgate do Arquivo Histórico Ultramarino.

9 Note-se que o nome de Vilhena está grafado ‘Luis **José** dos Santos Vilhena’. Há documentos do irmão Raimundo que também aparecem com e sem o nome ‘José’, assim como ocorre com o da irmã Ana Guiomar, em cujo registro de casamento se grafa ‘Ana Guiomar **Josefa**’.

de grego e latim, é possível pensar que Vilhena esteve em contato com as camadas cultas da cidade e teve acesso às novas ideias que são veiculadas em toda a parte. Durante o governo de D. Maria I – apesar da censura, da Inquisição e da Polícia – pululam publicações revolucionárias que convertem o período em uma grande circulação de ideias estrangeiras. Sobre a história das ideias que vigoram no século XVIII português, Ana Cristina Araújo, em *A Cultura das Luzes em Portugal*, alerta:

Convencionalmente, fala-se em “Luzes Joaninas”, reportadas ao período de governação de D. João V, “Luzes Pombalinas”, exclusivamente centradas nas reformas de ensino e da Igreja promovidas pelo marquês de Pombal, e em Viradeira, para significar o retrocesso decorrente da política “repressiva” e “reaccionária” de D. Maria I no campo da cultura (Martins, 1975). Ora, esta classificação, perfeitamente incongruente, não só perpetua a visão ideológica da historiografia liberal e republicana a respeito do pombalismo, como obscurece o brilho e o alcance de inúmeras e importantes manifestações culturais anteriores e posteriores a Pombal. (ARAÚJO, 2003, p. 18)

O cronista não ignora a implementação da reforma de ensino instaurada por Pombal nos estudos menores e na Universidade de Coimbra (1772); e, apesar de se tornar professor após a morte de D. José I e a iminente queda do Marquês de Pombal, o contexto em que vive está fortemente aliado à mentalidade iluminista europeia. (JOBIM, 1985, p. 15-16) Essa atmosfera acompanhará o professor, que trará em sua bagagem muitas ideias de como reformar o mundo à sua volta, sobretudo a partir de sua travessia pelo Atlântico.

Em maio de 1787, sai outra nomeação para Luiz dos Santos Vilhena ocupar uma cadeira como docente, agora não mais de língua latina, mas de língua grega. Antes a nomeação era para atuar em Portugal, dessa vez a oferta era direcionada à

colônia brasileira. É natural nos perguntarmos quais motivações culminaram em tal nomeação e também na aceitação da parte do professor para exercer o ofício em outro continente. Do ponto de vista de Vilhena, é preciso considerar a condição social de um professor de aulas avulsas e de um professor nomeado, que passa a incorporar o quadro de funcionários da Coroa.

Nessa nova condição, Vilhena se torna uma espécie de ‘funcionário público’; mesmo que não se dedique a atividades administrativas, se enquadra nessa qualificação, de acordo com critérios observados por Jobim: “o fato de que recebe dos cofres reais, de que seu cargo é provido por concurso, de ter sido militar durante dez anos e de que conhece por dentro os meandros da administração colonial que descreve”. (JOBIM, 1985, p. 12) Além do mais a carreira docente nunca se resumiu apenas a atividades em sala de aula; mesmo no período colonial havia demandas da seara administrativa como a emissão de declarações e atestados de conduta e atuação nas cadeiras docentes, aplicação de exames em docentes ingressantes, entre outras solicitações possíveis.

Investigando sobre a cadeira de língua grega na Bahia durante esse período, no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), encontramos uma carta de José da Silva Lisboa, futuro Barão e Visconde de Cairu (1826), encaminhada ao Secretário da Marinha e Ultramar do governo de D. Maria I, Marinho de Melo e Castro, agradecendo pela nomeação de professor da cadeira de filosofia no Real Colégio da Bahia, antigo colégio jesuíta extinto, ao mesmo tempo em que oferece a cópia de uma oração que recitara para comemorar o aniversário da rainha.<sup>10</sup>

Na mesma carta, datada de dezesseis de março de 1786, José da Silva Lisboa afirma que além da cadeira de filosofia ocupa

---

10 Ver AHU-ACL-CU-005, Cx. 63. doc. nº 1207 doc. nº 1208, 16 de março de 1786, Bahia. A oração dedicada à Rainha D. Maria I foi escrita em latim e tem mais de vinte páginas.

simultaneamente a cadeira de grego, por provisão da Real Mesa Censória, por não ter tido quem a ocupasse. Continua afirmando que aguarda ainda a provisão de tal cadeira e o atendimento à sua diligência, pois tem servido com muito trabalho e recebido metade do ordenado.

Também no acervo do AHM, encontra-se um ofício do Governador da Bahia, D. Rodrigo José de Menezes, encaminhado ao Secretário Marinho de Melo e Castro justificando uma licença que concedeu a José da Silva Lisboa, titular da cadeira de filosofia, para ir à Corte “a tractar de algumas dependências da sua caza; e principalmente da Cadeira de Grego, de que há notícia fora privado pela Real Mesa Censória, incidente, que a ser certo, não devia eu deixar de comunicar a V. Exc.<sup>a</sup>”. Datado de 14 de agosto de 1787, segue um segundo ofício, na mesma ocasião, em que o Governador da capitania baiana indaga sobre o provimento interino das cadeiras de gramática latina, grego, filosofia e retórica, além do provimento a escolas menores.<sup>11</sup>

Os ofícios datam de 14 de agosto, mas fica claro que José da Silva Lisboa já estava em Portugal e, à parte dos assuntos particulares, deveria se empenhar na solicitação da cadeira de língua grega. É fato que quando esses documentos foram encaminhados o destino de Vilhena já estava traçado: a sua nomeação data de 22 de maio do mesmo ano, o que nos possibilita inferir algum empenho da parte de José da Silva Lisboa, um pequeno vislumbre da influência que viria a exercer esse brasileiro após a vinda da Coroa portuguesa em 1808.

Formado pela Universidade de Coimbra em 1778, José da Silva Lisboa chegou a ser professor substituto das cadeiras de grego e hebraico no Colégio das Artes de Coimbra, o que demonstra seu acesso, conhecimento e trânsito entre outros agentes da educação

---

11 Sobre a petição para as cadeiras da capitania e a licença de José da Silva Lisboa, ver AHU-ACL-CU-005, Cx. 66. doc. nº 12.614 e doc. nº 12.615, 14 de agosto de 1787, Bahia.



no período. Além disso, quando em 21 de janeiro de 1808, a família real desembarcou na Bahia, e por lá permaneceu por mais de um mês antes de se instalar no Rio de Janeiro, José da Silva Lisboa foi convidado pelo próprio D. João para acompanhá-lo até a nova capital da colônia.<sup>12</sup>

Seja pelos esforços do governador da Bahia, seja pelos esforços de José da Silva Lisboa, é fato que a cadeira de grego na cidade da Bahia foi designada. No Catálogo dos manuscritos (1329) da Biblioteca Geral de Coimbra se encontra a Carta de nomeação de Vilhena (figura 11), que transcrevemos a seguir:<sup>13</sup>

Dona Maria por Graça de Deos Raynha de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar, em Africa Senhora de Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio da Etiopia, Arabia, Persia, e da India. V. A. Faço saber ao que esta Minha Carta virem: Que Tendo consideração ás Letras, e Merecimento que concorrem na Pessoa de Luiz dos Santos Vilhena Fui servida fazer-lhe merce do Lugar de Professor de Lingua Grega da Cidade da Bahia, cuja Cadeira estava provida por Substituição interina, e regida por Joze da Silva Lisboa em quanto Eu não ordenasse o contrario; e vencera o Ordenado annual de quatrocentos, e quarenta mil reis pagos a quarteis adiantados desde o dia que mostrar se embarcou nesta Corte para fazer viagem para a dita Cidade da Bahia, que tomou posse e tem sua Aula aberta pelo Cofre do Subsidio Literario que se acha na Administração da Junta da Minha Real Fazenda da Capitania da referida

12 Sobre a influência de José da Silva Lisboa na 'construção' do tratado da abertura dos portos e sobre a criação da cadeira de "ciência econômica" no Rio de Janeiro para que ele a ocupasse, ver Pedreira; Costa (2009, p. 202-225).

13 Arquivo da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Junta da Diretoria Geral dos Estudos 1781/1844 (PT/AUC/ACD/JDGE). Nos Arquivos da Torre do Tombo (Chancelaria de D. Maria I, PT-TT-CHR-D-Marial-liv29-fl288 e288v.), há uma cópia da carta de nomeação de Vilhena. Ainda, no ABUC, junto com a carta de nomeação, encontram-se também apostilados outros documentos referentes ao período de docência do professor, como pedido e autorização de prorrogação para mais seis anos em 1793, e indagação sobre a ocupação da cadeira de latim em Alvito, anteriormente citada, para a qual Vilhena foi nomeado.

Cidade. O qual Emprego servirá por tempo de seis annos. E quando eu haja por bem que continue no mesmo Emprego o fará por Apostilla na mesma Carta. Pelo que Mando a todas as Pessoas a quem o conhecimento desta pertencer que deixem uzar Livremente ao sobredito Professor do seu Magisterio, e gozar de todas as Honras, Privilegios e Izenções que lhe são concedidas: E Jurará perante o Deputado que servir de Presidente da Real Meza Censoria de guardar o Serviço de Deos, e Meu na observancia das Instrucções determinadas para as Escolas Menores. Para que Mandei se lhe passasse a presente Carta que se cumprirá sem embargo, ou duvida alguma sendo assignada por dous Deputados a mesma Meza, e sellada com o Sello pendente das Minhas Armas, e se registara na Camara e aonde mais convier para ter o seu devido effeito: E não pagou Novos Direitos pelos não dever, como constou por conhecimento dos officiaes delles. A Raynha Nossa Senhora o Mandou pelos Deputados da Real Meza Censoria abaixo assignados. Dada em Lisboa aos vinte e dous de Mayo do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezu Christo de mil setecentos e outenta e sete.

A nomeação dos professores régios era comumente redigida assim: “tendo consideração às letras”; e não deixa de ser honroso o adendo “e Merecimento que concorrem na Pessoa de Luiz dos Santos Vilhena”, uma espécie de reconhecimento ao trabalho do professor, e legitimação da parte da Soberana para que o professor seja bem acolhido pelos responsáveis na Colônia. Além disso, é importante lembrar que os professores de grego eram poucos e, não sofriam nenhum tipo de perseguição decorrente da reforma pombalina, como ocorreu com os professores de língua latina, “até porque no Grego não havia necessidade de eliminar uma situação pedagógica anterior”. (RAMALHO, 1982, p. 127)

Após a nomeação, há uma petição, datada de 30 de julho de 1787, solicitando passagem para a Bahia de “Luiz dos Santos Vilhena, que vai provido pela Real Meza Censoria na cadeira de Lingoa Grega da mesma Cidade; e leva comsigo sua

Mulher, e huma Prêta forra com uma Cria Parda”. Após a petição fica registrada a partida no *Livro Segundo de Passaportes da Mesa da Inspeção*, p. 320, em 29 de novembro de 1787, Lisboa.<sup>14</sup> Vilhena, Maria Antônia, a “Prêta forra e sua Cria Parda” desembarcam em Salvador em dezembro de 1787 e vivem aqui por treze anos ininterruptos, sem retornar a Lisboa.

## *Gemas entre as pedras*

Depois de instalado na capital baiana, Vilhena pratica sua docência no Colégio “dos proscritos jesuítas” daquela cidade. De acordo com ofício do Governador da Capitania, D. Rodrigo José de Menezes, o estabelecimento estava evacuado e por isso ele deu permissão ao Mestre de retórica, Francisco Ferreira Paes da Silveira, para recolher, nessa nova casa de educação, os rapazes, “que a contento de seus paes mais iluminados”, cientes da utilidade da instrução de seus filhos, se ofereciam para aprender na referida casa.<sup>15</sup> As aulas providas pelo ensino régio contemplavam o estudo da língua latina, língua grega, retórica e filosofia, com vistas aos estudos preparatórios para ingresso na Universidade de Coimbra. Com relação aos chamados estudos menores, é o próprio Vilhena que nos fornece informações sobre as cadeiras e professores da capitania baiana. Na carta VIII, relata que no tempo dos ‘extintos jesuítas’ havia nesse Colégio sete classes:

Na primeira das sete mencionadas classes se ensinava gramática portuguesa, desta passavam os meninos a aprender na segunda os primeiros rudimentos da língua latina, estudavam sintaxe, e sílaba na terceira classe, da qual passavam para a quarta onde aprendiam a construção da mesma língua, a retórica,

14 Ver AHU-ACL-CU-005, Cx. 251, doc. nº 17308, 30 de julho de 1787, Lisboa. A pasta contém 3 documentos: o passaporte de 1787, o de 1799 e o de 1808.

15 Ver AHU-ACL-CU-005, Cx. 75, doc. nº 12.475, 21 de maio de 1787, Bahia.

tal qual então se ensinava. Na quinta a matemática; na sexta filosofia, e na sétima se ensinava teologia moral. (VILHENA, op. cit., p. 273-4)

Em Salvador, além do Colégio régio, o Convento do Carmo e o Convento de S. Francisco tinham autorização para oferecer classes de língua latina e filosofia.

Conforme a Carta Régia de nomeação de Vilhena, o período autorizado para o exercício na cadeira de língua grega era de seis anos. Findo esse prazo em 1793, foi apostilado mais seis anos que terminariam em 1799, ano crucial na vida do professor, como veremos. Em outubro de 1797, Vilhena consegue autorização para ir a Portugal tratar de sua saúde. O requerimento de licença médica havia sido solicitado no ano anterior e contém o atestado do seu médico, que declara que o paciente sofria de “molestias cutaneas”, um grande “prurido na pelle”, além de “contínuas aepsias, ou indisposições do estomago”.<sup>16</sup>

Apesar da obtenção da licença para o afastamento em Portugal, permanece ainda por mais de um ano na colônia, por causa “dos inconvenientes da passagem” e também porque aguardava resposta ao seu requerimento para prorrogação na cadeira por mais anos ou a dispensa.

Diante de tais angústias, resolve embarcar em dezembro de 1799 para a Corte, a fim de tratar da saúde e tentar obter resposta quanto à sua situação profissional. Em atendimento ao seu requerimento, em 10 de maio de 1800, o Governador D. Fernando José de Portugal é indagado por D. Rodrigo de Souza Coutinho, por Carta Régia, sobre o merecimento do Suplicante e se o Subsídio Literário pode jubilá-lo com o salário completo ou em parte. Em resposta, datada de 10 de agosto de 1801, Vilhena é jubilado da cadeira de língua grega em Salvador, Bahia, nos dizeres do Governador D. Fernando José de Portugal:

---

16 Ver AHU-ACL-CU, 005, Cx. 91, doc. nº 17.897, 08 de março de 1796, Bahia.

se com efeito entendia que o mesmo Professor merecia ser contemplado com esta maior remuneração, o jubilei unicamente com a metade do ordenado, atendendo a que o rendimento do Subsídio Literário estabelecido nesta Capitania apenas chega para pagar aos Professôres atuais.<sup>17</sup>

O rendimento do subsídio literário era mantido por meio de tributos sobre a produção dos alambiques e dos açougues, no entanto, Vilhena (carta VIII) afirma que a arrecadação não era real, pois os donos de alambiques não declaravam a produção devida, de modo que, quanto mais alambiques surgiam, menos subsídio se arrecadava; quanto aos proprietários de açougues, não declaravam nem a quarta parte dos bois que matavam. Apesar do jubilamento com metade do salário, Vilhena não permaneceu nessa condição, ou dizendo de outro modo, não se conformou com o veredito inicial de não receber o salário completo. Recorreu de tal decisão, acrescentou o argumento de ter servido quase dez anos no Serviço das Armas de Portugal antes da docência. O fato é que, em 17 de maio de 1802, foi concedido a Vilhena o benefício de estar jubilado com o salário completo, autorizado por D. Rodrigo de Souza Coutinho com o seguinte teor:

Attendendo ao bom serviço de Luiz dos Santos Vilhena, Professor Regio de Lingoa Grega na Cidade da Bahia, e a outros particulares motivos que Me forão presentes: Hei por bem e por graça jubilado na mesma Cadeira, vencendo o Ordenado que lhe compete por inteiro, pago na respectiva Folha na forma do estillo, com a clausula de se empregar nos Trabalhos Litterarios que lhe forem commettidos pela Junta da Impressão Regia.<sup>18</sup>

17 Ver AHU-ACL-CU, 005, Cx. 116, doc. nº 22.775, 10 de agosto de 1801, Bahia.

18 Ver AHU-ACL-CU, 005, Cx. 251, doc. nº 17.308, 17 de maio de 1802, Bahia. De acordo com o atestado, o registro encontra-se no *Livro de Registro de Direitos da Secretaria do Estado dos Negócios da Fazenda*, fl. 288, 1802.

As razões particulares que favoreceram o professor não são ditas mas, pela cláusula acrescentada ao benefício concedido, é possível deduzir que as motivações de D. Rodrigo de Souza Coutinho têm a ver com a obra produzida por Vilhena em seus últimos anos de docência e, como já foi dito, ofertada em parte ao mesmo Ministro. Na dedicatória da oferta das últimas cartas, o cronista apresenta o seguinte relato:

Depois de haver finalizado vinte cartas de notícias brasílicas, que por mãos de V. Excia. tive a honra de oferecer a S. Alteza Real o Príncipe Regente N. Senhor, revolvendo a confusa coleção de notícias, que havia juntado, achei que nos restos de que o mar me não despojara, havia ainda matéria para ampliar aquelas Cartas. (VILHENA, op. cit., p. 807)

Mais adiante reafirma o encontro que teve com D. Rodrigo de Souza Coutinho e declara que foi o próprio que o advertiu a não se “entregar ao ócio”, e por isso concebeu em sua mente que o Ministro poderia se agradar com o trabalho empregado na recopilação de notícias brasílicas, de modo que preparou mais quatro missivas acompanhadas de uma coleção de plantas.

Quanto à alusão de uma tormenta pela qual passou a nau *Infante D. Pedro*, e das agruras que enfrentou, é relevante a atestação, apostilada à sua pasta de jubilamento, do Capitão Manoel Ribeiro Valente, que apresenta uma declaração sobre o caráter de Vilhena.<sup>19</sup> A *Recopilação das Notícias Soteropolitanas e Brasílicas* estará completa em 1802. Como aludimos anteriormente, a obra foi pensada, inicialmente, em vinte missivas dedicadas ao Príncipe D. João. É no mínimo curioso, o empenho de Vilhena em produzir mais quatro cartas, agora dedicadas ao Ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho. Curioso e oportuno, visto que cair nas graças do Ministro

---

19 Ver AHU-ACL-CU, 005, Cx. 219, doc. nº 15.316, 16 de setembro de 1800, Lisboa. Há outras declarações de atestação de conduta e caráter na mesma pasta, inclusive sobre seus períodos de docência no colégio da Bahia.

garantia ao contemplado uma situação estável, um cargo no reino, ou como vimos a garantia do jubileamento com salário integral.

Os manuscritos foram inicialmente organizados em três tomos; além das 24 cartas, há duas dedicatórias endereçadas aos seus dois destinatários. Junto às missivas, encontram-se prospectos de igrejas, esboços dos fortes, plantas hidrográficas, croquis de uniformes e um catálogo de assuntos, de que se pode ver um pequeno resumo no quadro 2. O cronista se utiliza de fontes variadas para coletar e reproduzir as informações registradas em suas *Notícias*. Leopoldo Jobim (1983), em *Notas para um estudo de Historiografia Colonial*, ressalta a variabilidade das fontes de que se serviu Vilhena, e as estrutura da seguinte forma:

a) a observação direta, que chega ao seu conhecimento espontaneamente; b) o que dizem as pessoas a quem procura por seu conhecimento espontaneamente; c) as tradições; d) os livros de autores portugueses e estrangeiros; e) outras fontes literárias; f) os documentos, sejam eles documentos administrativos, cartas geográficas, mapas estatísticos, manuscritos em arquivos religiosos, inscrições em monumentos ou tratados de direito internacional. Inúmeras vezes compara uma informação com outra que lhe parece mais fidedigna. (JOBIM, op. cit., p. 257)

Em vários momentos, vê-se em Vilhena uma ênfase no trabalho do historiador e em sua participação em uma possível História Brasílica em vias de ser escrita. Há momentos em que parece admirar o trabalho do historiador ou pelo menos a minúcia do ofício: “A matéria em si é bem digna da exacção de um historiador”. (VILHENA, op. cit., p. 17) Em mais de um momento, insiste no argumento, como na Carta I:

Como eu, meu Filopono, **me não considero ligado à exação, e autenticidade de historiador**, posso livremente participar-te a tradição que há, de que Diogo Álvares Caramuru, fizera da taipa, e terra calcada

a pilão, uma espécie de fortaleza junto onde hoje está o convento da Graça. (VILHENA, op. cit., p. 38)

Ao mesmo tempo, não poupa críticas aos que são chamados de historiadores, como afirma na Carta XXI, em que retoma elementos da história brasileira a partir de Pedro Alvares Cabral e da expedição de Martim Afonso, que compilou as informações “dos poucos historiadores” que aqui tenha “podido conseguir”, mas acrescenta que, com o tempo, passou a desprezá-las em virtude de que estes “caíram na fraqueza de introduzirem nas suas histórias fatos alheios de toda a verossimilhança, motivo por que quando as leio sempre desconfio”. (VILHENA, op. cit., p. 757)

Vilhena se concentra na crítica de que a história tem sido contada por alguns com elementos distantes da realidade e avessos à tal ‘veracidade’ tão promulgada por ele. Na concepção do professor, o labor historiográfico prescinde sempre de uma mente acurada e atenta aos detalhes. Em certo sentido, se não atende a esse critério não pode ser chamado de historiador: “Sem atender a muitas circunstâncias, e miudezas necessárias só a quem escrever história, e não cartas”. (Vilhena, op. cit., p. 762)

Por outro lado, declara em sua oferta do catálogo de assuntos das cartas: “Mas o certo é, que nestas vinte cartas, poderás ver, e saber o que não acharás nos historiadores, nem poderás inquirir de muitos homens, ainda dos que tenham mais razões de sabê-lo, do que eu”. (VILHENA, op. cit., p. 22) Propõe uma separação no tipo de relato apresentado por um historiador e por um escritor de cartas. Desse modo, tenta se proteger de críticas à sua obra, como quando se refere às narrativas do reinado do rei D. Manuel e da armada de Cabral: “que podes ver nos nossos escritores, e não relato; porque escrevo cartas, e não história”. (VILHENA, op. cit., p. 36) Ao abordar o comércio da capitania da Bahia, afirma que



sente receio de que falte alguma informação essencial em seu relato: “mas tu sabes, que eu não passo de ser um coletor do que vejo, e me dizem”. (VILHENA, op. cit., p. 61)

Em sua dedicatória ao Príncipe, retoma a ideia de que ele é um escritor de cartas, que busca noticiar o que pode e coletar tudo o que estiver ao seu alcance, a fim de que o trabalho resulte em informações condignas e naturalmente alheias a relatos fantasiosos ou distantes da realidade vivida pela colônia. Em suma, prepondera a ideia de que sua obra pode, no mínimo, ofertar dados preciosos que podem ser aproveitados e melhorados por outros. Brinca com a metáfora de um mineral, “misturado à terra e ao cascalho”, que necessita ser lapidado; nesse momento, o historiador acaba representando o ourives, ofício que exige técnica e atenção “às miudezas”. Em conclusão ao príncipe, arremata afirmando que ao soberano caberia mandar purificar esse “mineral tosco”, já que para Vilhena: “de forma que dando-lhe eu princípio em Cartas, *outra mão mais hábil a venha finalizar em história*”. (VILHENA, op. cit., p. 19)

De modo curioso, essa frase ressoou depois do tempo de Vilhena, visto que as *Cartas* do professor se tornaram fonte primária para muitos autores que, escrevendo durante o século XX, se propuseram a pensar o Brasil desde o período colonial. É o caso de Caio Prado Junior, Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, por exemplo.

## *Outras trilhas*

Apesar de jubilado, de ter retornado a Portugal, Vilhena resolve voltar ao Brasil em 1808. Naquele ano, muitos portugueses acompanharam a mudança da Coroa portuguesa para o Brasil. O número exato dessa migração tem sido revisto por muitos pesquisadores. A vinda da Corte comportou todo tipo de classe e

profissional: a chamada nobreza integrava conselheiros, militares, religiosos, damas de companhia, pajens, cozinheiros, cavaleiros, entre outros. A situação abrupta dos embarques de muitos portugueses, às pressas, não facilitou o registro dos viajantes. Para Laurentino Gomes:

Entre 10 mil e 15 mil pessoas acompanharam o príncipe regente na viagem ao Brasil. Era muita gente, levando-se em conta que a capital Lisboa tinha cerca de 200 mil habitantes. [...] O cálculo do número de passageiros é, portanto, baseado em relatos e estimativas da época. As poucas listas oficiais existentes relacionam 536 pessoas, mas o total era certamente muitas vezes maior, uma vez que ao lado desses nomes apareciam descrições imprecisas. (GOMES, 2014, p. 62)

A imprecisão é consequência de registros que atestavam a vinda da família, mas não nomeavam todos os viajantes, por exemplo, o Barão e sua família, o comerciante, a esposa e servos. Com tal nomeação genérica não é possível chegar a um número preciso. Calmon também descreve a vinda intempestiva da Coroa e da Corte para as terras brasileiras:

O espetáculo tanto teve de grotesco como de admirável. Jamais sucedera coisa semelhante: a emigração dum governo, com as suas principais pessoas, os seus arquivos, os seus livros, o seu mobiliário, tudo o que pôde ser removido, empacotado, metido nos porões dos barcos, enquanto o povo, comovido e triste, só tinha injúrias para os “afrancesados”, os suspeitos de colaboração com o inimigo. Umas dez mil pessoas acumularam-se nas oito naus, quatro fragatas e quatro brigues e corvetas. Onde trezentas eram demais, apertaram-se 1.600!”. (CALMON, 1971, p. 1389-1391)

Os desconfortos da viagem, com pouca comida inclusive, eram preferíveis ao risco de cativo diante do avanço e invasão dos franceses em Portugal. Em tais circunstâncias, a população

do Rio de Janeiro sofreu um impacto avassalador de um dia para o outro.<sup>20</sup> Como outros portugueses, Vilhena acompanha o movimento de mudança. Continuará, no entanto, na antiga capital da colônia: por mais seis anos vive em Salvador, sendo sepultado em setembro de 1814. Desses últimos anos em terras brasileiras, vivendo como aposentado na capital baiana, ainda há o que saber. Na verdade, há lacunas sobre o que foi a vida de Vilhena depois de 1802, já em Portugal; também sobre o seu suposto serviço à Junta da Impressão Régia; e principalmente sobre correspondências que pode ter mantido durante esses anos com colegas e conhecidos brasileiros. Tomemos como exemplo o início da Carta XXI, em que Vilhena trata da capitania de São Paulo:

Patrífilo, caro amigo, que muito prezo. Sinto não poder dar-te das Capitánias do Sul notícias tão raras, com as que desta da Bahia participei ao nosso amigo Filopono, por me faltarem os meios de as conseguir. A tempo que eu mendigava as da Capitania do Rio de Janeiro, me participou um sujeito do teu conhecimento, Ministro que serviu naquela cidade, haver escrito a História da Capitania, e que esta estava na impressão motivo por que não continuei. (VILHENA, op. cit., p. 757)

Em geral, ao tratar de uma Capitania que não conheceu pessoalmente, Vilhena busca relatos entre conhecidos, consulta e transcreve manuscritos disponíveis que encontra. No caso do Rio de Janeiro, de fato, termina sua obra sem se dedicar a compor a história de tal capitania, referendando sua afirmação de que

---

20 Wilcken estima em torno de sessenta ou setenta mil pessoas e afirma que, antes mesmo da chegada da frota, se instaurou uma lei impopular que rezava que a Coroa poderia confiscar qualquer casa particular, e que os funcionários do governo caminhavam pela cidade e, ao se agradar de uma residência, escreviam na porta de entrada as iniciais “PR”, Príncipe Regente, e os moradores deveriam sair imediatamente de suas propriedades. Ver Wilcken (2005, p. 113).

desistiu da empreitada por se deparar com um conhecido que viveu no Rio de Janeiro e havia preparado uma obra sobre a região.

Quando compõe as últimas cartas, o cronista já retornou a Portugal, mas sabe-se que continua dedicado ao seu projeto intelectual de completar as *Notícias*. E, pelo visto, mantém contato com outros agentes do estado. Assim, o período a partir de 1802 até seu falecimento em 1814 nos traz indagações tais como: o que fez Vilhena após a finalização da obra, com quem conviveu, manteve contato, ou em que se envolveu o cronista nos últimos de sua vida.

É fato que resolve retornar ao Brasil em 1808, comprovado pelo seu requerimento de passaporte naquele ano.<sup>21</sup> Na solicitação se diz que Luiz dos Santos Vilhena, jubilado na cadeira de língua grega na Bahia, pede para voltar para a mesma cidade em que foi professor régio “pella impossibilidade de poder subsistir nesse pais, e o não poder fazer sem passaporte p<sup>a</sup> si, sua mulher, e huma preta forra por nome; Joanna Maria”. O passaporte é emitido em 21 de outubro de 1808; a justificativa tem a ver com o momento político pelo qual passa Portugal, de modo que, para Vilhena, que havia vivido em Salvador por mais de uma década, pareceu boa ideia, naquelas circunstâncias, retornar à Bahia.

Em relação a documentos pessoais, restou encontrar o registro de casamento de Luiz dos Santos Vilhena e Maria Antônia. É provável que a diferença de idade do casal seja um dado relevante. Vilhena morre aos setenta anos, em 1814, e Maria Antônia aos quarenta e cinco, em 1817. Ou seja, quando o casal aportou pela primeira vez em terras brasileiras, no ano de 1787, Maria Antônia tinha apenas 15 anos. É possível que o casamento tenha acontecido em alguma paróquia da capital, já que Vilhena, antes de se tornar professor régio do Brasil, vivia em Lisboa há alguns anos.

21 Ver AHU-ACL-CU, 005, Cx. 251, doc. nº 17.308, 21 de outubro de 1808, Bahia.

Tais questões nos remetem à imagem de um campo aberto em que vemos ao longe algumas trilhas possíveis que só podem ser confirmadas quando chegamos mais perto, de modo que algumas se reduzem a miragens e nos faz andar em círculos, outras, por vezes, tem um caminho marcado e nos ligam a outras estradas.

## **REFERÊNCIAS**

### *Documentos manuscritos*

ADSTB – Livro de Registro de batismo, Paróquia Santiago de Cacém, Livro 0003, m0288 e m0289.

AHU – Conselho Ultramarino – Catálogo Castro de Almeida, Capitania da Bahia, livro 5, Cx. 251, doc. nº 17.308; Cx. 63. doc. nº 1207 doc. nº 1208; Cx. 66. doc. nº 12.614 e doc. nº 12.615; Cx. 75, doc. nº 12.475; Cx. 91, doc. nº 17.897; Cx. 116, doc. nº 22.775; Cx. 219, doc. nº 15.316.

AHM – Livro de Registro dos Oficiais inferiores, cadetes, tambores, soldados da 6ª Companhia de Setúbal; Livro de Registro dos Oficiais inferiores, cadetes, tambores, soldados da 6ª Companhia de Setúbal.

ANTT - Chancelaria de D. Maria I, Carta de nomeação, livro 29, fl288 e288v.

ANTT – Real Mesa Censória, Requerimento para nomeação dos professores nos Estudos menores, 1777/1818, livro 1, ms. 21 e ms. 113.

APEB – Cartas Régias, Livro 86, Requerimentos, documentos 44, 44A, 58, 58B.

AUC - Junta da Diretoria Geral dos Estudos 1781/1844, Carta de Nomeação, fls. 1-2.

## *Livros e artigos*

AMARAL, B. Prefácio. In: VILHENA, L. S. *A Bahia do século XVIII*. Apresentação de Edison Carneiro. Notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Editora Itapuã, 1969. p. 1-13.

ARAÚJO, A. C. *A cultura das Luzes em Portugal. Temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

ARAÚJO, E. Introdução. In: VILHENA, Luís dos Santos. *Pensamentos políticos sobre a Colônia*. Introdução de Emanuel Araújo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1987. (Série Publicações Históricas 87).

CALMON, P. *História do Brasil* (séculos XVIII e XIX). 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971. v. 4.

CARNEIRO, E. *Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

DIAS, M. O. S. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico* (RIGH). Rio de Janeiro, v. 278, 1968. p. 100-170.

DOMINGUES, M. *O Marquês de Pombal. O homem e a sua época*. Lisboa: Livraria Romano Torres, 1970.

GOMES, A. O. Dois documentos esclarecedores. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, edição 00247, 22 de julho de 1945.

GOMES, J. F. O Marquês de Pombal criador do ensino primário oficial. In: TORGAL, L. R.; VARGUES, I. (org.) *O Marquês e Pombal e o seu tempo*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1982. Tomo II, p. 25-41.

GOMES, L. *1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Globo, 2014.

JOBIM, L. C. Notas para um estudo de Historiografia Colonial. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. II, p. 249-280, 1982.

JOBIM, L. C. *Ideologia e Colonialismo: um estudo sobre o pensamento político e econômico no Brasil setecentista*. Prefácio de Luiz Viana Filho. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

MAXWELL, K. *O Marquês de Pombal: ascensão e queda*. Tradução Saul Barata. Lisboa: Manuscrito, 2015.

MATTOSO, K. M. Q. *Bahia, Século XIX, uma província no Império*. Trad. de Yedda de Macedo Soares. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

NISKIER, A. *Educação Brasileira: 500 anos de História*. Rio de Janeiro: Funarte, 2001.

PASSOS, E. *Anfrísia Santiago (1894-1970)*. Salvador: EDUFBA: FACED, 2005. (Coleção educadoras baianas).

PEDREIRA, J.; COSTA, F. D. D. *João VI. O Clemente*. Mem-Martins: Círculo de Leitores, 2009.

RAMALHO, A. C. Um Programa de exame de Grego da Reforma Pombalina. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 4, t. II, p. 125-141, 1982.

RODRIGUES, J. H. *História da História do Brasil*. 1ª parte, historiografia colonial. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

VIANA, Â. A. M. M. Lápides da Igreja de Santa Teresa. *Centro de Estudos Baianos*, Salvador, n. 39, p. 3-12, 1960.

VILHENA, L. S. *Pensamentos políticos sobre a Colônia*. Introdução e edição da carta XXIV de Emanuel Araújo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1987.

VILHENA, L. S. *A Bahia do século XVIII*. Apresentação de Edison Carneiro. Notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

VILHENA, L. S. *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília*. Apresentação, notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1921. 3 v.

VILHENA, L. S. *Pensamentos políticos sobre a Colônia*. Introdução de Emanuel Araújo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1987. (Série Publicações Históricas 87).

WILCKEN, P. *Império à deriva: A corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

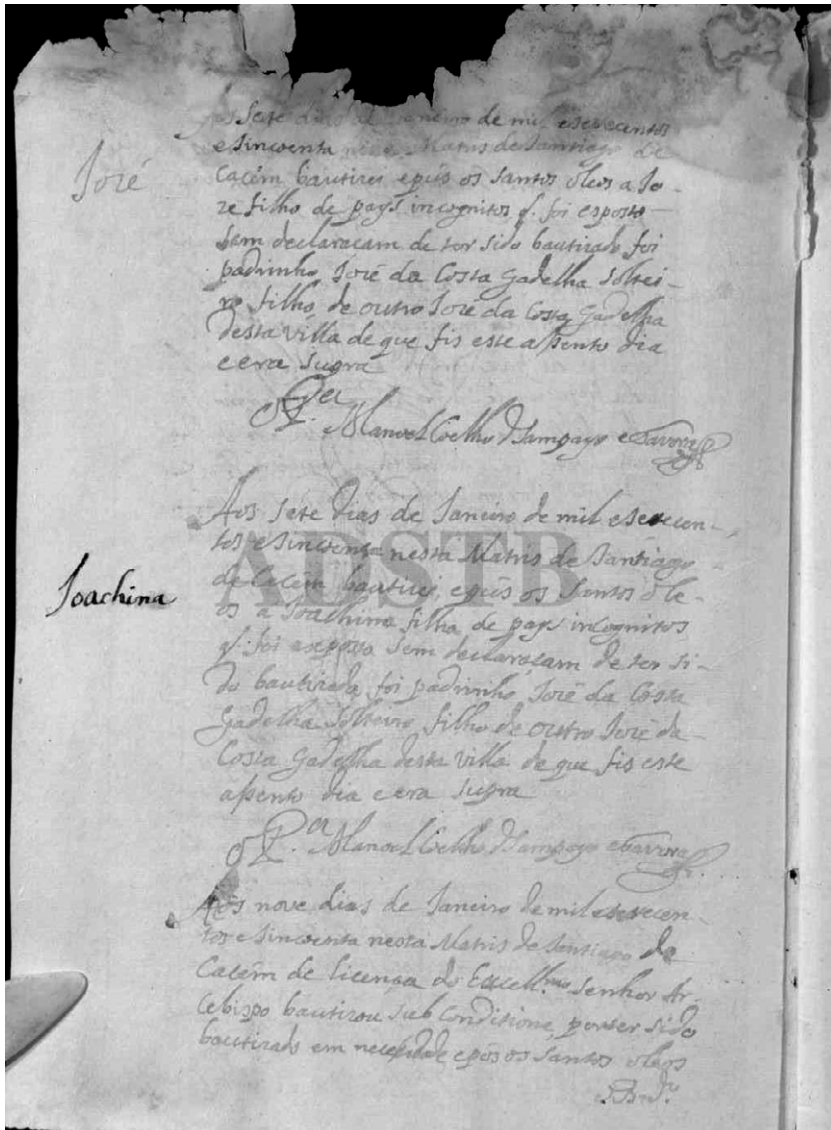


*ANEXO DE FIGURAS E QUADROS*

---



Figura 2 – Fac-símile do registro de batismo de Luiz dos Santos Vilhena, p. 1



Fonte: Arquivo Distrital de Setúbal.

Figura 3 – Fac-símile do registro de batismo de Luiz dos Santos Vilhena, p. 2

João da Fonseca e seus filhos primeiro do nome do segundo matrimonio de Manoel dos Santos Vilhena do primeiro de sua mulher Juliana Ygnacia dos Jesus moradores nesta villa e o filho de Pedro Lopes de Maria da Resurreicao e dos naturaes desta villa e o filho de Andre Calhau de Maria Rodrigues todos naturaes desta freguesia. Foi padrinho D. Luis de Sousa Catharis deidade de Lisboa por seu procurador Manoel Rodrigues Bravo de que fiz este a penna dia e era segunda de Maio de 1761.

De Manoel Calhau Dampayo e Carona

No dia de Janeiro de mil e setecentos e cinquenta e nesta Matriz de Santiago de Cacem baptizei e foi os Santos Oleos a Maria filha de Thomaria Joazequina Solteira a pissete nesta villa e criada de Manoel dos Santos Bonifacio natural da freguesia de N. Sr. do Bela deste termo filha de Antonio de Brim de sua mulher Archangela Martins. Foi padrinho Antonio Pereira Barboso desta villa de que fiz este a penna dia e era supra

De Manoel Calhau Dampayo e Carona

Figuras 4a e 4b – Descrição do soldado Luiz dos Santos Vilhena nos Livros de Registros do Arquivo Histórico Militar Português

**Registo de descrição**

**PT/AHM/G/LM/B-07/02/1462**

Nível de descrição	R
Código de referência	PT/AHM/G/LM/B-07/02/1462
Apelido	Santos.
Nome	Luís dos Santos.
Data de nascimento	S.d. [ca. 1750].
País/Território	[Portugal].
Estado/Região/Provincia	Estremadura.
Localidade	Vila de Santiago do Cacém.
Altura	5 pés e 1,5 polegadas[1,536 m].
Olhos	Pardos.
Cabelo	Castanho
Informações militares	Contém informações sobre a carreira militar.
Notas de investigação	Descrito por Carlos Santos.

**Registo de descrição**

**PT/AHM/G/LM/B-07/03/1090**

Nível de descrição	R
Código de referência	PT/AHM/G/LM/B-07/03/1090
Apelido	Santos.
Nome	Luís dos Santos.
Data de nascimento	S.d [ca. 1750].
País/Território	[Portugal].
Distrito/Zona	São Tiago de Cacém.
Localidade	Estremadura.
Altura	5 pés e 2 polegadas [1,574 m].
Olhos	Pardos.
Cabelo	Castanho.
Informações militares	Contém informações sobre a carreira militar.
Profissão/Ocupação	Anspeçada.
Notas de investigação	Descrito por Venildo da Silva.

Figura 5 – Dados gerais de Luiz dos Santos Vilhena nos registros do AHM, p. 1

422/382

*Registro dos Offizares, Inferiores, Cadetes, Tambores*

N.º	Nomes	Idade	Offizares		Anos de Serviço de Novo Regimento	Armas		Logos de Honras	Officio
			Por	Por		Caballo	Outras		
1	1029 Augusto Frutuoso Pereira Rosa	45	5	2	28 annos	Pistola	Arma	Alforges Prov. de Estramadura	
2	1030 Augusto Augusto Manuel Pires	30	5	1		Pistola	Pistola	Posto Capão de S. Paulo, Prov. de S. Paulo	
3	1031 Francisco Paulo Pereira de Almeida	22	5	3	2 annos	Pistola	Pistola	Companhia Prov. de Estramadura	
4	1032 Antônio Carlos Manuel Pires Pereira	14	5	4	2 Meses	Luzas	Arma	Alforges Prov. de Estramadura	
5	1033 Antônio Carlos	23	5	4	7 annos	Pistola	Pistola	Caballo Prov. de Estramadura	
6	1034 Cato Sebastião de Almeida = P. de Cato em 15 de Junho 1774	17	5	2		Pistola	Pistola	Alforges Prov. de Estramadura	
7	1035 Cato José Joaquim Pereira Rosa = B. de Almeida em 1776	23	5	1		Luzas	Arma	Alforges Prov. de Estramadura	
8	1036 Cato Joaquim José de Almeida	20	5			Cyrtaly	Pistola	Alforges Prov. de Estramadura	
9	1037 Cato José Sacramento	25	5	2		Cyrtaly	Pistola	Alforges Prov. de Estramadura	
10	1038 Cato Manuel José	15	4	10		Cyrtaly	Pistola	Caballo Prov. de Estramadura	
11	1039 Cato Joaquim José de Almeida	16	5	3		Pistola	Pistola	Alforges Prov. de Estramadura	
12	1040 Cato Luiz de Almeida	18	5	2		Cyrtaly	Pistola	Alforges Prov. de Estramadura	
13	1041 Cato Manuel Calado	20	5	2	2 annos	Luzas	Pistola	Alforges Prov. de Estramadura	
14	1042 Cato Antonio Rodrigues Cab	21	5		2 annos	Pistola	Pistola	Alforges Prov. de Estramadura	
15	1043 Cato José Joaquim de Almeida	21	5	8 1/2		Pistola	Pistola	Alforges Prov. de Estramadura	

*José Bruno de Almeida*

Fonte: AHM.

Figura 6 – Dados gerais de Luiz dos Santos Vilhena nos registros do AHM, p. 2

423  
383

*e Soldados da 6.ª Companhia d.*

Estado	Tempo do Juramento			Cargos/dados			Fadadores	Observações
	Mes	Dia	Anno	Apertado	Prisões ou Faltas ex Tercos	Mortos		
Casado	Junho	26	1763					
Casado	Junho	1º	1769			423, 383 2.877		1027
	Junho	26	1763		Prisões e Faltas Prisões, de 5.ª Comp. em 1.ª de Julho 1774			1020
Casado	Junho	26	1763					1081
	Junho	26	1763		423, 383 2.877			1082
	Junho	1	1767		423, 383 2.877			1083
	Junho	1º	1767		423, 383 2.877			1084
	Março	14	1769		423, 383 2.877			1085
	Agosto	29	1773	em 12 de Junho 1774				1086
	Agosto	6	1772		423, 383 2.877		San. São Francisco de Assis	1087
	Junho	1	1767				San. São José da Cruz Cyrocy	1088
	Março	28	1768		423, 383 2.877		San. Nossa Senhora do Socorro	1089
	Junho	26	1763				San. São Manuel de Almeida	1090
	Junho	26	1763		423, 383 2.877		San. São José do Rio Preto	1091
Casado	4	1770			423, 383 2.877			1092
								1093

*Luiz dos Santos Vilhena*

Fonte: AHM.

Figura 7 – Registro de licenças médicas de Vilhena no AHM, p. 1

432

*Registro dos Licenciados da Companhia de Vilhena*

<i>Nomes.</i>	<i>Data da Licença quanto tempo</i>	<i>Data da Licença quanto tempo</i>	<i>Data da Licença quanto tempo</i>	<i>Data da Licença quanto tempo</i>	<i>Data da Licença quanto tempo</i>
1448					
1449 <i>Sebastião Romariz</i>	<i>Eum mez em 16 de Junho de 1776</i>				
1450					
1451 <i>Joaquim Couto</i>	<i>Eum mez em 16 de Junho de 1768</i>				
1452					
1453 <i>Franisco da Costa Rana</i>	<i>15 dias em 16 de Setembro de 1768</i>				
1454					
1455 <i>Estevão Antonio</i>	<i>16 dias em 16 de Dezembro de 1767</i>	<i>Eum mez em 16 de Junho de 1768</i>			
1456					
1457					
1458					
1459 <i>Joaquim Couto</i>	<i>Eum mez em 16 de Junho de 1768</i>	<i>15 dias em 16 de Setembro de 1768</i>			
1460					
1461 <i>Luiz dos Santos</i>	<i>Eum mez em 16 de Junho de 1768</i>	<i>15 dias em 16 de Setembro de 1768</i>	<i>Eum mez em 16 de Junho de 1768</i>	<i>Eum mez em 16 de Junho de 1768</i>	<i>Eum mez em 16 de Junho de 1768</i>
1462					

[Transcrição dos dados relativos a Vilhena: Eum mez em 16 de Junho de 1768; 15 diaz em 16 de Setembro de 1768; Eum mez em o pr.º de Dezembro de 1768; Eum mez em o pr.º de Junho de 1769; Eum mez em o pr.º de Dezembro de 1769]

Fonte: AHM.

Figura 8 – Registro de licenças médicas de Vilhena no AHM, p. 2

am R. Co. M. Cone 433 212

<i>Data</i> <i>da</i> <i>Licenca</i> <i>quanto tempo</i>	<i>Data</i> <i>da</i> <i>Licenca</i> <i>quanto tempo</i>	<i>Data</i> <i>da</i> <i>Licenca</i> <i>quanto tempo</i>	<i>Data</i> <i>da</i> <i>Licenca</i> <i>quanto tempo</i>				
28 dez em pr.º de Fevereiro 21770	Hum mez em julho de 21770	16 diaz em 16 de De zembro 21770	Eum mez em o pr.º de Ju nio 21771	Eum mez em o pr.º de Se ntembro 21771	Eum mez em o pr.º de Janeiro 21772	Eum mez em o pr.º de Janeiro 21772	1467

[Transcrição dos dados relativos a Vilhena: 28 diaz em o pr.º de Fevereiro de 1770; Hum mez em 16 de Julho de 1770; 16 diaz em 16 de Dezembro de 1770; Eum mez em o pr.º de Junho de 1771; Eum mez em o pr.º de Setembro de 1771; Eum mez em o pr.º de Janeiro de 1772]

Fonte: AHM.

Figura 9 – Registro da licença de Luiz dos Santos Vilhena para 'livre lecionar', em 1793

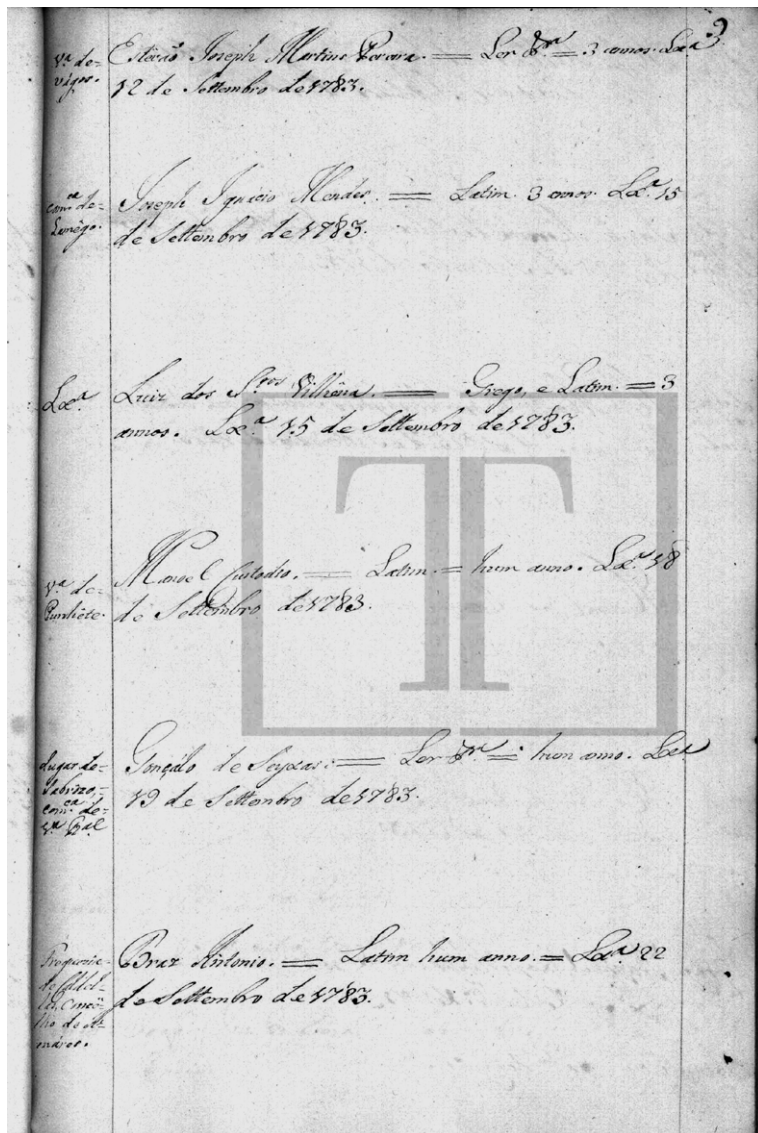
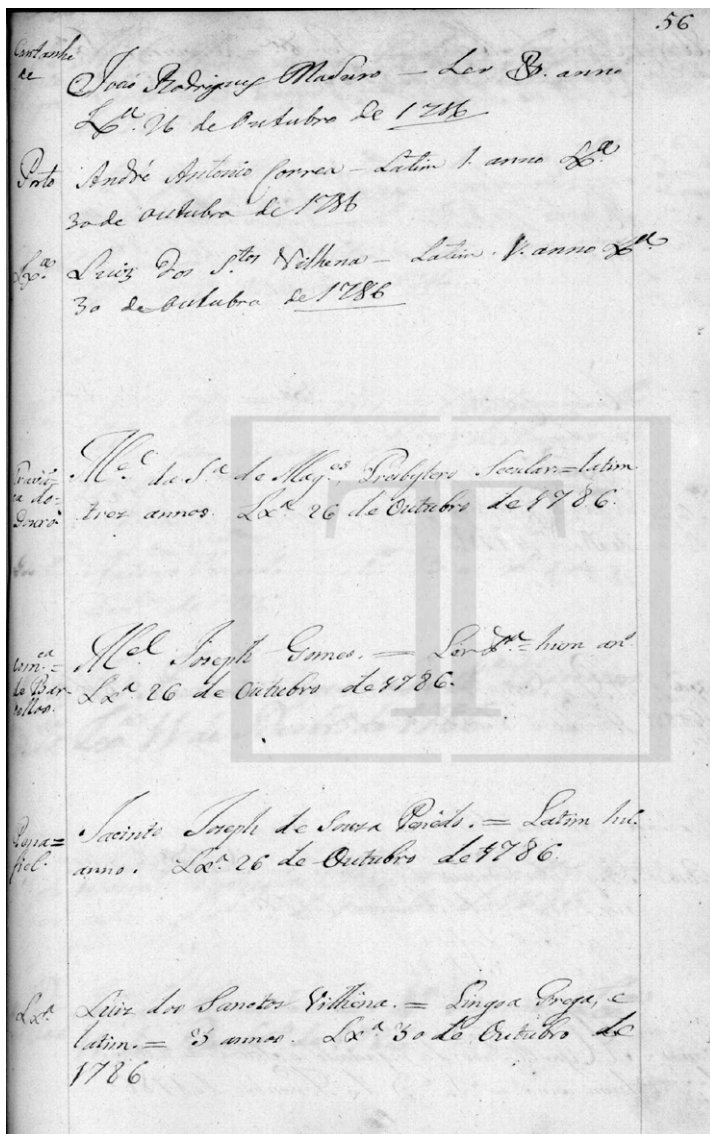


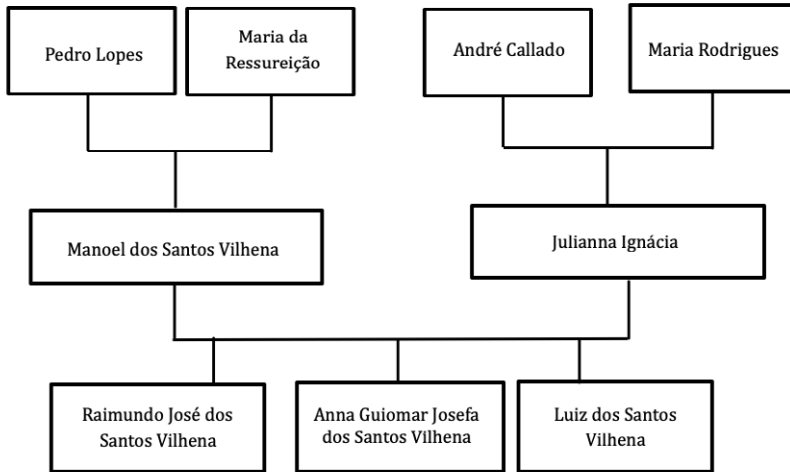


Figura 10 – Registro da licença de Luiz dos Santos Vilhena para ‘livre lecionar’, em 1786





Quadro 1 - Árvore Genealógica da família Santos Vilhena



Fonte: Produzido pela autora.

Quadro 2 – Resumo dos assuntos das vinte e quatro cartas de Vilhena

<b>Carta I (Capitania da Bahia)</b>
História da achamento do Brasil e da Bahia de Todos os Santos; limites da capitania, aspectos gerais acerca da topografia, população, edificações, paróquias, senado, despesas, rendas de Salvador.
<b>Carta II (Capitania da Bahia)</b>
Continuação da Carta I com ênfase em informações acerca da topografia e dos edifícios; trato com as fontes públicas; críticas à falta de punição aos depredadores do espaço público.
<b>Carta III (Capitania da Bahia)</b>
Ordem política e governo econômico da cidade: proliferação de mendigos, comportamento da polícia, catequesição dos índios, crítica à introdução de mais escravos na colônia.

Carta IV (Capitania da Bahia)
Descrição das moléstias, elogio ao clima, reprovação à paixão sensual desordenada e a depravação dos costumes.
Carta V (Capitania da Bahia)
Sobre a agricultura e economia rural: engenho de açúcar, tabaco, mandioca, lavradores e crítica aos senhores de engenho.
Carta VI (Capitania da Bahia)
Sobre a fortificação da cidade: descrição pormenorizada dos fortes, acompanhada de prospectos, descrição dos portos da capital e os do entorno.
Carta VII (Capitania da Bahia)
Ordenanças da capital e comarcas: descrição das tropas e milícias da capitania, vinte cróquis dos uniformes dos regimentos, erros nos recrutamentos, falta de economia militar, e descrição dos abusos dos soldados que geram desordens e opressão ao povo.
Carta VIII (Capitania da Bahia)
Sobre a educação: sobre os estudos na cidade, o estatuto das aulas antes e depois da expulsão dos jesuítas, lista de escolas das comarcas, discriminação das cadeiras, lista de professores e salários da capitania.
Carta IX (Capitania da Bahia)
Sobre o governo civil: criação de tribunais, ministros e oficiais de justiça; apresenta um catálogo de todos os chanceleres, desembargadores, e ministros de varas subalternas da capitania.
Carta X (Capitania da Bahia)
Sobre os empregos de Justiça e Fazenda que há na cidade: declaração dos ordenados, propinas e donativos.
Carta XI (Capitania da Bahia)
Apresenta um catálogo de todos os Governadores, Vice-Reis e Governos-Gerais da capitania da Bahia desde 1549.
Carta XII (Capitania da Bahia)
Sobre o governo Eclesiástico: ordens, bispos e arcebispos; despesas da Real Fazenda com a folha eclesiástica; mapa de todas as freguesias do Arcebispado; mapa das aldeias de índios que se tornaram vilas por ordem régia.

Carta XIII (Capitania da Bahia)
Sobre a Marinha: portos e vilas do Recôncavo baiano, comércio com o sul e norte do país.
Carta XIV (Capitania da Bahia)
Sobre ad comarcas de Ilhéus: limites, povoações, navegações, donatários, rios, matas, minerais.
Carta XV (Capitania da Bahia)
Sobre a comarca de Porto Seguro: povoações, rios, matas, terrenos, descrição do rio Doce e as intempéries da navegação até Minas Gerais.
Carta XVI (Capitania da Bahia)
Sobre as comarcas do Espírito Santo, Jacobina e Sergipe Del Rey: povoações, territórios, rios, serras, minerais, população, comércio, escolas das comarcas. Final das notícias a respeito da Capitania da Bahia.
Carta XVII Carta XV (Capitania do Rio Grande do Sul)
Sobre a capitania do Rio Grande de S. Pedro do Sul e a ilha de Santa Catarina: comércio, fertilidade dos terrenos, carência de população.
Carta XVIII (Capitania de Minas Gerais)
Sobre a descoberta das Minas Gerais pelos bandeirantes paulistas, descrição das comarcas: povoações, as minas de ouro e esmeraldas, governadores, Borba Gato, Emboabas.
Carta XIX (Capitania do Ceará)
Descrição dos distritos (Ceará, Acaraú, Ribeira de Jaguaribe): limites, povoações, rios, terrenos, comércio, minerais e sobre a descoberta de ouro nos Cariris novos.
Carta XX (Brasil)
Riquezas naturais: recopilação dos reinos vegetal, animal e mineral em todo o Brasil, préstimos das árvores e plantas para a construção naval, civil, comércio, macenaria, tinturaria e medicina.
Carta XXI (Capitania de São Paulo)
Notícias copiladas de alguns historiadores sobre a capitania: rios, serras, povoações, expedição de Martim Afonso, fundação da cidade de São Paulo, influência dos jesuítas. Transcrição de um longo manuscrito da viagem que fez o Conde Azambuja saindo da cidade de São Paulo para Cuiabá no ano de 1751.

#### Carta XXII (Capitania de Pernambuco)

Sobre a capitania de Pernambuco e a comarca de Alagoas: povoações, comércio, matas, rios, guarnição, fortificações, cadeiras das escolas. Descrição de Recife, Olinda, Fernando de Noronha. Notícia cronológica dos governadores de Pernambuco. Notícia cronológica dos Governadores da capitania da Paraíba.

#### Carta XXIII (Capitania de Goiás)

Descrição da capitania: limites, governo, rios Paraná e Tocantins, guarnição, descrição de dezesseis ordens e cartas régias a favor dos índios da região. Transcrição do roteiro detalhado da viagem, encomendada pelo Governador José de Almeida e Vasconcelos, que fez Antônio Luiz Tavares Lisboa em quarenta e seis dias pelo Rio Tocantins, em 1774, saindo do distrito do Pontal para o Pará.

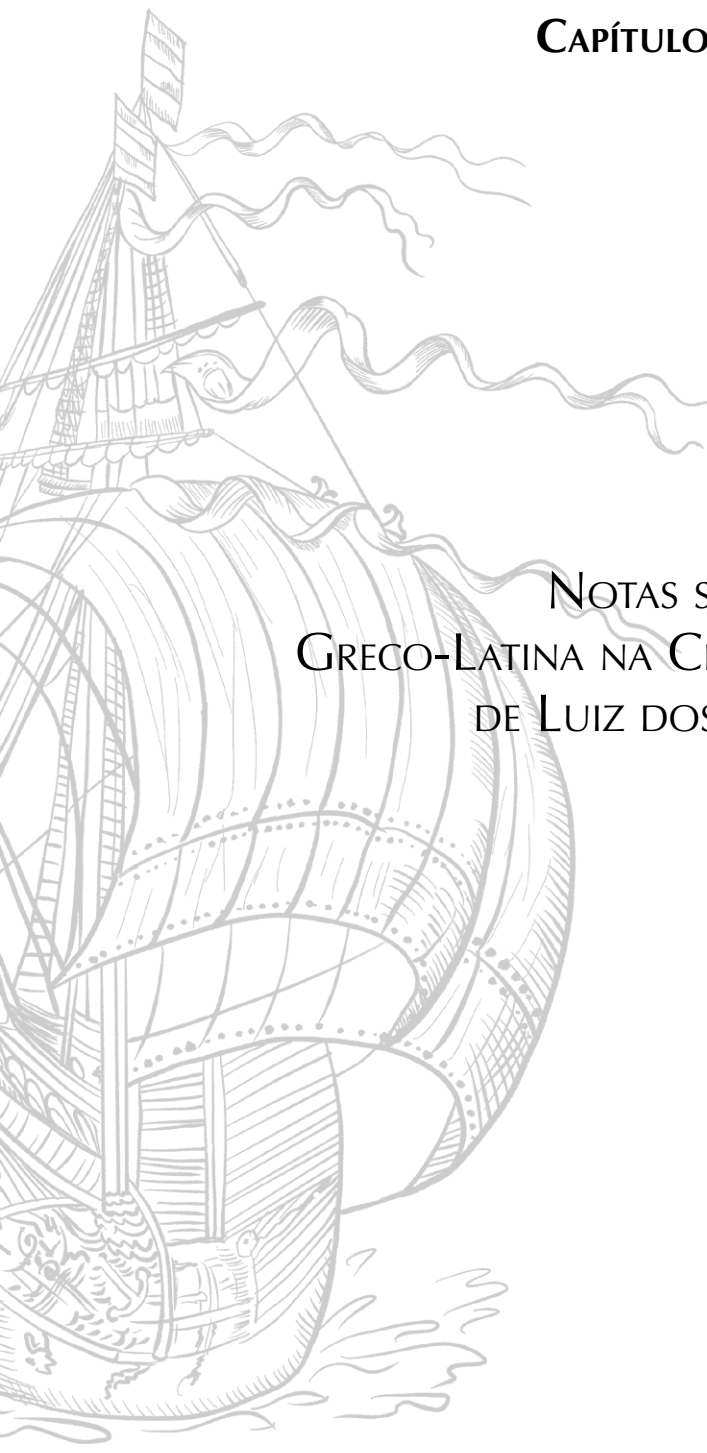
#### Carta XXIV (Brasil)

Apontamentos políticos aplicados às colônias portuguesas: população, agricultura e comércio. Defesa de uma reforma agrária. Referência a outras capitanias, como a do Pará. Encerra falando sobre os indígenas e apresenta um 'Catálogo das nações de índios que os portugueses encontraram aqui ao chegarem: nomes, número, habitações e costumes'.

Fonte: Produzido pela autora



## CAPÍTULO 2



# NOTAS SOBRE A RECEPÇÃO GRECO-LATINA NA CRÔNICA COLONIAL DE LUIZ DOS SANTOS VILHENA

José Amarante  
Luciene Lages





## *Um nome, entre gregos e baianos: alguma palavra sobre recepção*

A institucionalização de um novo nome é uma experiência de reinauguração, num movimento que tanto tem de manutenção do vivido – porque o novo nome não apaga o conjunto de experiências ao renomeado – quanto tem de instauração de matizes novos – porque a experiência do novo nome traz consigo camadas de sentidos e projetos de ressignificação. Quando já estava há onze anos na então cidade da Bahia,<sup>1</sup> como professor de grego, Luiz dos Santos Vilhena experimenta, em sua crônica colonial, uma composição de base grega para adjetivar a natureza e o ponto de partida de seus relatos e análises, de forma que grande parte de suas *Notícias*, incluídas entre as “brasílicas”, são “soteropolitanas”: qualificativo constituído das formas gregas σωτήρ (‘salvador’, ‘libertador’) e πόλις (‘cidade’). Diferentemente de como

---

1 Vilhena chega à Bahia em 1787 e inicia as cartas em 1798.

propõe Houaiss, em cujo verbete *soteropolitano* se data a sua possível primeira atribuição em 1817, provavelmente a partir de Manuel Aires de Casal, em sua obra *Corografia Brasileira*, desse ano, é possível que seja Vilhena o primeiro a propor entre nós, em 1802, o gentílico para se referir aos nascidos na então cidade da Bahia ou Salvador.<sup>2</sup>

Poderia ser o caso de se tratar de uma excentricidade experimentada por uma espécie de acadêmico erudito, ou de “um letrado metido a intelectual / que buscou seus quinze minutos / de fama ao propor a adoção / de um nome ‘mais grego’, / um gentílico laico para Salvador”, como propõe o poeta Carlos Verçosa<sup>3</sup>. Mas o fato é que a designação logrou êxito, como poucas vezes ocorre com qualquer iniciativa terminológica oriunda do mundo erudito, diante da força dos termos de base mais popular. É assim que não facilmente se pode encontrar, na Terra de Todos os Santos, alguém que se qualifica pela forma, também dicionarizada, *salvadorense*, e abundam na cidade, entre programas de TV e revistas de variedades, as menções a Salvador por *Soterópolis*, tamanha a força da base do gentílico e sua penetração nas mais diversas camadas sociais.

Com Vilhena, então, com a sugestão de um gentílico novo, o povo da cidade – que encontrou um espaço comercial para ter, ao modo de Tebas, também Sete Portas – ainda se vê como o povo da cidade da Bahia (poucos talvez se vejam como salvadorenses), num movimento de manutenção, mas é possível que a grande

---

2 Somente quinze anos após a publicação da obra de Vilhena, Manuel Aires de Casal se referirá à cidade por ‘Soterópolis’: “São Salvador, *Soterópolis*, mais conhecida pelo nome de Bahia, situada no lado oriental e perto da entrada da Baía de Todos os Santos é cidade arquiépiscopal e uma das maiores, das mais comerciantes e florescentes da América.” (CASAL, 1817, p. 235)

3 Na composição “Salvador do tempo em que era a cidade da Bahia e quem nascia aqui era baiano com ou sem h”, Carlos Verçosa (2019) propõe recuperar poeticamente versões diferentes para o surgimento do gentílico *soteropolitano*.

maioria já respire com o verniz grego presente na base do gentílico criado, numa dinâmica de se pensar experiencialmente de modo diverso, renomeado, com camadas novas de significação.

O gosto de Vilhena pela criação lexical não se vê apenas no título da obra. Do ponto de vista retórico, o professor opta por deixar as coisas “debaixo de nomes alusivos” (VILHENA, 1969, p. 17)<sup>4</sup>, expressão com que se explicita o jogo vocabular que se oculta na invocação dos dois destinatários de suas missivas, em composições lexicais realizadas com a base nominal grega, como era de se esperar para um professor da língua. Em ambos, a forma substantiva de base é a palavra grega *φίλος* (‘amigo’), e outro termo grego apresenta a especificação a cada um. Assim, as missivas de I a XX são dedicadas ao príncipe D. João, sob o pseudônimo Filopono (*φίλος* e *πόνος*, ‘trabalho’, ‘esforço’): “amigo do trabalho”<sup>5</sup>. Já as quatro últimas cartas são dedicadas ao ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, sob o pseudônimo Patrífilo (*πάτρα*, ‘pátria’, e *φίλος*): “amigo da pátria”.

Também a formação do pseudônimo do emissor das cartas é um jogo linguístico, uma composição perifrástica com nomes portugueses motivados e um substantivo grego transliterado (*ἀλήθεια*, ‘verdade’): *Amador Veríssimo de Aleteya*, “aquele que ama de modo muito verdadeiro a verdade”. Na forma ‘Amador’ veja-se também uma espécie de tradução de *φίλος*, presente nos pseudônimos dos destinatários. Assim, o autor não deixa dúvidas sobre sua inclinação à cultura clássica e ao seu interesse por fazer sua crônica de modo o mais honesto possível.

A partir de sua formação, e como um homem de seu tempo, cuja ideia de cultura letrada se associava à força clássica

4 Para as citações de Vilhena, seguimos a edição de 1969, de Edison Carneiro, que apresenta um texto com atualização ortográfica, em relação à edição de Braz do Amaral, de 1921, mais conservadora nesse sentido.

5 Trata-se do Príncipe que viria a ser coroado no Brasil com o nome de D. João VI.

greco-latina – ainda que em constante necessidade de imposição discursiva, frente aos desenvolvimentos de ideias e ideais nacionais cada vez mais crescentes –, o cronista sinaliza já no título da obra o lugar de seu ponto de partida: a de um professor de grego atuando há mais de uma década na cidade e seu olhar para os problemas enfrentados na colônia. É esse seu lugar de fala, com as devidas vênias pelo anacronismo. E sua fala, seu discurso, inevitavelmente, ecoará ideias e pensamentos, e até mesmo lugares-comuns, sentenciais, que querem conversar com o outro, querem tensionar as relações de sua experiência intelectual com aquilo que vê e documenta, razão pela qual elementos diversos da Antiguidade aparecem aqui e acolá rememorados. Nesse ambiente dialógico proposto, também a Antiguidade se modifica, porque, pelo seu jogo referencial, marcado por intertextualidades, o leitor – desde o primeiro, o próprio autor – recriará certas imagens do Antigo, mapeando significações novas, agora tensionadas por uma experiência também nova, de contato com um outro que propõe o continuar da conversa. É, pois, como destaca Charles Martindale (2013), um movimento bidirecional. Assim, os soteropolitanos são, depois do novo gentílico, um povo com uma camada de antigo, recuperando o sentimento de pertencimento à mais antiga capital do Brasil, e o grego e sua cultura são também afetados pelo imaginário de uma população sulamericana.<sup>6</sup>

6 Essa ideia se difunde na cultura local e se documenta em referências diversas. O escritor carioca França Júnior (1838-1890), membro da Academia Brasileira de Letras, no texto “O cantor de serenatas” (1878), se refere a Salvador com o epíteto “Athenas Brasileira” (nome disputado, também no século XIX, com São Luiz, dada a efervescência cultural na cidade à época, em função do número de escritores locais em movimentos literários a partir do Romantismo). Outra referência a Salvador e a sua antiguidade também se vê na designação da fundadora do Ilê Axé Opó Afonjá, Mãe Aninha, que, na primeira metade do século XX, se referia à cidade como *Roma Negra*, dada a centralidade aí do culto aos Orixás e o fato de Roma ser o centro do Catolicismo, e também considerando a autoridade cultural da cidade da Bahia. (LANDES, [1947] 2002) A expressão ficou eternizada na canção *Reconvexo*, de Caetano Veloso, gravada por Maria Bethânia no disco *Memória da pele*, em 1989.

Assim, nos termos propostos por Martindale, teórico dos estudos da recepção e dos usos do Antigo, a Antiguidade estaria em constante mudança, já que o conhecimento e as obras antigas, em situação de recepção, passariam a ter diferentes significados pelo fato de serem evocados pelos signos de novas experiências e de diferentes condições modernas. Dessa forma, cada leitor é mais um receptor, e sua leitura trará sempre ao antigo os frescores de seu tempo, pelo fato de que cada um lê com os olhos de seu mundo, que não eram os mesmos do mundo dos autores que nos legaram suas obras. É, pois, a recepção uma situação que nada tem de uma ação passiva, da mesma forma, *mutatis mutandis*, que os romanos já não mais são vistos como uma simples imitação dos gregos, mas como agentes de formas de emulação, uma ação de um outro que compreende a natureza da sua intervenção:

A recepção, de forma passiva e acrítica, retira dos “receptores” o papel ativo e interativo que exercem diante do conhecimento advindo da Antiguidade, como se pudéssemos ler um autor antigo ou admirarmos uma obra de arte antiga retirando de nossas percepções tudo aquilo que nos constitui, em uma prática de consumo e adoção passiva daquilo que nos é dado, pronto, de antemão. (SILVA; FUNARI; GARRAFONI, 2020, p. 46)

Como já nos parece óbvio, a ideia sobre recepção não é a mesma ao longo do tempo, de forma que cada época “recebeu” os antigos de forma diversa, imprimindo em sua leitura não apenas uma visão mais ou menos estabelecida sobre o passado, sobre as formas de sobrevivência do antigo, mas também uma visão atravessada pelo olhar experiencial próprio, muito embora é possível que um olhar de uma época possa redundar – é inegável – em um uso recursivo, assumidamente utilitarista, vazio, sob a forma de abuso, como no século XIX denunciaria Machado de Assis o latim empregado para as “despesas de conversação”, como

enfeite, roupagem de erudito. (AMARANTE, 2014; BERNAL, 2016) Definitivamente, conforme veremos, não é esse o caso de Vilhena.

### *Erguendo um panteão alusivo*

O século XVIII é marcado, do ponto de vista intelectual, pela reunião dos ditos letrados em academias, mais ou menos perenes, com objetivos diversos, mas que giravam em torno de questões científicas ou culturais, a partir da influência do pensamento iluminista vigente. Em 1799, por exemplo, é fundada a Academia das Ciências de Lisboa, em que muitos sócios são correspondentes brasileiros que enviam à Coroa o resultado de suas experiências sob a forma de memórias. (JOBIM, 1983, p. 33) Nesse período, as correspondências entre a Coroa e a Colônia são contínuas, como resultado do trânsito de brasileiros que iam estudar na Universidade de Coimbra ou de professores e de outros tipos de profissionais portugueses que vinham trabalhar no Brasil.

Vilhena é um desses agentes que se mudam à colônia para fins profissionais, tendo vindo assumir a cadeira de língua grega na cidade do Salvador, na Bahia, apesar de ter atuado como professor de latim em Lisboa. E as suas *Notícias* são a sua contribuição informativa à Coroa, sob a forma de cartas, um gênero discursivo que, já na Antiguidade, era um expediente retórico para a escrita de tratados filosóficos, literários, morais, políticos, entre outros.

Seja como cronista dos tempos coloniais ou professor de estudos clássicos, Vilhena apresenta um relato que se articula com um caráter testemunhal, em que se observa a insistência com a preocupação com o factual, com o assumido como verdadeiro: desde o nome criado para pseudônimo do emissor (*Amador Veríssimo de Aleteya*), até as declarações de que fez “a possível diligência por indagar a verdade”. (VILHENA, op. cit., p. 19)

Como consequência natural para um professor das línguas grega e latina, podemos considerar que os elementos de recepção da Antiguidade nos seus escritos é da ordem do esperado. Observemos, no entanto, a não exclusividade da cadeira acadêmica que se ocupa para a assunção de certas abordagens discursivas que promovem diálogos com temas e questões antigas, haja vista o fato de que o uso de elementos do mundo greco-latino como estratégia narrativo-argumentativa corresponde a uma prática comum entre os escritores do século XVI, XVII e XVIII, fruto ainda de uma valorização clássica pós-renascentista e base do currículo escolar jesuítico durante sua vigência. Assim, suas missivas seguem a tendência da época, a de valorização do diálogo com os clássicos, com a vantagem de o autor ser conhecedor do grego e do latim, de forma que usa citações e alusões acuradas, que recheiam a obra com metáforas para explicação ou descrição do povo, das personagens históricas e das terras brasílicas. Ressalta-se que sua obra produz imagens e discursos que se pautam nos ideais da Antiguidade clássica como parte de um projeto intelectual de uma nação em construção, e numa construção pela palavra.<sup>7</sup>

Ao modo *mutatis mutandis* da Carta de Pero Vaz de Caminha, os relatos de Vilhena adquirem uma feição quase literária, em função do cuidado que o autor tem com a linguagem, ao mesmo tempo direta, fluida e por vezes poética. A recorrência às metáforas, símiles, símbolos, eufemismos, junto ao cuidado

---

7 Os mesmos ideais também haviam pautado, por exemplo, as nossas primeiras gramáticas, que se serviram de pressupostos gramaticais greco-romanos e de modelos de autores expoentes da Antiguidade. Dada a dimensão imperial do Português no séc. XVI, são também inevitáveis as comparações da nossa língua vernácula com o grego e o latim, como se vê, por exemplo, em Fernão de Oliveira: “E não desconfiemos da nossa língua porque os homens fazem a língua/e não a língoa os homens. E e manifesto que as linguas Grega e Latina primeiro forão grosseiras: e os homens as poserão na perfeição q̃ agora tem”. (OLIVEIRA, [1536] 2000, 7:27-29, e 8:1-2) Para elementos sobre “A consciência da dimensão imperial da Língua na produção linguístico-gramatical portuguesa” a partir da expansão ultramarina, ver Maia (2010).



com a sintaxe, com o léxico, e com a retomada de expressões e mitos gregos, transformam o relato em um verdadeiro tratado sobre a cultura brasileira em busca de uma identidade em diálogo.

Há demonstrações de certa consciência do autor das *Notícias* em relação ao estilo de sua escrita, ainda que declarações dessa ordem se deem em momentos das dedicatórias ou das cartas em que o autor se dirige ao destinatário praticando a chamada *captatio benevolentiae*, retoricamente se mostrando como não zeloso pelo estilo. É assim, por exemplo, que, na Dedicatória a D. João, justifica o uso de nomes alusivos como forma de encobrir qualquer falha sua como autor de pretensões de cunho historiográfico:<sup>8</sup> “por conhecer bem a pobreza de meus talentos”. Também na Carta IV, ao explicitar a Filopono a sua impossibilidade de tratar amplamente das questões que afetam a saúde dos habitantes da Bahia, o cronista destaca sua preocupação com o estilo, haja vista o fato de que escreve num contexto mais íntimo e não abertamente como historiador:

Estas são as que todos conhecem, e os que podem não remediavam; as outras porém mais particulares, as manifestará quem pelos deveres da sua profissão, e glória do nome de autor, haja de incumbir-se dêsse trabalho, **e não eu, que além de ser destituído das doutrinas, e talentos precisos**, nada mais faço, que participar ao meu amigo o verdadeiro estado de um país em que me acho, e que êle talvez nunca pisará, sem que jamais me deixe arrastar da paixão pró, ou contra, e **livre** ao mesmo tempo **do entusiasmo de querer empolar os meus discursos**, e só sim falar ao meu amigo pelos têrmos, que são permitidos, a quem escrever familiarmente. (VILHENA, op. cit., p. 165)

O mesmo Vilhena, na dedicatória a Rodrigo de Souza Coutinho, presente no conjunto das últimas cartas, ainda atento ao

---

8 São vários os momentos em que Vilhena coloca em discussão o trabalho do historiador e que propõe seu trabalho como uma contribuição para uma nova História Brasileira a ser escrita. Ver cap. 1 neste livro.

jogo verdade x mentira, que insinua um interesse historiográfico, declara não querer “ornar a verdade mais do que sua simplicidade requer, sem contudo degenerar em mentira”. (VILHENA, op. cit. p. 809) Há, pois, a consciência de um manejo autoral do estilo, de forma que o nosso autor não seria destituído da doutrina retórica. E, ainda que pareça não fazê-lo, pelo que se assume, é possível que Vilhena se valha de recursos retóricos ligados ao ornamento, exatamente no incremento feito com uma espécie de panteão de alusões clássicas, que funcionam ao modo de comparações úteis ao seu argumento.

Na parte de sua *Institutio oratoria* dedicada ao ornamento (8,3,1), Quintiliano enfatiza a necessidade de que “o correto ornamento ocorra em função de sua utilidade” (*nunquam vera species ab utilitate dividitur*, 8,3,11) e põe, no rol dos ornamentos, a a *ἐνάργεια* (‘evidência’, ‘clareza’), que funcionaria como recurso para o orador colocar diante dos olhos o assunto em pauta (*repraesentatio*, 8,3,61). É a partir daí que cita a comparação (*similitudo*) como uma figura retórica que faculta “expor as imagens das coisas” (*ad exprimendam rerum imaginem*, 8,3,72). Assim, os recursos comparativos, como a comparação ou a analogia, não apenas serviriam como ornamento discursivo, mas também teriam função utilitária: “mapear contiguidades e correspondências” e “definir oposições e distanciamentos”. (AMARANTE, 2020, p. 77) Desse modo, é necessário que nos atentemos, em Vilhena, à natureza dos usos de elementos antigos e das citações realizadas, de forma a observarmos, nessas alusões, a relação de seu efeito estilístico com sua utilidade.

Na Carta I, a citação de participantes heroicos da guerra de Troia, por exemplo, se dá em um contexto de descrição das origens dos povos habitantes da província. A comparação feita objetiva um fino efeito retórico: a ironia. Ao discutir sobre a vinda de famílias nobres para o Brasil, Vilhena destaca os efeitos do tempo para a “confusão entre nobres, e abjetos plebeus” (VILHENA, op. cit.,

p. 51) e confirma a existência de outros grupos sociais, entre os quais os que se orgulham de descender de caboclos e índios e os que se gloriam por descenderem de ilustres governadores antigos ou de personagens outras que, em tempos diversos, aportaram na região. Entre esses, haveria os que queriam insinuar uma ascendência muito antiga, uma “genealogia mais comprida, que as dos hebreus, e disputar nobreza com os grandes de todo mundo”. (VILHENA, op. cit., p. 52) É nesse contexto que passa a tratar de alguns que se encontrariam na repartição militar, entre os quais haveria aqueles tidos como de pouco conhecimento sobre o que seria ser um homem honrado, “qualquer dêles de Alferes até Coronel se julga o *non plus ultra* da nobreza, sem que jamais as suas ações concordem com os deveres do fôro em que acham, do posto, e graduação que ocupam”. (VILHENA, op. cit., p. 52) A comparação é então acionada com vistas a, num jogo irônico, confrontar, em termos de honra, valentia e astúcia, a postura dos gabarolas da repartição militar com a conduta de famosos guerreiros e estrategistas de guerra:

Se diante dêstes se fala em ciência militar, **Laudon, Federico, e outros desta qualidade, eram em comparação** dêles, uns estúpidos; **se em valentia, Heitor, Aquiles, Diomedes etc. uns cobardes**; a tempo que êles têm visto o inimigo tantas vêzes, e se têm achado em pendências, como eu, que nunca o vi, nem briguei com pessoa alguma. Falando-se em decisões militares ou conselhos de guerra; **Nestor comparado com êle era um ignorante**. (VILHENA, op. cit., p. 52-53)

O expediente comparativo utilizado faz alusão a duas situações de guerras, envolvendo valentes guerreiros e estrategistas bélicos: uma mais próxima do período do autor e outra dos poemas homéricos, também não distante em função de se tratar de elemento cultural básico na formação de um homem ilustrado. Vilhena, então, confronta uma certa população militar da colônia com diferentes

povos, encaixando na estrutura equiparativa irônica, em termos de homens comparáveis, não somente aqueles antigos (Aquiles, guerreiro grego, herói da *Ilíada* de Homero; Diomedes, príncipe de Argos e parceiro, na guerra de Tróia, do astucioso Odisseu; e Nestor, velho já na época da guerra, mas conhecido por sua coragem e eloquência) como também os estrategistas de guerra recente que se enfrentaram na Batalha de Kunersdorf (1759), ocorrida na Guerra dos Sete Anos: Frederico II, comandante da Prússia, derrotado na Batalha, e Ernst Gideon von Laudon, um dos mais bem sucedidos oponentes, comandante da Áustria.

O confronto, para além dos efeitos de ironia, associa duas guerras, promovendo no leitor a oportunidade para reconsiderações sobre suas concepções, tanto as relativas a eventos modernos quanto àqueles por vezes considerados lendários do mundo antigo, de forma que a recepção pode ter mesmo efeitos bidirecionais. (MARTINDALE, 2013) Ao leitor se abre uma dupla oportunidade: a de repensar a historicidade da guerra de Troia e o caráter ficcional de seus heróis e a de relativizar os efeitos heroicos das narrativas ditas não ficcionais. É, pois, nessa tensão que pode se situar a recepção. E esses elementos são de algum modo redimensionados, reimaginados, pela estratégia retórica da comparação, que atua para muito além de seu efeito ornamentativo.

A engenhosa arte de Dédalo, construtor do labirinto que serviu de contenção ao Minotauro, filho da mulher de Minos, Pasífae, e do touro de Creta, é também um elemento da Antiguidade retomado, aparecendo em mais de um momento nas Cartas. Na Carta II, a descrição da Baía de Todos os Santos é também um expediente para confrontar o Antigo e o Moderno, com o diálogo estabelecido ainda com a mediação de uma outra realidade do mundo não ficcional. A descrição do “Grande Golpho da Bahia”, com suas ilhas e seus labirintos de canais, não somente ganha contornos comparativos com a arte do cretense da Antiguidade, como estrategicamente é confrontada com o desenho geográfico de Veneza.

É a sua vista tal, que eu não sei se a Natureza em alguma outra parte terá feito **um tão aprazível quadro, digno verdadeiramente de ser decantado pelos insignes poetas da antiga Grécia. Dez Venezas juntas não poderiam comparar-se com a cidade que naquele dédalo se fundasse**; porque é tal o labirinto de canais, que dividem aquelas ilhas grandes, e pequenas, e tantos os esteiros que por elas rompem, que os mesmos naturais vacilam, e muitas, repetidas vêzes se enganam. (VILHENA, op. cit., p. 107)

Novamente aqui, Vilhena coloca em jogo as realidades mítica e factual com o uso de estruturas comparativas que permitem ao leitor formar uma imagem da Baía de Todos os Santos, que possibilitam recompor um desenho, um mapa do impossível, a partir de suas referências da ideia mitológica do labirinto e da sinuosidade venturosa dos canais de Veneza. A obra da natureza, num eco invertido das ideias ligadas ao tópos do *deus artifex* ou *deus pictor*, é alçada à categoria de arte, digna de ser tema dos maiores poetas, assim como a engenhosidade do arquiteto e inventor Dédalo foi cantada.<sup>9</sup> Novamente, é uma recepção encaixada retoricamente, construída não apenas como forma de ornamento de estilo, mas com utilidade argumentativo-sugestiva.<sup>10</sup> E do ponto de vista da recepção, bidirecionalmente, ao leitor que algum dia se perder pelos canais entre ilhas da Baía de Todos os

9 O tópos do *deus pictor* ou *deus artifex* é um “devaneio sófístico que, no decorrer dos séculos, resulta na visão exaltada da natureza, de suas formas e cores, e na concepção do mundo como pintura da divindade”. (LICHTENSTEIN, 2004, p. 21)

10 Na citação acima, da Carta II, o nome *dédalo* é usado metonimicamente como substantivo comum, com o sentido de “emaranhado de caminhos”. A imagem do labirinto cretense ainda retornará na Carta VII, não mais de forma poética, mas com objetivos de descrição geográfica, já que a carta busca tratar das ordenanças, das formas de distribuição das tropas e milícias da capitania. O labirinto é o elemento de comparação com o mapa em que se encontra a descrição das formas de organização dos Regimentos da Tropa, que deveriam sofrer alteração a cada dia, mas os Livros mestres dos Regimentos para Vilhena eram mais intrincados que “o decantado labirinto de Creta”. (VILHENA, op. cit., p. 246)

Santos, haverá a recordação do labirinto e dos canais venezianos. E ao leitor do mito, onde ele estiver, haverá a imagem do mapa do golfo baiano e a das velas em água da cidade italiana. Pela recepção, esses mundos nunca serão os mesmos, atravessados um pelo outro, na experiência leitora.

Para além dos heróis ou dos mitos relacionados a heróis, as referências a autores clássicos também abundam, tanto os dos gêneros considerados menores, como Esopo, a autores celebrados em gêneros mais graves, como Homero. Logo na dedicatória a D. João, diretamente se evocam grandes nomes da literatura antiga, como Sêneca, Plutarco e Isócrates, num contexto em que o cronista se coloca diante do Soberano como um contribuidor à Pátria, com a oferta que faz com sua obra. Indiretamente, a referência a D. João como o Pai da Pátria, é uma lembrança da figura de Cícero, o primeiro a quem o Senado Romano outorga o título de *Pater Patriae*, um distintivo como modelo digno de admiração e de respeito pelas gerações vindouras.

Na vigésima carta da obra, que apresenta os reinos animal, vegetal e mineral das terras brasílicas, encontra-se a referência ao poeta épico Homero e ao poeta Anacreonte (570-485 a.C.), aqui, nos termos da comparação, marcando diferenças, na visão de antigos e modernos, quanto a gostos por certos sons como os emitidos pelas cigarras:

Além dos mencionados insetos, e bichos há também pragas de cigarras, e grilos, de quem a música é insuportável, de forma que se a harmonia das cigarras da Grécia mereceram não só a atenção de Homero nas suas comparações, como de assunto para algumas odes de Anacreonte, as do Brasil por dissonantes, e fastidiosas careciam que outros iguais as abominassem por intoleráveis. (VILHENA, op. cit., p. 691)

A referência a Homero é do tipo que poderíamos chamar de “interna”, que demanda a leitura e o conhecimento da obra,

por se tratar de um elemento que não é o central desse canto épico e que, portanto, não seria foco de comentário escolar. No Canto III da *Iliada*, vv. 150-153, as cigarras são evocadas como seres de vozes delicadas, que cantam, diferentemente da forma como as pessoas da época de Vilhena sentiam o som que produziam: “Devido à idade tinham desistido da guerra; como oradores, / porém, eram excelentes, semelhantes às cigarras que no bosque / pousam numa árvore e lançam suas vozes delicadas como lírios”.<sup>11</sup> Além dessa citação interna, o cronista ainda traz uma referência cruzada confrontando ele próprio a percepção diversa do som das cigarras por outro autor, Anacreonte, para quem a cigarra canta “como um rei” e é “honrada entre os mortais”, é “profeta doce do Verão” e amada pelas Musas e por Febo que lhe “deu uma límpida canção”, é “amante de hinos” e parece “mais com um dos deuses” (*Anacreônticas*, 34).<sup>12</sup> O roçar dessas formas de compreensão também coloca em tensionamento as diferentes formas de percepção de um fenômeno, que coloca em confronto duas realidades: a nossa e a do outro. Dessa forma as referências são bem encaixadas retoricamente.

Os exemplos apresentados aqui não são exaustivos, já que comparecem ao panteão de Vilhena heróis, personagens, elementos que remetem à cultura antiga e autores da Antiguidade colocados em confronto, comparativamente, com uma outra realidade, de forma que se potencializa a produção de sentidos e de compreensão da realidade apresentada ao interlocutor que a desconheça ou que a reconhecerá atravessada por outra leitura. Há casos ainda em que os autores não são apenas evocados, mas suas vozes são chamadas ao diálogo.

11 Homero recorda a idade mais afeita à guerra, a dos jovens, e a destinada à excelência como oradores, a dos velhos, comparando a voz do orador experiente à suavidade do cantar das cigarras. A tradução da passagem da *Iliada* é de Frederico Lourenço.

12 Os trechos traduzidos da *Anacreôntica* são de C. Leonardo B. Antunes. (ver ANTUNES, 2013, p. 136)

## *Quando os antigos falam: as citações de Vilhena*

Diz Vilhena, na dedicatória ao príncipe D. João, que Sêneca não fala consigo em sua obra, haja vista o fato de que, em 1802, ano de publicação de suas *Notícias*, o cronista teria um pouco mais de trinta anos de serviços à pátria e viveria em outro período da história. Além disso, Vilhena pode estar a considerar que Sêneca fala mesmo é a Lucílio, o destinatário de suas *Epistulae*, já que as ideias sobre recepção são outras no período do cronista. Revisto o papel do leitor como produtor de sentidos (BARTHES, 1974) e o da recepção como não passiva e bidirecional (MARTINDALE, 2013), Sêneca pode estar a conversar não apenas com Lucílio, mas com qualquer leitor contemporâneo ou futuro de sua obra, como é o caso de Vilhena e de quem mais leia sua obra em nosso tempo. Então, as palavras de Sêneca são também direcionadas ao cronista, de forma que são incorporadas na tessitura de uma nova obra para dar solo a uma argumentação; e a citação também tem efeito retroativo, já que o leitor contemporâneo de Vilhena e seus leitores futuros, lerão Sêneca sob suas próprias lentes, de forma que criarão suas próprias imagens a partir das camadas de significado que uma citação em outro contexto imprime ao próprio texto senequiano. Compreendamos como compreendamos essas questões, mesmo distante de seu tempo-espço, os autores clássicos ou as suas línguas se fazem presentes diretamente, não apenas sob a forma de alusão, mas indicados por citações, conforme seguiremos discutindo, tomando as referências a Sêneca inicialmente, já que o cordovês é o primeiro a ser evocado.

*Homo in adjutorium mutuum natus est.*  
(SÊNeca, *De ira*, 1,5,2)



*Non continuo sibi vivit qui nemini.*  
 (SÊNECA, *Ad Lucilium*, 6,55,5)

A voz de Sêneca é chamada em causa quando o nosso cronista quer destacar, na dedicatória a D. João, a possível contribuição à nação que estaria dando com as suas *Notícias*. Ao destacar que a matéria sobre a qual escreve seria de interesse e de atenção e zelo por algum historiador e que seu ânimo se dirige guiado apenas pela “satisfação do espírito, e desafeição ao ócio” (VILHENA, op. cit., p. 18), i.e, seu projeto seria de cunho menos profissional e carregado de interesse pessoal, Vilhena se dá conta de que pode, ao seu modo e estilo, ampliar o escopo de seu trabalho para uma *utilitas* mais nobre.

Como um professor da área agora chamada de estudos clássicos, do ponto de vista do método da citação, o cronista informa duas obras, ofertando a tradução para o trecho citado de uma delas apenas, já que o sentido de ambas as passagens é *grosso modo* o mesmo. Também se mostra atento ao indicar os seus títulos e o local onde se encontram as passagens: a primeira citação, do diálogo *De ira* (1,5,2: *Homo in adjutorium mutuuum natus est*, não traduzida, mas cujo sentido é “o homem nasceu para a ajuda mútua”); e a segunda, da obra prima senequiana *Epistulae ad Lucilium*,<sup>13</sup> obra que ajuda a pintar o cordovês, paulatinamente, com tons moralistas e sentenciais, razão pela qual seu uso é recursivo ao longo do tempo (*Non continuo sibi vivit qui nemini*, cuja tradução nos dá o cronista: “É inútil para si o homem que não vive para outrem”). Nesse caso, Vilhena encaixa bem a citação a seus propósitos, já que Sêneca a Lucílio adverte quanto ao aproveitar bem o ócio, a vida retirada, e então para Vilhena a sua “desafeição ao ócio” poderia se converter em algo

13 Na dedicatória da D. João, Vilhena faz referência à Carta 45 de Sêneca. Nas edições modernas, contudo, a citação se encontra na Carta 55, do Livro 6, das *Epistulae ad Lucilium*.

produtivo ao outro, à nação. Em Sêneca, contudo, uma tradução mais literal poderia ser “Não vive necessariamente para si quem não vive para o outro”, com uma nuance de significado ligada ao uso da vida retirada com propósitos direcionados à sabedoria e ao desenvolvimento do espírito, i.e., deixar de viver para o outro não significa necessariamente viver para si mesmo, pois isso vai depender da forma como essa vida retirada vai ser aproveitada para fins virtuosos. Então, Vilhena estaria a fazer uso do tempo que poderia ser destinado ao seu retiro para devolver à nação algo de si –notícias soteropolitanas e brasílicas sob sua leitura – pelo acolhimento nas terras de além-mar.

Dada a citação cruzada e o encaixe argumental significativo que propõe, a leitura de Vilhena não é superficial, muito embora certas expressões senequianas costumem ganhar tons sentenciais e recursivamente ser retomadas para efeitos didático-morais ou para efeitos retóricos da ordem do ornamento discursivo. Assim, ambas as citações utilizadas por Vilhena se registram em obras do tipo *sententiae et exempla*, conforme veremos.

Nas edições da obra de Sêneca, a primeira citação de Vilhena, do diálogo *De ira (Homo in adjutorium mutuum **natus est**)*, é documentada em edições modernas com a perífrase verbal *genitus est*, ao invés da perífrase *natus est* de nosso cronista.<sup>14</sup> As edições mais antigas, como a de Fickert (1843), dão no aparato crítico apenas as lições *genitus est* ou *generatus est*, formas estampadas em edições anteriores ao surgimento da obra de Vilhena, em geral do tipo *Sententiae et exempla*, como a coligida por André Eborense (1572, reeditada em 1612 em dois tomos), onde se estampa *generatus est*. Ainda numa *Apophthegmata* (também um título abreviado de coleções de máximas, aforismos

14 Ver, por exemplo, a edição bilíngue, com tradução de Basore (ver SENECA, 1928) e a edição crítica de Sacerdoti (ver SENECA, 1968-1971), esta última sem indicação de variação nos códices nessa passagem. São do mesmo campo semântico as formas *natus est* ('nasceu') e *genitus est* ('foi gerado') e a que aparecerá logo a seguir: *generatus est* ('foi gerado').

e adágios) de 1614, organizada por Conradus Lycosthenes, se registra *generatus est*. No século XVIII, registram-se trabalhos com a variante *natus est* que está presente em Vilhena. É o caso da obra, ainda do tipo florilégio, de Andreas Ritz (1728), *Florilegium adagiorum et sententiarum Latino-Germanicum*. Também a edição de Cocceji (1744) com os comentários à obra *O direito da guerra e da paz* (1625), de Hugo Grócio, ao citar a expressão senequiana feita por Grócio (*Homo in adjutorium mutuuum generatus est*), em nota, além de informar outras passagens senequianas sobre o tema, oferece uma variante com a forma *natus est*, que estará presente em Vilhena e que poderia ser a variante dos florilégios.

Quanto à segunda citação senequiana feita por Vilhena (*Non continuo sibi vivit qui nemini*), registrada assim nas edições modernas citadas (ver nota supra), é também uma que se imprime em obras do século XVIII, então associada a contextos religiosos, documentando a recepção senequiana ajustada a ideais cristãos ou didático-morais. É o caso, por exemplo, da edição *A estrela D'Alva aplicada: breviário de vários assumptos e ideias predicáveis de vários santos*, por António da Expectação (1758), onde essa citação de Sêneca é acompanhada de outras com o mesmo sentido. Uma variante dessa citação, também em contexto cristão, se documenta na entrada da Igreja Luterana de São Martinho, na Cracóvia, Polônia: *Frusta vivit, qui nemini prodest* (“Vive em vão, quem não é útil a ninguém”), numa demonstração do caráter sentencioso da passagem senequiana utilizada por Vilhena.

A presença das citações de Vilhena em obras de sentenças e florilégios não quer dizer, como dissemos, a sua consulta a essas fontes para incrementar o seu discurso. Efetiva e indiretamente, o cronista faz uma comparação entre sua escolha por dedicar seu ócio a produzir algo pela nação e a orientação de Sêneca de que as formas de retiro devem estar a favor de algo virtuoso. Vilhena é, pois, atento aos efeitos retóricos das comparações, mas é ciente da dupla finalidade desses efeitos: o ornamento e sua utilidade.

Suas citações, então, articulam-se bem a sua argumentação. Além disso, as duas evocações de Sêneca articulam-se entre si, sob a forma de referenciação cruzada, fruto de um conhecimento das obras por dentro.

*Melius est nubere quam uri.*

(1 CORÍNTHIOS 7:9)

A citação latina *Melius est nubere quam uri* (“É melhor casar do que arder”) aparece na Carta 4, em que Vilhena se dedica a noticiar as causas das moléstias mais endêmicas que assolam a cidade de Salvador e a apresentar as formas de delas tratar. A sentença, de origem bíblica, presente na Primeria epístola de São Paulo aos Coríntios, é utilizada quando o cronista discute sobre a “moléstia” da sensualidade, colocada como um mal contagioso que, praticada por “um e outro sexo” (VILHENA, op. cit., p. 164) teria como remédio o que o apóstolo na Bíblia aplica aos estímulos sensuais: o casamento (“Porém, se não conseguem dominar-se, que casem. Pois é melhor casar do que arder”, 1 Coríntios 7:9).<sup>15</sup> Embora tanto na Bíblia quanto em Vilhena se possa intuir o controle do desejo a ambos os sexos, a sentença ganha contornos de controle do prazer feminino, uma vez que o verbo *nubere* (‘casar-se’) é na Antiguidade mais direcionado à mulher quando se casa; ao homem, *ducere uxorem* (literalmente, “conduzir a esposa”). A preocupação com a ociosidade e liberdade femininas se explicita em Vilhena:

---

15 As traduções da Bíblia são da edição de Frederico Lourenço (2017). Segundo Lourenço, “a forma verbal traduzida por “arder” (*puroûsthai*) é ambígua, pois tanto pode tratar-se de um infinitivo presente médio (“arder”, no sentido de “arder de desejo” como de um infinitivo presente passivo (“ser queimado”). No contexto apresentado em Vilhena, a ambiguidade toma o lado do “arder de desejo”, haja vista o fato de que se encontra numa seção da carta que trata do prazer e da sensualidade como forma de doença na cidade da Bahia.

O ordinário dos pais de família pobres neste continente, a quem faltam bens, a ordinária herança, que deixam a suas filhas, é a inveterada ociosidade, em que as criam, e liberdade em que as deixam viver de crianças; e por isso é que depois de adultas se valem delas para poderem subsistir. (VILHENA, op. cit., p. 164)

Desde a Antiguidade, como, por exemplo, em Tertuliano (*Ad uxorem*, 1, 3, 1287B), que também faz uso da mesma citação bíblica, a passagem tem a função de apontar a instituição do casamento como uma concessão divina para o remédio contra os desejos. Seria, pois, uma forma de proteção contra os ardores naturais do corpo. No Livro I da obra, a esposa viúva é exortada a não se casar novamente, mas, no Livro II (2,2,1291B), destaca-se que, na impossibilidade da abstinência, que ela se case novamente, desde que seja com um cristão (*Mulier defuncto viro libera est: cui vult nubat, tantum in [...] christiano*, “Com o marido morto, a mulher está livre: ela se case com quem quiser, desde que seja em [...] Cristo”).<sup>16</sup>

A citação de Vilhena se dá em latim em função de se tratar da versão bíblica mais difundida enquanto os vernáculos estruturavam suas traduções completas e enquanto as próprias traduções deixavam de ser vistas com desconfiança pela Igreja. Somente depois de 1808 é que a situação começa a mudar, com a liberação da importação de livros e as primeiras Sociedades Bíblicas passarem a enviar ao Brasil Bíblias em língua portuguesa. (GIRALDI, 2008)

Registra-se a passagem bíblica também em edições didático-explicativas ou do tipo *thesaurus*, em circulação no século XVIII. A edição do exegeta e teólogo católico Willem Hesselszoon van Est, intitulada *Absolutissima in omnes Beati Pauli et septem catholicas apostolorum epistolas commentaria tribus tomis distincta*, de 1709 (p. 247), apresenta integralmente a

---

16 A tradução é nossa. Ver Romanos 7:2: “É que a mulher casada está atada por lei ao marido, enquanto for vivo. Se o marido morrer, fica liberta da lei do marido”.

sentença, com a explicação do significado de cada termo, onde se detalha – tal qual Vilhena – o casamento também como remédio: *melius est conjugem accipere, & nuptiarum uti remedio, quam uri, id est, ab igne concupiscentiae* (“É melhor tomar para si o cônjuge, & fazer uso do remédio das núpcias do que queimar-se, isto é, pelo fogo do desejo desmedido”). Também a obra *Thesaurus biblicus ... id est dicta & exempla biblica*, de Philipp Paul Merz (1761, p. 713), apresenta a mesma citação de nosso cronista, acrescida da explicação *Propter mutuam consolationem*, i.e., seria melhor se casar do que arder pelo fogo do desejo “por causa da mútua consolação”, o que equivaleria a considerar também o casamento como um remédio para os desejos, de forma que, por meio dele, se poderia evitar a dita moléstia do desejo sensual que, segundo Vilhena, seria uma praga contagiosa na cidade.

*Quid tibi cum vanis, demens, est artibus, aurum  
Terra dat, at fuerit si bene culta prius.*  
(GRIMALDI, 1738, p. 72)

A citação em latim que ocorre na carta XIX é do jesuíta italiano Francesco Grimaldi. Vilhena grafa *Grimald*, supostamente em função de ter compreendido a forma genitiva presente no frontispício da obra *Francisci Grimaldi Societatis Jesu De vita oeconomica libri tres*<sup>17</sup> e ter optado por uma forma nominativa que hipotetizou. A obra de onde nosso cronista tira a citação é um poema didático em dísticos elegíacos de um conjunto de três poemas dedicados à escolha da esposa e às relações conjugais, além de tratar da educação dos filhos e de questões de ordem financeira: *De vita urbana*, “Sobre a vida urbana” (1725), *De vita oeconomica*, “Sobre a vida doméstica” (1738)<sup>18</sup> e *De vita aulica*,

17 No frontispício ainda se lê o subtítulo: *cum adnotationibus aristotelicis* já que a obra se baseia ligeiramente no tratado pseudo-aristotélico *Oeconomica*.

18 Considerado o tema, o poema é dedicado a um certo nobre homônimo

“Sobre a vida na corte” (1741), este último publicado incompleto postumamente. (HASKELL, 2003, p. 268)

A edição de Grimaldi estampa uma interrogação entre *artibus* e *aurum*, de forma que sua tradução poderia ser: “Qual o teu problema, ó insensato, com essas artes inúteis? / a terra dá o ouro, mas se tiver sido bem cultivada antes”.<sup>19</sup> Como a Carta XIX, relacionada ao Ceará, trata, entre outras coisas, da natureza e do que se produz na terra, além de fazer referência aos minerais que estavam sendo descobertos, Vilhena articula a citação num contexto em que se questiona a conduta dos administradores e dos feitores, o desmazelo e o roubo de escravos como causa da falta de rendimento. Não seria um problema da pobreza das minas, que, se fossem “seriamente cultivadas recompensariam com usura vantajosa o suor, e indústria de quem as trabalhasse”. (VILHENA, op. cit., p. 667) Assim, as minas continuariam a produzir se não tivessem sido desamparadas, abandonadas sem o trabalho de mineração que permitisse encontrar, por meio da indústria (*cum artibus non vanis*), os benefícios que a terra dá:

Quem não tem a mínima noção de mineralogia é que ignora que o precioso daquelas betas está em baixo no seu leito que de ordinário anda com sessenta palmos de profundidade, com pouca diferença, e se aquelas não foram talvez penetradas até 20 palmos, como poderiam dar o que tinham? (VILHENA, op. cit., p. 667)

Para Vilhena, pois, em sua conversa com Grimaldi, seriam ocas (*artes vanae*), seriam inúteis as artes de esperar que o acaso

---

do poeta, o marquês Pier Francesco Grimaldi, por ocasião de seu casamento. (HASKELL, 2003, p. 268)

19 A edição de 1969, aos cuidados de Edison Carneiro, estampa um ponto após *aurum*, de forma que o dístico resultaria com outro sentido ou com problemas de ordem sintático-semântica. O manuscrito de Vilhena e a edição de Braz do Amaral (1921) não apresentam o sinal. A interrogação entre *artibus* e *aurum* do texto de Grimaldi não está presente no manuscrito de Vilhena, nem nas edições de 1921 e 1969.

mostrasse a riqueza na superfície da terra, uma riqueza mais facilmente encontrada pelo trabalho realizado seriamente.

*Non tantum nobis natisumus, partem que ortus nostri vindicat Patria, partem parentes, partem amici.*  
(Cícero, citando Platão em *De officiis*, 1,22)

Na dedicatória das três últimas cartas (XXII, XXIII e XXIV), Vilhena apresenta um texto estruturalmente muito semelhante àquele da primeira dedicatória que abre o grande conjunto de cartas de I a XX: i) traz uma justificativa para a escrita de mais três cartas; ii) retoma a necessidade de se escrever uma História Brasília e espera que sua obra possa oferecer alguma contribuição nesse sentido; iii) utiliza os elementos de *captatio benevolentiae* comuns ao gênero e, para efeitos de clareza quanto ao seu empenho, cita uma sentença no mesmo campo temático daquelas de Sêneca da primeira dedicatória, i. e., uma frase que mostra seu desejo de ter feito algo não em prol de si, mas da nação. É, pois, nesse contexto que o cronista nos oferece uma espécie de aforismo e o atribui a Platão, mas o cita em latim, quando à primeira vista esperaríamos uma expressão em grego, em função do autor a que se refere e tendo em vista se tratar de um professor da língua grega como emissor da carta.

Muito difundida no Renascimento, a sentença platônica<sup>20</sup> em latim nos é transmitida numa tradução do grego feita por Cícero em sua *De Officiis* (1,22), ou *Sobre os deveres*, destinada a seu filho que estudava oratória e filosofia em Atenas.

[22] Sed quoniam, ut praeclare scriptum est a Platone, *non nobis solum nati sumus ortusque nostri partem patria vindicat, partem amici*, atque, ut placet Stoicis, quae in terris gignantur,

20 Ver Carta IX 358A, atribuída, sob muita discussão, a Platão; nas referências, Plato (1981, partic. p. 592-593).



ad usum hominum omnia creati, homines autem hominum causa esse generatos, ut ipsi inter se aliis alii prodesse possent, in hoc naturam debemus ducem sequi, communes utilitates in medium afferre mutatione officiorum, dando accipiendo, tum artibus, tum opera, tum facultatibus devincire hominum inter homines societatem.

22. Mas porque, como escreveu admiravelmente Platão, *não nascemos apenas para nós, e a pátria reivindica parte de nosso nascimento e os amigos outra*; e, como querem os estóicos, todas as coisas geradas na terra o foram para uso dos homens, a fim de que entre si se ajudassem, nisso devemos tomar a natureza por guia: dividimos ao meio as utilidades comuns pela troca de favores, dando e recebendo; e, ora pelas artes, ora pelo trabalho, ora pela competência, unamos a sociedade dos homens entre os homens.<sup>21</sup> (CÍC., *De off.* 1,22, trad. Angélica Chiapeta)

Efetivamente, Vilhena leu ou Cícero ou algum outro material de coletânea de sentenças e aforismos. É mais possível que sua fonte tenha sido Cícero, já que o próprio contexto mais amplo da citação ciceroniana nos revela uma associação daquilo que discute o cronista com o pensamento estoico apresentado por Cícero, segundo o qual as coisas estariam a serviço dos homens na natureza e os homens deveriam trabalhar conjuntamente para dela tirar o melhor proveito. Os momentos finais da dedicatória de Vilhena parecem refletir o trecho mais amplo do *De officiis* citado acima, haja vista o fato de o autor das *Notícias* trazer à balha a lembrança de ter dedicado à pátria “não menos de trinta e cinco anos” de sua vida. (VILHENA, op. cit., p. 808)

---

21 Efetivamente, esse pensamento deveria ser significativo a Cícero, já que é retomado, de modo aproximado, em outros lugares (ver *De officiis*, 1,12; *De finibus bonorum et malorum*, 2, 35). Em *Pro Murena* (83), registra-se a figura de Catão como expoente dessa ideia: *M. Cato, qui mihi non tibi, sed patriae natus esse* (“ó Marco Catão, que parece ter nascido não para o meu bem ou para teu próprio bem, mas para o bem da pátria”). Ver Gilbert (2015, p. 181) e bibliografia sugerida sobre o tema.

Num contexto semelhante, a mesma citação “ciceroniana” ocorre, em 1642 (p. VII), num poema dedicado ao autor Theodorus Höpingus, assinado pelo “Philologo-Crítico” M. Cunradus Matthias, em que se enaltece Höpingus pela obra feita: *Non tantum nobis nati sumus; Aurea verba / Haec Latii eloquii Tullius author habet* (“Não apenas para nós existimos; palavras de ouro / estas que o autor Cícero, da eloquência do Lácio, guarda”). Depois dessa introdução, o poema destaca os serviços do autor à pátria e ao orbe, i.e., à humanidade. O final da dedicatória de Vilhena não é diverso em efeito retórico, à diferença de que ele cita Platão como sua fonte, sem fazer referência a Cícero como intermediário, e também pelo fato de que nas *Notícias* é o próprio autor quem destaca o serviço que deixa à nação como sua contribuição.

Trata-se efetivamente de uma sentença em circulação frequente desde o Renascimento, vindo a se manter, pelo seu valor de máxima e pelo senso moral e filosófico, em materiais didáticos, como no *Rudiments of the Latin Tongue*, de 1817 (p. 65), em que serve de exemplo para a explicação de dativo dependente do verbo: *Nos non nobis nati sumus [...] Homines non sibi solum nati sunt* (“Nós não existimos em função de nós mesmos” [...] “Os homens não nasceram somente em função de si mesmos”). Nesse mesmo contexto escolar, com certas variações, a sentença ganha feição de lema, sendo utilizado até nossos dias por diversas instituições educacionais como a Massanutten Military Academy (Woodstock, Virginia), University College (Durham, England), Lower Canada College (Montreal), entre várias outras. Com sua citação, pois, Vilhena dá prosseguimento a uma tradição de uso do lema, cuja vitalidade se vê inclusive em diversas postagens de redes sociais, em nossos dias.

*Sed quid opus teneras mordaci radere vero  
Auriculas? Vide, sis, ne majorum tibi forte  
Limina Frigescant: Sonat hic de nare canina Littera.*  
(Pérsio, 1, 107-110)

A Carta que fecha a obra de Vilhena, a XXIV, faz uma recopilação de pensamentos políticos relacionados à vida nas colônias portuguesas no Brasil. Não é à toa a citação de Pérsio logo no início, o poeta conhecido por sua sátira e por seu senso crítico forte em relação aos abusos de seus contemporâneos, mesmo tendo florescido na época de Nero. Vilhena inicia colocando como ponto pacífico de qualquer discussão sobre o assunto o fato de que a população, a agricultura e o comércio seriam as colunas mais sólidas e mais estáveis para a sustentação da vida na América portuguesa. E então propõe a reflexão sobre a necessidade de avaliação da atenção que estava sendo dada à solidez dessas colunas. (VILHENA, op. cit.) O cronista reconhece a delicadeza do tema desta sua carta em especial (“a matéria é melindrosa”, id. p. 899), motivo pelo qual decide articular sua argumentação considerando a realidade da América e aquela europeia com vistas a observar a origem seja de certas virtudes, seja de certos vícios, considerando a possibilidade de ou louvar aquelas ou vituperar estas (id.). Demonstra, então, clareza quanto à dificuldade de tomar uma posição de escrever não somente o que agrada, mas também aquilo que precisa ser escrito, e relembra a sátira I de Pérsio, quando o poeta destaca os riscos em jogo no dizer a verdade, ele o *Amador Veríssimo de Aleteya*. Eis, pois, a tradução da citação que Vilhena faz em latim:

Mas qual a necessidade de arranhar orelhinhas delicadas com a mordente verdade? Tome cuidado para que as portas dos poderosos não se tornem de repente frias para ti: então a letra canina do nariz ressoa. (PERS., I, 107-110; trad. CASTRO; LEITE, 2017, p. 247)

A citação de Pérsio é, ao mesmo tempo, a recuperação de uma tradição satírica posta em jogo, já que há um diálogo claro e simultâneo com Lucílio e Horácio. (CASTRO; LEITE, 2017) Tendo em vista o modo como Trebácio adverte Horácio quanto aos

perigos de “morder” com a verdade certas “orelhinhas delicadas”<sup>22</sup> e a maneira como Lucílio, em um de seus fragmentos, nos ensina o valor sonoro da letra *r* quando diz que um cão irritado o pronuncia mais corretamente que um homem,<sup>23</sup> Vilhena, por meio de Pérsio e dessas vozes rosnantes, satíricas, quer lembrar – ao seu “benfeitor, a um amigo, a um verdadeiro patriota” (VILHENA, op. cit., p. 900) – que escreve não por motivos de ostentação em uma composição poética, mas participar as suas reflexões a quem poderia agir em prol da nação. Obviamente, a menção do verso de Pérsio sobre o receio quanto às portas dos poderosos tornarem-se frias, reflete a preocupação de nosso cronista com uma possível perda de apoio de seu “benfeitor”, assim como Trebácio adverte Horácio quanto ao risco de ter sua vida encurtada e de perder o apoio de algum patrono, passando a receber a porta fria na cara, “o que significa o rompimento da relação entre patrono e cliente” (CASTRO; LEITE, 2017, p. 247): *o puer, ut sis / vitalis metuo et maiorum nequis amicus / frigore te feriat*, “Ó moço, temo que não conserves tua vida e que algum amigo dos mais poderosos te fira com sua frieza”. (HOR. sat. 2,1, 60-62, trad. nossa)

Do ponto de vista estrutural, Vilhena abre e conclui sua obra com duas citações bem significativas ao seu projeto. Assim, inicia suas *Notícias* trazendo Sêneca, na primeira dedicatória, com uma visão filosófica, estoica, em relação ao fato de que “O homem nasceu para a ajuda mútua”, de forma que sua obra estaria a serviço não de seus intentos pessoais, mas em prol da nação, do outro, de um outro que nos inclui a nós mesmos. É um modo de iniciar com uma visão amena, filosófica, destacando sua

22 Hor. sát. 2,1, 21-23: *quanto rectius hoc quam tristi laedere versu / Pantolabum scurram Nomentanumque nepotem, / cum sibi quisque timet, quamquam est intactus, et odit* (“Quão mais correto é isso do que, com um verso irado, ofender um bobo Pantolabo e um devasso Nomentano, quando cada um teme por si mesmo, ainda que poupado, e os odeiam”).

23 *R littera inritata canes quam homo quam planius dicit*. (LUCILIUS, 3-4; ver DOMINIK; WEHRLE, 1999, p. 16)

contribuição. E conclui suas *Notícias*, com a Carta XXIV, também com uma citação latina, agora num contexto de discussão de pensamentos políticos, em que Vilhena se assume adentrando em terreno mais crítico, de forma que se assegura em destacar que sua carta “jamais aparecerá em público” (op. cit. p. 900), e clama pela bondade do Soberano, o elemento que considerou ao se atrever a escrever suas reflexões. Não é, pois, desarticulada a citação de Pérsio, exatamente uma citação que conjuga todo um pensamento antigo sobre a relação entre a literatura, o poder e o discurso crítico. Assim, Vilhena é bem claro em seu projeto de continuar as suas reflexões de forma a que se produza uma História Brasílica, razão pela qual, não só mantendo as características do gênero em que escreve, conclui assim sua última missiva:

Se suceder, meu Patrífilo, que o que deixo escrito, te não agrade, eu te suplico, que como benigno, queiras perdoar ao teu amigo, e mais pronto criado. (VILHENA, op. cit., p. 957)

## REFERÊNCIAS

AMARANTE, J. A apropriação cristã dos mitos clássicos: Fulgêncio e a retórica da comparação. *Notandum*, São Paulo, n. 54, ano 23, p. 75-94, 2020.

AMARANTE, J. O latim na literatura brasileira: enfeitar, impressionar, ridicularizar, *A Palo Seco: Escritos de Filosofia e Literatura*, Itabaiana, v. 1, p. 74-85, 2014.

ANTUNES, C. L. B. As Anacreônticas e a imagem de Anacreonte na antiguidade. *Let. Cláss.*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 109-149, 2013.

BARTHES, R. *S/Z*. London: Cape, 1974.

BERNAL, S. *Machado de Assis e as representações do latim em um Brasil do século XIX*. 2016. Dissertação (Mestrado em Língua

e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

BÍBLIA. VOLUME II. *Novo Testamento: Apóstolos, Epístolas, Apocalipse*. Tradução do grego, apresentação e notas Frederico Lourenço. 1 ed. Lisboa: Quetzal Editores, 2017.

CASAL, M. A. *Corografia brasílica ou Relação historico-geográfica do reino do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.

CASTRO, M. B.; LEITE, L. R. Releitura da tradição nas sátiras de Pérsio. *Itinerários*, Araraquara, n. 45, p. 235-254, 2017.

CÍCERO, M. T. *Dos deveres*. Trad. Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CICERO, M. T. *De Officiis*. With an English Translation. Walter Miller. Cambridge, Mass., London, England: Harvard University Press, 1913.

COCCEJI, H. *Grotius illustratus seu commentarii ad Hugonis Grotii de juri belli ac pacis libros III*. Ed. Samuel de Cocceji. Tomus I. Wratislaviae: Johann Jacob Korn, 1744.

DOMINIK, W. J.; WEHRLE, W. T. *Roman Verse Satire: Lucilius to Juvenal: a Selection with an Introduction, Text, Translations, and Notes*. Wauconda, Illinois: Bolchazy-Carducci Publishers, 1999.

EBORENSE, A. *Sententiae et exempla ex probatissimis quibusq[ue] scriptoribus collecta, [et] per locos communes digesta per Andream Eboensem Lusitanum*. Venetiis: Ad Signum Seminantis, 1572.

EXPECTAÇÃO, A. da. *A estrella d'Alva applicada: breviário de vários assumptos e ideias predicáveis de vários santos...* t. 3. Coimbra: Offic. Joseph da Costa, 1758.

FRANÇA JÚNIOR, J. J. O cantor de serenatas. *Correio da Bahia*, Salvador, 17 mar. 1878. *Variedades*, p. 2 e s. Disponível em: <http://www.historia-brasil.com/bahia/iconografia/atenas-brasileira.htm>.

GILBERT, N. *Among Friends: Cicero and the Epicureans*. 2015. Thesis (Degree of Doctor of Philosophy) – Department of Classics, University of Toronto, Toronto, 2015.

GIRALDI, L. A. *História da Bíblia no Brasil*. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

GRIMALDI, F. *De vita oeconomica libri tres: cum adnotationibus aristotelicis*. Romae: Apud Jo. Mariam Salvioni, 1738.

HASKELL, Y. A. *Loyola's Bees: Ideology and Industry in Jesuit Latin Didactic Poetry*. New York: OUP : British Academy, 2003.

HOMERO. *Ilíada*. Trad. e prefácio de Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

HÖPINGUS, T. *De sigillorum prisco et novo jure tractatus practicus CXXX. conclusionibus et amplius, cum infinitis ampliacionibus, limitationibus, declarrationibus, extensionibus & illationibus absolutus ...* Noribergae: Typis & sumptibus Wolffgangi Endteri, 1642.

HORACE. *Satires. Epistles. The Art of Poetry*. Translated by H. Rushton Fairclough. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1926. (Loeb Classical Library 194).

JOBIM, L. *Reforma Agrária no Brasil Colônia*. Coleção Tudo é história, 74. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LANDES, R. *A cidade das mulheres*. Trad. Maria Lúcia do Eirado Silva; revisão e notas de Édison Carneiro. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, [1947]2002.

LICHTENSTEIN, J. (org.). *A pintura – vol. 1: O mito da pintura*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

LYCOSTHENES, C. *Apophthegmata ex probatis Graecae Latinaeque linguae scriptoribus*. Lugduni: Petrus Rigaud, 1614.

MAIA, C. A consciência da dimensão imperial da Língua na produção linguístico-gramatical portuguesa. In: BRITO, A. M. (org.). *Gramática: história, teoria, aplicações*. Porto: Fundação Universidade do Porto – Faculdade de Letras, 2010. p. 29-50.

MARTINDALE, C. Reception – a new humanism? Receptivity, pedagogy, the transhistorical. *Classical Receptions Journal*, Oxford, v. 5, n. 2, p. 169-183, 2013.

MERZ, P. P. *Thesaurus biblicus ... id est dicta & exempla biblica ... Augustae Vindelicorum et Herbipoli: sumptibus Martini Veith, Bibliopolae*, 1761.

OLIVEIRA, F. *Gramática da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, [1536]2000.

PERSIUS. *Juvenal and Persius: with an English Translation*. G. G. Ramsay. London: William Heinemann; New York: G. P. Putnam's Sons, 1918.

PLATO. *Plato in Twelve Volumes*, Vol. IX. With an English translation by R. G. Bury. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: William Heinemann Ltd., 1981.

QUINTILIANO. *Instituição oratória* - Tomo III. Trad. Bruno Fregni Bassetto. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

RITZ, A. *Florilegium adagiorum et sententiarum Latino-Germanicum...* Basileae: Sumt. Joh. Ludovici Brandmülleri, 1728.

*RUDIMENTS OF THE LATIN TONGUE*. Adapted to the principles of the Madras, or Dr. Bell's System of Tuition. London: W. Calvert, 1817.

SENECAE, L. ANNAEI. *Opera*. Ad libros manuscriptos et impressos recensuit commentarios criticos subiecit disputationes et indicem addidit Carolus Rudolphus Fickert. v.2. Lipsiae: Sumptibus Librariae Weidmannianae, 1843.

SENECA, LUCIUS ANNAEUS. *Dialoghi*. Edizione critica con traduzione e note a cura di Nedda Sacerdoti. Milano: Istituto Editoriale Italiano, 1968-1971.

SENECA. *Moral Essays*. v. I: *De Providentia. De Constantia. De Ira. De Clementia*. Translated by John W. Basore. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1928. (Loeb Classical Library 214).



SILVA, G. J.; FUNARI, P. P.; GARRAFFONI, R. S. Recepções da Antiguidade e usos do passado. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 40, nº 84, p. 43-66, 2020.

SOTEROPOLITANO. In: DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

TERTULLIEN. *A son épouse*. Introduction, texte critique, traduction et notes de Charles Munier. Paris: Les Éditions du Cerf, 1980.

VAN EST, W. H. *Absolutissima in omnes Beati Pauli et septem catholicas apostolorum epistolas commentaria tribus tomis distincta*. Rothomagi: Apud Nicolaum Boucher, Eustachium Herault, Petrum le Boucher, Franciscum Vaultier, 1709.

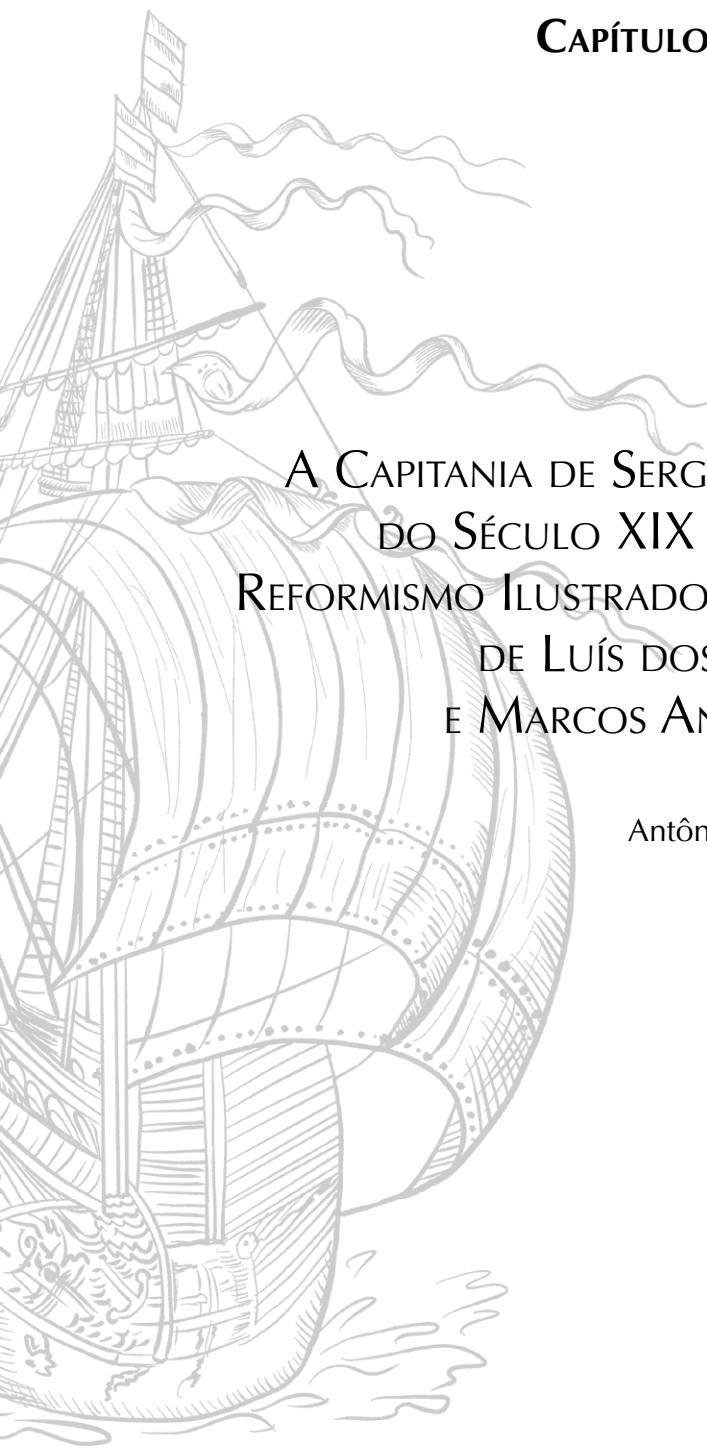
VELOSO, C. Reconvexo. In: BETHÂNIA, M. *Memória da Pele*. Rio de Janeiro: Polygram: 1989. Vinil (Faixa 1, dur. 4:28).

VERÇOSA, C. Salvador do tempo em que era a cidade da Bahia e quem nascia aqui era baiano com ou sem h. *A Tarde – Bahia Revista*, Salvador, 25 out. 2019. Disponível em: [bahiarevista.home.blog/category/brasil/page/2/](http://bahiarevista.home.blog/category/brasil/page/2/). Acesso em: 10 ago. 2020.

VILHENA, L. S. *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília*. Apresentação, notas e comentários de Braz do Amaral. 3 v. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1921.

VILHENA, L. S. *A Bahia no século XVIII*. Apresentação de Edison Carneiro. Notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

## CAPÍTULO 3



A CAPITANIA DE SERGIPE NO ALVORECER  
DO SÉCULO XIX SOB O OLHAR DO  
REFORMISMO ILUSTRADO LUSO-BRASILEIRO  
DE LUÍS DOS SANTOS VILHENA  
E MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA

Antônio Fernando de Araújo Sá



Por que em um país tão fecundo das produções da natureza, tão vasto em extensão, há de ser habitado por um tão diminuto número de colonos, a maior parte pobres, muitos deles esfaimados: será talvez difícil descobrir cousa que mais contrária pareça à razão.

Luís dos Santos Vilhena (1969, p. 914)

República universal, felicidade perfeita sobre a terra, é quimera. O homem só deve procurar sua felicidade na moral, nos sentimentos virtuosos, e por consequência na obediência às leis, aos imperantes, e autoridades legitimamente constituídas. Enquanto se ocupa com o reino de entes metafísicos, com repúblicas platônicas, e utopias, para inteligências puras, enquanto distraído das ocupações úteis se entrega a vãs teorias, o tempo voa, a sepultura se abre diante de seus passos.

Dom Marcos Antônio de Souza  
(apud SILVA, 2012, epígrafe)<sup>1</sup>

---

1 Registro meu agradecimento às observações críticas das professoras Luciene Lages e Edna Maria de Matos, da Universidade Federal de Sergipe, que contribuíram para a melhoria da inteligibilidade do texto.

A análise de textos e paratextos editoriais das memórias produzidas por Luís dos Santos Vilhena (1744-1814), em *Notícias Soteropolitanas e Brasilicas (A Bahia no século XVIII)* (1802), e Marcos Antônio de Souza (1771-1842), em *Memória sobre a Capitânia de Sergipe: sua formação, população, produtos e melhoramentos de que é capaz* (1808), traz a possibilidade de discutir o reformismo ilustrado em Portugal e na América Portuguesa do final do século XVIII e início do século XIX, em um momento em que se verifica um processo de reordenamento da questão colonial, em especial do papel da colônia americana no Império português.<sup>2</sup> (JOBIM, 1983, p. 7)

As epígrafes citadas remetem ao “esforço dos homens de letras (...) em prol da pátria, da nação, da Coroa ou do bem comum, esforço esse que, por vezes, parece ir além do trabalho meramente intelectual”. (DENIPOTI, 2019, p. 11) Desse modo, publicadas ou não, essas memórias compartilhavam da ideia do utilitarismo e do primado da razão como base para a modernização da economia colonial, contra a crença no academicismo estéril e voltando-se para as necessidades concretas dos indivíduos. (SILVA, 1981, p. 163)

Na Bahia dos setecentos, Vilhena e Souza representavam uma nova categoria social dos professores régios, criada para formar uma burocracia estatal mais bem preparada, conforme os preceitos reformistas ilustrados luso-brasileiros. As Aulas Régias substituíram o espaço antes ocupado pela instrução jesuítica, rompendo com a doutrinação religiosa e abrindo a “possibilidade de redefinir a sociedade, de formar cidadãos capazes de gerir o Estado moderno e de promover o desenvolvimento nacional em seus múltiplos sentidos, conforme estabelecia o movimento da Ilustração”. (LAGES, 2013, p. 115)

---

2 Utilizamos a 2ª. edição organizada e anotada por Edison CARNEIRO (1969) para o texto de Vilhena e a 2ª. edição de Marcos Antônio de Souza, publicada na *Revista de Aracaju* (1943). Mantivemos, nas citações, a ortografia das respectivas edições.

Como outros ilustrados luso-brasileiros que não vislumbravam “ideias de separação” (DIAS, 1968, p. 149), os escritos de Vilhena e de Souza “concordavam com uma visão de que a ‘nação’ era o império” (DENIPOTI, op. cit., p. 4), isto é, não se propuseram “a *mudar*, mas a *conservar* o poderio da Metrópole”. (ARAÚJO, 1987, p. 6) Quando estabeleceram relatos das situações vividas em algumas regiões do Império, mantiveram “como eixo articulador uma via de modernização capaz de reafirmar os vínculos entre metrópole e colônias”. (POMBO, 2015, p. 168)

Como era comum, à época, “o pleitear empregos ou posições públicas através do oferecimento de memórias a altas personalidades do Estado” (JOBIM, 1985, p. 44), os paratextos editoriais dos escritos de Luís dos Santos Vilhena e Marcos Antônio de Souza indicam a adesão de ambos ao projeto ilustrado de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812). Em continuidade a outros autores e tradutores do reformismo ilustrado luso-brasileiro, o primeiro ofereceu a D. João, a quem denomina Filipono (“amante do trabalho”) as primeiras cartas, e às últimas a D. Rodrigo, a quem chama de Patrífilo (“amigo da pátria”). (BACELAR, 2013, p. 274) Já o segundo dedicou-lhe integralmente o seu opúsculo sobre a capitania de Sergipe (1808). Segundo Edna Maria Matos Antonio, no aviso datado de 5 de junho de 1802, D. Rodrigo oficiara ao governador da Bahia solicitação de informações sobre os tipos de produção agrícola e das culturas naturais da capitania, que foi estendida à Sergipe, cuja “missão de fornecer esse quadro de recursos produtivos e da situação geral da região coube a D. Marcos de Souza”. (ANTONIO, 2012, p. 48)

Como representante da Geração luso-brasileira da década de 1790, que visava superar as contradições existentes no Antigo Regime português, numa repactuação “entre o rei e seus súditos ultramarinos” (POMBO, 2015, p. 190), as ideias e as práticas de D. Rodrigo de Souza Coutinho emprestaram “racionalidade à análise dos problemas coloniais e, com fé otimista, propiciou

um grandioso conceito de império luso-brasileiro”, com profunda repercussão no desenvolvimento posterior da América portuguesa. (MAXWELL, 1999, p. 191)

Sobre o professor régio de Língua Grega na cidade da Bahia no final do século XVIII, Luís dos Santos Vilhena, existe bibliografia relativamente desenvolvida sobre suas ideias de “brilhante colonialista”, conforme acentuou Stuart B. Schwartz (2000, p. 122). (Consultar, entre outros, MOTA, 1967 e 1979; JOBIM, 1983 e 1985; ARAÚJO, 1987; SILVA, 2006; LAGES, 2013; BACELAR, 2013)

Nascido em 1744, na Vila de Santiago de Cacém, no Alentejo, viveu como militar entre os 22 e 32 anos, período em que, de forma autodidata, estudou grego e latim. Entre 1776 e 1787, morou em Lisboa, atuando como professor destas línguas, convivendo com as ideias iluministas que inundavam Portugal em época de amplas reformas. Foi nomeado para ocupar a cadeira de Língua Grega, em Salvador, em maio de 1787, desembarcando nessa cidade no final deste ano. (JOBIM, 1985, p. 17)

No âmbito da reforma educacional da segunda metade do século XVIII em Portugal, as críticas mais contundentes contra a pedagogia jesuítica foi seu caráter essencialmente especulativo, tornando-se necessário promover sua substituição por uma “pedagogia do concreto e do imediato”. Dentre as cadeiras que compunham as principais frentes desta nova pedagogia foram “o revigoreamento do estudo do grego e na instauração de uma nova retórica, cuja importância residia no fato de ensinar a ‘falar bem’”. (SILVA, 2013, p. 148)

A extensa memória intitulada *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasíliaas*, escrita entre 1797 e 1801, por Luís dos Santos Vilhena (JOBIM, 1983, p. 53), teve como principal referência o texto *Notícia Geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*, escrito pelo sargento-mor José Antônio Caldas. Segundo István Jancsó, a

transcrição de trechos integrais deste texto na memória de Vilhena é “indício seguro de que o teve em mãos”. (JANCSÓ, 1997, p. 407)

O manuscrito percorreu uma longa trajetória até sua publicação nas primeiras décadas do século XX. Segundo José Honório Rodrigues, fora oferecido por Antônio Gonçalves Dias ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre 16 de setembro de 1847 e 10 de dezembro de 1852, sendo registrado também na Exposição de História do Brasil, em 1881. Entretanto, o que serviu de base para a primeira edição realizada por Braz Hermenegildo do Amaral (1861-1949) foi o exemplar da coleção José Carlos Rodrigues, que veio à lume em 1922 (vols. 1 e 2) e 1935 (vol. 3). (RODRIGUES, 1979, p. 505)

Já sobre Marcos Antônio de Souza poucos trabalhos se ativeram às suas ideias, concentrando-se mais nas atividades políticas e religiosas desenvolvidas como deputado às Cortes de Lisboa, em 1820, e como primeiro bispo do Brasil independente. Conforme seu testamento encontrado, por Joelma Santos da Silva, na Coordenadoria do Arquivo e Documentos Históricos do Tribunal de Justiça do Maranhão, o padre nasceu na Freguesia de São Pedro Velho da Cidade e Arcebispado da Bahia, na cidade de Salvador da Bahia, no dia 10 de fevereiro de 1771, filho de Francisco Manuel de Sousa Costa e Dona Anna Joaquina de Sousa, falecendo em 29 de novembro de 1842, no Maranhão. Foi “sagrado na ordem de presbítero secular entre 22 e 23 anos”, realizando os estudos secundários na Bahia. Logo foi instituído vigário colado na freguesia de Nossa Senhora da Vitória, na capitania da Bahia, “exercendo também por muitos anos o cargo de examinador sinodal e secretário de governo provincial”. (SILVA, 2012, p. 56, 58 e 59)

Essa pesquisadora presumiu, acertadamente, que sua formação foi de nível superior, “pela sua tão comentada erudição e pela sua origem social” (SILVA, 2012, p. 58), sendo confirmada por José Carlos de Araújo Silva, que o identificou como professor



substituto de Filosofia Racional em documento que aparece como testemunha, ao lado de Luís dos Santos Vilhena, professor de Língua Grega, e Francisco Ferreira Paes, professor de Retórica, para a jubilação do professor de Gramática Latina, Francisco de Marinho de Sampaio, na cidade de Salvador Bahia de Todos os Santos. Tal documento fazia parte do despacho de D. Rodrigo de Souza Coutinho para D. Fernando José, de Portugal, datado de 24 de março de 1798.<sup>3</sup> (SILVA, 2006, p. 222-223)

Suas trajetórias de vida também se entrecruzaram em outro momento, quando o vigário assinou o testamento da viúva de Luís dos Santos Vilhena, em que se evidenciava sua condição de membro das camadas médias de Salvador, na passagem do século XVIII para XIX, elemento importante para pensar seu pensamento político reformista. (JOBIM, 1985, p. 25) Com base em documentação cartorária, Kátia Mattoso afirma existir uma elite de classe média baiana nesse período, que “sem possuir uma grande fortuna, representa de 31% a 34% do total das fortunas inventariadas”. (MATTOSO, 1997, p. 162)

Quando escreveu a memória da capitania de Sergipe, em 1808, como vigário da Freguesia de Jesus Maria José do Pé do Banco, hoje Siriri, Souza possuía sólida formação intelectual, registrada por seus biógrafos, como D. Francisco de Paula e Silva, D. Felipe Condurú Pacheco e César Marques. (SILVA, 2012, p. 57-58)

---

3 José Carlos de Araújo Silva menciona esse documento, em sua tese de doutorado em Educação, como parte do despacho de D. Rodrigo de Souza Coutinho para D. Fernando José, de Portugal, datado de 26 de setembro de 179[ ], referindo-se ao professor de Gramática Latina, Francisco de Marinho de S. Payo. Encontramos, nos *Anais da Biblioteca Nacional*, de 1914, a certidão do tempo de regência do professor Francisco de Marinho de Sampaio com datação diferente da do pesquisador e com os mesmos dados por ele citados no que se refere ao atestado exarado pelos professores sobre a ilustração e bom comportamento daquele professor em processo de jubilação. Optamos por essa última informação ofertada pela professora Luciene Lages, a quem agradeço (Ver FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 1914-16, p. 118).

Para Luiz Mott, esse texto é uma “insuperável memória sobre a Capitania de Sergipe, verdadeiro *vademecum* para quantos desejam conhecer esta região à época em que a família real transmigrava da corte para a América Portuguesa” (1993, p. 7).

Como no caso de Vilhena, apesar de ser considerado um documento fundamental para a história sergipana, esta memória permaneceu pouco divulgada, sendo somente publicada em 1877, pelo senhor de engenho Antônio José Fernandes de Barros, do município de Maruim, conforme consta na reedição do texto na *Revista de Aracaju* em 1943. (SOUZA, op. cit., p. 11)

### *Reformismo Ilustrado Luso-Brasileiro: memorialismo e projetismo*

Por meio de projetos e memórias, o reformismo ilustrado funcionava “como uma espécie de engrenagem, que aliava a força do Estado Reformador, herdado do período josefino, com a crescente abertura aos espaços de sociabilidade cultural e científica típica do antigo regime português das duas últimas décadas do século XVIII”. (FILHO e DAHÁS, 2006, p. 6)

Criada em 31 de dezembro de 1779, debaixo da proteção régia, a Academia de Ciências de Lisboa aglutinava esse “novo ideário reformista”, elaborando uma “nova pedagogia ilustrada no espaço cultural luso-brasileiro”. Seus membros produziram memórias, cuja meta era “o investimento num projeto de redefinição dos cânones mentais e político-estratégicos voltados para uma espécie de busca sistemática de um conhecimento científico útil ao Estado”. (FILHO e DAHÁS, op. cit., p. 3 e 5-6)

Segundo Nívia Pombo, essa dimensão projetista “procurou abarcar uma ampla racionalização das práticas administrativas coloniais a partir do reconhecimento das potencialidades naturais da América portuguesa”. Desse modo, os estudos sobre a natureza colonial estabeleceram um nexu intelectual entre a

metrópole e a colônia no último quartel do século XVIII, tendo a natureza americana como fonte regeneradora para o projeto de fortalecimento do Império luso-brasileiro. Nesse sentido, a história natural ocuparia um lugar destacado no reformismo luso-brasileiro, em que o reencontro com a América servia de contraponto à consciência da perda do Oriente. (POMBO, 2015, p. 239 e 167)

A assunção de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), na Secretaria de Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos e do Erário Régio (1796-1803), trouxe para o centro do debate político e econômico a questão do reordenamento da exploração colonial, transformando a colônia americana em lugar para investimentos de modernização da agricultura e da extração mineral, diferentemente das colônias em Angola e Moçambique, que não foram incluídas nesses planos. Essa opção se devia ao fato de que era do Brasil que se originavam “receitas agrícolas, na reexportação de produtos coloniais para os mercados europeus”, tornando-se na “mais importante possessão ultramarina portuguesa”. (RAMINELLI, 2012, p. 37)

Dentre as suas ações reformistas, destaca-se a criação de

uma força-tarefa de eruditos brasileiros residentes na América, cujo objetivo seria fornecer informações práticas. José Vieira Couto e José Teixeira da Fonseca Vasconcelos receberam a incumbência de coletar informações sobre os depósitos de sal, especialmente no vale do São Francisco. João Manso Pereira (...) deveria conduzir investigações e experimentos mineralógicos e metalúrgicos em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. (MAXWELL, op. cit., p. 184)

Em 1798, ordenou a composição de uma carta geral do Brasil, sob a chefia do Dr. Antônio Pires da Silva Pontes Leme e colaboração dos desenhistas José Joaquim Freire e Manuel Tavares da Fonseca. Segundo Raminelli, “as cartas localizavam marcos, fortalezas, capitánias, caminhos, minas de ouro e de ferro, cachoeiras e sítios

abandonados” (2012, p. 42). Essa busca por “informações precisas sobre as colônias” visava “elaborar um novo arranjo político-administrativo para o império português”. (POMBO, 2009, p. 214)

Era um contexto histórico marcado por fatores externos, como a Revolução Francesa e a revolta de escravos em São Domingos, e fatores internos, como a conjuração mineira e baiana, que produziram na geração de 1790 consideráveis adaptações das ideias iluministas e liberais à realidade colonial (MAXWELL, op. cit., p. 190), aproximando ambos os autores na vivência da cidade de Salvador em um momento rico em ideias e conturbado socialmente.

Segundo Luiz Carlos Villalta, essa cidade se constituía na segunda cidade do império português com cerca de 60 mil habitantes, no final do século XVIII, sendo superada apenas por Lisboa, que possuía cerca de 180 mil pessoas. Nos quadros do sistema colonial, diversos setores se encontravam insatisfeitos com os limites que o sistema lhes impunha. Os senhores de engenho se viam limitados às possibilidades de acumulação da camada senhorial e a população urbana não vinculada à administração também era afetada em seus interesses nas oportunidades de ganho. (VILLALTA, 2000, p. 97-99)

No contexto de renascimento econômico da Bahia, com o colapso da produção açucareira francesa nas Índias ocidentais, na década de 1790, o preço de açúcar se torna tão lucrativo que Luís dos Santos Vilhena afirmava que “não há quem não queira ser lavrador de açúcar”. (apud MAXWELL, op. cit., p. 171) Por outro lado, este professor de grego tentava explicar a sublevação dos mulatos baianos em 1798 pela falta de controle dos preços da carne e da mandioca por parte do Estado, influenciado pelas “ideias europeias”, que resultou na falta de alimentos essenciais e na carestia. (MAXWELL, op. cit., p. 172)

Essas ideias circulavam entre uma pequena elite culta, mas também foram postas nas ruas pelo povo, resultando nessa

conspiração. A interlocução entre a elite e a cultura popular da plebe coube, entre outros, a Cipriano Barata, que assumira papel relevante por ser parte da elite como bacharel em filosofia e diplomas de habilitação em Medicina e Matemática pela Universidade de Coimbra. Sua biblioteca continha “clássicos da literatura, antigos gregos, além dos (...) racionalistas franceses, empiristas ingleses e iluministas...”, mas que também frequentava candomblés, “pastorinhas em bailes, bumba-meu-boi, e uma roda de raparigas xulando”. (MOREL, 1986, p. 16 e 65)

Durante o processo de institucionalização da vida cultural da Bahia “com o estabelecimento da Livraria Pública, de uma tipografia e do primeiro jornal” (JOBIM, 1985, p. 38), o ecletismo vigente no reformismo ilustrado se manifestava na heterogeneidade da intelectualidade local, como o liberal José da Silva Lisboa, leitor de Adam Smith e introdutor da economia política no Brasil, José Francisco Cardoso, professor de latim, Antonio Ferreira França, professor de medicina e grande conhecedor de aritmética e geometria, Francisco Carneiro de Campos, professor de filosofia, o padre Francisco Agostinho Gomes. (JOBIM, 1985, p. 40-41)

Portanto, os conflitos

estruturalmente *latentes* na sociedade soteropolitana, vieram a explicitar-se em fins do século XVIII, sob o estímulo de uma conjuntura política e econômica que associava os ventos liberalizantes das Luzes, a vaga revolucionária francesa e a prosperidade econômica – essa última desigual em suas consequências. (VILLALTA, 2000, p. 99)

Inspirando-se nos reformistas lusitanos, existentes desde o início do século XVIII, como o Conde de Ericeira, Martinho de Mendonça de Pina e Proença, Luís Antônio Verney, Marquês de Pombal, Antônio Ribeiro Sanches e D. Luís da Cunha (SILVA, 2006, p. 111), a proposta de Vilhena era apresentar reflexões em forma de carta, “que jamais aparecerá em público”, “em zêlo dos

interesses da pátria, dos cômodos da nação, e sobretudo do serviço do Soberano”. (VILHENA, op. cit., p. 899)

Suas sugestões, para o estabelecimento de algumas reformas, requeriam da administração uma “bem ponderada política” de vigilância e cuidado para com o Brasil, “como para manancial o mais perene das riquezas, em que abundam, atraídos pelos esforços de sua indústria”. (VILHENA, op. cit., p. 943) Para Vilhena, a “base mais estável das colônias que temos na América”: “população, agricultura, e comércio”, ainda que pouca atenção lhe era dada quanto à solidez e o equilíbrio entre elas. (VILHENA, op. cit., p. 900)

Para o nosso propósito, seguiremos essa diretriz sugerida por Vilhena para estabelecermos um quadro comparativo com o “arguto observador da vida social, da conjuntura econômica” que foi Marcos A. de Souza, cujo estudo fixou-se “não só aos hábitos de seus habitantes, como a seus processos de trabalho”, especialmente no “estado da lavoura, da navegação”. (SILVA, 1992, p. 14 e 13)

### *A Capitania de Sergipe na passagem do século XVIII para o século XIX sob o olhar de Vilhena e Souza*

Para compreender o embate entre as diferentes ideias e projetos sobre a crise do antigo sistema colonial, optamos por comparar as informações desses autores sobre a capitania de Sergipe e de como a Coroa poderia melhorar seus ganhos e a vida de sua população, em um momento em que vivia certa prosperidade advinda do cultivo da cana de açúcar, trazendo questionamentos com relação à precária estrutura administrativa e a dependência à Bahia. A comparação entre as cartas XVI, referente à Bahia e as comarcas de Jacobina, Espírito Santo e Sergipe D’El Rey, e a XXIV e última, da segunda edição do livro de Luís dos Santos Vilhena

(1969), e a memória produzida por Marcos Antônio de Souza serve para perceber como intelectuais imaginaram a superação da crise do antigo sistema colonial a partir de uma capitania periférica, confrontando o avanço do ideário liberal mitigado de Souza com as ideias colonialistas de Vilhena. (FERREIRA JR., 2003, p. 2)

Do ponto de vista administrativo, Vilhena propunha a criação de nova comarca por conta das

prolongadas distâncias em que ficam das suas capitais muitas das vilas, e povoações da comarca da Bahia, sucedendo por isso mesmo desordens continuadas a que os respectivos Ministros não podem com a precisa prontidão dar as necessárias providências. (VILHENA, op. cit., p. 573)

Em virtude do despotismo dos ricos e poderosos fazendeiros que vivem nos sertões, ele sugere a criação de “uma nova comarca nos confins daquelas da Bahia, e de Sergipe Del Rei, cujo Ouvidor pudesse tomar as devidas precauções”. (VILHENA, op. cit., p. 574)

Essa mesma preocupação com relação à presença do Estado na região é registrada por Marcos A. de Souza, pois havia “muitos facinorosos impunidos, sem respeito aos Ouvidores, Juízes e Cabos de ordenanças, [que] inquietam a publica tranquilidade, assassinam os pacíficos habitantes e em cada um anno se cometem cem assassinatos em toda a comarca”. A resposta da administração quanto a esses delitos encontra-se impossibilitada pelo fato de que as “cadêas da Comarca se acham arruinadas, se exceptuarmos a da Villa-Nova, que foi edificada por um Sargento-Mor já falecido, João Machado de Novaes”. Acrescente a isso, a inexistência de “um regimento de milícias em cada uma villa”. Segundo o presbítero, existiam apenas dois regimentos de cavalaria, com doze companhias compostas por trinta homens. Entretanto, comparativamente a outros centros urbanos, os soldados sergipanos, acostumados aos trabalhos do campo, não possuíam, segundo ele, vícios das tropas de linha, sendo úteis no

serviço do Soberano contra as invasões de holandeses e franceses. (SOUZA, op. cit., p. 24, 40 e 41)

Desse modo, essas observações aludiam a certa desordem existente na capitania de Sergipe nos quadros da crise do antigo sistema colonial, demonstrando que, apesar de se inspirar nas ideias liberais de J. B. Say, a solução dessa situação requeria uma enérgica intervenção do Estado, com “a punição necessária para o desenvolvimento da região”. (FERREIRA JR., op. cit., p. 73)

Como marca registrada do reformismo ilustrado português, nessas memórias transparecem o ecletismo e o pragmatismo, resultando numa mescla das ideias fisiocráticas com as da economia clássica inglesa, numa espécie de “mercantilismo ilustrado”, conforme definido por Fernando Novais (1984, p. 108).

## *População*

Francisco J. C. Falcon identificou nos textos mercantilistas uma nítida atitude populacionista, na qual “uma população numerosa é uma verdadeira riqueza para a república”. Essa atitude depois foi nuançada, pois, além do número de habitantes como um todo, “o importante é ter a maior parte deles empregada nas atividades manufatureiras, pois assim a riqueza produzida é bem maior”. (FALCON, 1984, p. 78 e 79)

Tal preocupação se manifestou nos textos de Vilhena e de Souza, quando se aproximaram na solução populacional para a ocupação do território com a distribuição de terras improdutivas e abandonadas por conta da incúria dos seus proprietários. Para o último, o aumento da “população é o signal decisivo da prosperidade de um estado”. (SOUZA, op. cit., p. 33)

Já para o primeiro, o desconhecimento geográfico dos sertões do Brasil impossibilitava a sua colonização, já que nos seus tabuleiros não são a maior parte tão áridos que não possam “recompensar a qualquer cultor do trabalho que neles



se empregasse, depois de examinar-se a cultura que mais lhe convém”, mesmo que enfrentando muitas nações de “índios bravos”. (VILHENA, op. cit., p. 910)

Desse modo, ocupando os sertões pouco conhecidos, a Coroa portuguesa poderia “fundar um poderoso, e rico império, uma colônia que possa competir com as melhores que se conheçam em qualquer parte do mundo”. (VILHENA, op. cit., p. 914)

Para o professor de grego, apesar da existência de extensas fazendas pelos sertões da capitania de Sergipe, partes destes estão muito despovoados:

sendo para sentir o ver povoados só de feras muitos sítios propriíssimos para criações, e isto por se haverem dados por sesmarias a quem as não pôde, ou não quis povoar, quando por uma bem entendida política deveram devolver para quem o fizesse”. (VILHENA, op. cit., p. 573)

Assim sendo, era digno de reflexão que “um país tão fecundo das produções da natureza, tão rico em essência” seja habitado por tão diminuto número de colonos, a maior parte “esfaimados”, constituindo-se na “morada da pobreza, o berço da preguiça, e o teatro dos vícios”. (VILHENA, op. cit., p. 914)

A representação do Brasil como “congregação de pobres” era baseada na “incúria” e ao “descuido” da colonização portuguesa, ocasionada pela exclusão da população à esfera da produção. Conforme assinalou Emanuel Araújo, “a explicação de Vilhena para a pobreza generalizada no Brasil reside na escassez demográfica no interior, a qual, por sua vez, ocasionaria a escassez de gêneros alimentícios e a fome”. (ARAÚJO, op. cit., p. 17)

Em sua concepção de propriedade, Vilhena afirmava que “quem gera o cidadão é a propriedade”, sendo necessário transformar em cidadãos os vadios dos grandes centros urbanos, por meio de um laço que os unisse à terra, ou seja, a pequena propriedade. Para ele, propriedade e patriotismo estão intimamente

ligados, já que é o receio de perder a propriedade que une o cidadão à pátria. Em contrapartida, “(...) o cidadão jornalista não tem este vínculo”. (VILHENA, op. cit., p. 919)

Nesse sentido, Vilhena propôs formas de exercício do poder, pautadas na noção de bem comum, que mantivessem o vínculo colonial de modo mais eficiente, como na sugestão de estabelecimento de uma Lei Agrária, cuja redistribuição do latifúndio improdutivo, com base no direito medieval português, fosse “um dique para evitar a revolta social que ele e os *philosophes* temem”. (JOBIM, 1985, p. 120)

Entre os filósofos que, apesar de confiarem no progresso, eram contra subversão da ordem e mudanças radicais, que pudessem colocar em perigo a propriedade e a hierarquia social, podemos destacar Denis Diderot, que exerceu certa influência nas ideias de Vilhena. Por um lado, por ser

um moralista sentimental, o que o aproximava de Rousseau no ódio aos privilégios e na preocupação de remediar as desigualdades sociais, e, por outro, um admirador do ‘despotismo legal’, que esperava o progresso vindo de ‘cima’ e pregava o respeito às leis existentes, condicionando a cidadania à propriedade: ‘É a propriedade que faz o cidadão: todo aquele que tem propriedades no Estado é interessado no Estado...’ (FALCON, 1986, p. 15)

A narrativa de Souza (op. cit., p. 45) também colocava o latifúndio improdutivo como “um grande obstáculo para a propagação da raça humana”, na medida em que “a concessão de um vasto terreno, feita a um só proprietário e principalmente quando este não pode vender-se ou repartir-se entre diferentes herdeiros por ser vínculo”, referindo-se ao morgado de Porto da Folha. Essa crítica aproximava-o da associação entre propriedade e cidadania proposta por Vilhena, quando comentou que os índios domesticados, descendentes dos Tupinambás, de Água Azeda, se

mantêm não civilizados nos quase três séculos de colonização portuguesa, como “indolentes”, “vagabundos” e viverem quase sempre errantes, pois “não conhecem as doçuras do direito de propriedade, bem como os seus ascendentes; (...) nem tem abraçado a ordem civil e social”. (SOUZA, op. cit., p. 20)

No mesmo diapasão, o pároco afirmava que, por conta do relaxamento da disciplina regular do religioso carmelita da Missão de Nossa Senhora do Carmo da Japarutuba, os índios “vivem errantes e por serem imorigerados servem de muito gravame aos seus vizinhos”. Assim, se adquirissem “maior grão de civilização podiam ser uteis a si próprios e com seus braços reforçados servir a sociedade e ao Estado”. (SOUZA, op. cit., p. 40)

A intenção de utilizar a mão-de-obra indígena em favor do Estado fez com que Vilhena criticasse, duramente, a forma que os portugueses se comportavam e a própria administração colonial lidavam com os índios, já que “todo branco é impunemente permitido matar e fazer todo o dano possível aos índios, motivo por que, quando podem, os flecham, os matam e os devoram”. (ARAÚJO, op. cit., p. 15) Para ele, o melhor método de integração dos índios à sociedade colonial seria a persuasão e o convencimento, “entre os indígenas, de que a cultura europeia, naturalmente superior à dos ‘bárbaros’, era a que melhor convinha a estes”. (ARAÚJO, op. cit., p. 16) Em suas palavras,

razão por que os portugueses de hoje se deliberassem deveres a querer reduzir índios por método diferente dos antigos, e por este meio adquirir muitos milhares de vassallos à Coroa, tinham muito onde empregar os seus engenhos com visível utilidade do Estado. (VILHENA, op. cit., p. 957)

Sobre a composição da população da província de Sergipe, o presbítero soteropolitano afirmava que moravam “poucos índios aldeados e dispersos”, mas “muitos europeus das províncias de Portugal”, chamados por ele de “mozambos”, “grande numero

de pretos de Guiné e maior numero de Angola”. Como fruto da miscigenação, foram destacados mamelucos, mulatos, caribocas e crioulos, aludindo a permanência de algumas pessoas da “raça hollandeza”. (SOUZA, op. cit., p. 17)

Segundo sua narrativa, seus moradores são “muito activos” nos ramos de lavoura que empreendem”, pois são um povo “espiritoso, activo e inclinado ao trabalho, origem das riquezas”. Assim, muito “mais se cresceria a povoação pelos novos meios de subsistência, ainda que este paiz onde, se pode dizer com Adão Smith tom. 2º., pag. 58, ‘os progressos da população são mais rápidos do que nas nações mais florescentes da Europa’”. (SOUZA, op. cit., p. 28)

As referências ao trabalho de Adam Smith neste trecho de seu opúsculo evidenciam a erudição do padre soteropolitano em sua leitura sobre a economia colonial, explanando a preocupação com a importância produtividade do trabalho no desenvolvimento agrícola. Tomando o seu livro clássico *A Riqueza das Nações* (1776) como uma das referências para a sua memória, o autor seguiu a leitura de que o trabalho era a fonte de toda a riqueza e que o bem-estar das nações é definida pelos recursos naturais, mas também “pela produtividade do trabalho “útil” ou “produtivo”— que pode ser entendido como aquele que produz um excedente de valor sobre seu custo de reprodução — e pela relação entre o número de trabalhadores empregados produtivamente e a população total”. (FRITSCH, 1983, p. 9)

Para o vigário, a produtividade agrícola em Sergipe é maior do que a Bahia, já que com “vinte captivos fazem maior quantidade de assucar do que muitos ricos lavradores do reconcavo da Bahia com os enfraquecidos braços de cem escravos”. Essa produtividade é fruto da nutrição dos escravos “com os saudáveis alimentos de vegetaes com feijões e com milho que por toda a parte colhem com abundancia”. Ao mesmo tempo, “Alli se lhes permite a mais doce sociedade; podem casar-se com as escravas da mesma família e ainda de outra, quando os proprietários da

visinha Bahia embaraçam a liberdade do matrimônio”.<sup>4</sup> (SOUZA, op. cit., p. 19)

Em sua leitura, os

africanos, creoulos e mulatos, os quaes todos se empregam em lavoura sem distincção, vivem mais satisfeitos. O bom tratamento do escravo o faz mais fiel, mais inteligente e por consequência mais útil. Aproxima-se a condição de um domestico livre, toma amor aos interesses do seo senhor: assim pensa Smith tom. III. (SOUZA, op. cit., p. 36-37)

Como apontou, com acuidade, Fernando Afonso Ferreira Júnior, o presbítero aproxima os escravos dos trabalhadores ingleses da época:

Ser fiel era diminuir os riscos de protestos e a possibilidade dos escravos se voltarem contra o senhor; ser inteligente, significa mais adaptável e participante do processo produtivo; e, por isso, mais útil era exatamente estar mais engajado e enquadrado nesta nova forma de entender o Mundo sob o impacto das transformações oriundas da revolução industrial; ou ainda, e principalmente, aceitar a sua condição de escravo que, melhorada, segundo Adam Smith, conteria o clima de impacto sobre a sociedade já em crise. (FERREIRA JR., op. cit., p. 131)

A ambiguidade das ideias do religioso liberal no seu texto é reveladora do contexto de propostas reformistas da escravidão, alternando entre “a defesa do uso do trabalho escravo (...), desde que a relação de trabalho entre senhor e escravo seja melhorada, quanto a

---

4 Essa leitura de que a escravidão, em Sergipe, fosse menos violenta do que na Bahia será objeto de debate na historiografia local, sendo contestada por Ariosvaldo Figueiredo (1977 e 1981), em seus livros sobre a história social dos negros e índios. O caráter cruento da história de Sergipe é explicitado pelo historiador, especialmente a violência das classes dominantes contra os índios e escravos e seus respectivos remanescentes, mas também a resistência dos subalternos, com fugas, constituição de quilombos, amotinamentos contra feitores e senhores.

apologia ao trabalho pago como sendo o instrumento de fomento da moderna economia”. (FERREIRA JR., op. cit., p. 131-132)

Como Vilhena, Souza estava preocupado com a expansão e a produtividade agrícolas, com a melhoria das condições de vida do escravo negro que lhe reduziam a capacidade de trabalho. Suas críticas à escravidão decorrem de uma visão moral das relações entre senhores e escravos. Como apontaram Pedro de Alcântara Figueira e Claudinei M. M. Mendes, o ideal de reforma da escravidão, manifestado até mesmo pela Coroa portuguesa, visava a intensidade da exploração do trabalho “em função da obtenção do máximo de sobretrabalho, que, convertido em grande volume de mercadorias baratas, deveria atender as exigências de um mercado voraz, o mercado capitalista”. (FIGUEIRA e MENDES, 1977, p. 10) Assim, a

contradição fundada na obtenção de um máximo de sobretrabalho (*mais-valia*) sem, contudo, provocar a morte prematura do escravo, propriedade do senhor e, portanto, parte do seu capital, permeia toda a produção literária do assim chamado período colonial. Preservar o capital, destruindo-o sob a forma de escravo, é a verdade paradoxal com que se defrontaram Benci, Vieira, Antonil, Loreto do Couto, Vilhena e Azevedo Coutinho. (FIGUEIRA e MENDES, 1977, p. 12)

## *Agricultura*

Num momento em que o ouro brasileiro parecia esgotado, a *intelligentsia* luso-brasileira voltou-se “para a modernização da economia tomando por base o princípio da fisiocracia: a única fonte de riqueza encontra-se nas produções da terra”. Entretanto, as formas de aplicação dessas ideias se diferenciavam na metrópole e nas colônias, já que, para a primeira, “agora, seria vital a industrialização”, enquanto que, nas segundas, o motor do esforço de modernização era o referido princípio fisiocrático. (ARAÚJO, op. cit., p. 7 e 8)

A agricultura é vista à época como fonte de riqueza “que permite o comércio e dá sentido à colonização”. (JOBIM, 1985, p. 76) Entretanto, ambos os textos também se preocupam com o desenvolvimento de técnicas agrícolas, visando o aumento da produtividade e a introdução de novos produtos. A comparação das descrições de Vilhena e Souza pode indiciar a situação da agricultura no Brasil, com destaque para a Bahia e Sergipe, delineando os produtos intercambiados no mercado interno e externo.

Podemos inserir as preocupações de Vilhena no quadro dos “senhores de engenho-filósofos”, conforme definição de Maria Beatriz Nizza da Silva (1981, p. 161). Esta historiadora identificou que o professor de grego propôs “melhorar o processo de fabricação do açúcar por meio de pequenas invenções, algumas das quais implicavam a leitura de obras de Mecânica”. Em sua carta V, ele registrou a tentativa de criar um novo tipo de moenda, pedindo um privilégio da Real Junta do Comércio, que lhe foi concedido. Entretanto, não obteve êxito na construção da moenda, devido a “problemas surgidos com o protótipo da nova moenda e seu desentendimento com os mecânicos estrangeiros aos quais se associa”, resultando na perda do capital investido. (JOBIM, 1985, p. 83)

Para ele, a baixa produtividade advinha da incúria, do desmazelo e da negligência dos donos das terras, pois mantinham os procedimentos tradicionais de agricultura em suas fazendas, não preocupando-se com uma melhor qualidade dos produtos. Em suas palavras, “o que unicamente falta há a deliberação, a indústria e a vontade”. (apud JOBIM, 1985, p. 80)

Vilhena aderiu ao fomentismo das ideias fisiocráticas de “estímulo ao plantador brasileiro para melhorar, diversificar a sua produção” (JOBIM, 1985: p. 81), que era compartilhada por Marcos Antônio de Souza. Este último buscava modernizar a agricultura, visando a produção de riquezas para a capitania de Sergipe, mas também, no processo de racionalização econômica, propunha a

limitação da propriedade fundiária inalienáveis da nobreza, como no já citado caso do morgado de Porto da Folha. (FALCON, 1986, p. 24)

Nesse sentido, Souza sugeria, como alternativa aos anos de esterilidade da seca, “que chegam algumas vezes a dous ou três e experimentam esta fatal desgraça em cada um espaço de dez annos”, que os

cultivadores de Serzipe distribuir em vários canais o Vaza-barris para não soffrerem a penuria dos annos estéreis ou pelos menos com as corrente (sic) dos Poxins (...) e com os rios Comenderoba e Cotinguiba regar as terras planas, circumvizinhas dos apontados rios. (SOUZA, op. cit., p. 23)

Segundo ele, a criação de canais que interligassem os rios poderia, ao umidificar a terra, “vegetar e frutificar todas as árvores e arbustos”, transformando o rigoroso estio em abundantes colheitas. (SOUZA, op. cit., p. 23)

Ao mesmo tempo, Souza afirmava já haver instrumentos e máquinas para facilitar o trabalho do agricultor, encontrando os meios convenientes de cultivarem em terrenos infrutíferos pela falta da chuva, principalmente por meio dos conhecimentos agrônômicos. (SOUZA, op. cit., p. 24)

Segundo Vilhena, a barra do Cotinguiba registrava a entrada de sumacas, lanchas grandes e barcos para exportar caixas de açúcar dos engenhos da fértil região, que contava, em 1798, do total de 140 engenhos da capitania, sendo que “a maior parte dos quais se acham nestes campos”. (VILHENA, op. cit., p. 571) Essa expansão do número de engenhos estava relacionada ao “brusco acréscimo no preço do açúcar devido a várias circunstâncias internacionais, entre as quais a desorganização da economia de São Domingos por ocasião da revolta dos negros”. (JOBIM, 1983, p. 37)

Por outro lado, o professor régio de grego afirma que é “considerável o comércio desta Capitania para a cidade da Bahia”, com produtos como açúcar, algodão, tabaco, farinha de mandioca,



milho e legumes, além do gado. Todavia, registrou a insuficiência das barras de seus portos para o atracadouro de navios. (VILHENA, op. cit., p. 572) Sobre a barra do Itapicuru, ou rio Real, que divide esta Capitania da comarca da Bahia, o memorialista destaca o comércio marítimo, por meio de sumacas e embarcações menores, de produtos como açúcar, algodão, legumes e farinhas, “que tomam principalmente na vila da Estância, e na de Santa Luzia”. Sobre a esta última, o autor destaca a criação de gado em suas extensas planícies, mas também poderia aproveitar madeiras para construção que “conservam-se ainda algumas matas”. (VILHENA, op. cit., p. 569 e 570)

Souza registra que a farinha é o principal produto de comércio dos habitantes de Santa Luzia, sendo celeiro para Pernambuco e o sertão da Bahia, o que evidencia que este produto se constituía em central para a estabilidade da colonização na região, haja vista ser “elemento básico na alimentação colonial”. A produção em Sergipe servia tanto para fornecimento para os principais centros urbanos, quanto para a população local. Várias medidas protecionistas eram tomadas para impedir a saída do produto, pautadas em cuidadosa legislação protetora de mercadorias de subsistência. Além disso, existiam as proteções locais, quando “o fluxo de comércio para esses produtos era interrompido, mesmo dentro do território da colônia, para proteger a localidade em detrimento de outros núcleos populacionais, no caso a Bahia (São Salvador), ou Pernambuco”. (SOUZA, op. cit., p. 27) É mencionado o caso do

juiz ordinário Luiz Madureira e demais membros da Câmara [que], em virtude de uma ‘grande esterilidade da seca’ e da “fome ... que está o povo desta cidade e sua comarca’, solicitam que os portos de Santa Luzia sejam fechados à saída da farinha, e que não fosse permitido o embarque até que houvesse ‘a mesma abundância para o povo que padecem sem mantimentos [de] extrema necessidade’”. (FERREIRA JR., op. cit., p. 43)

## Comércio

Como apontou Emanuel Araújo, ao lado da população e agricultura, Vilhena afirmava que a incorporação da riqueza produzida na colônia ao fluxo do comércio português, firmar-se-ia a terceira coluna de sustentação do colonialismo, o comércio. Para este, no Brasil, “o Estado devia urgentemente ‘animar a cultura e o comércio, vigorizar os colonos, protege-los e dirigi-los para aquela cultura que mais vantajosa for à Metrópole’”. (ARAÚJO, op. cit., p. 28)

Como a proposta de Vilhena era de implementar reformas na Colônia para “aumentar os proventos da Real Fazenda”, ele acaba por revelar “a dependência de Portugal em relação ao Brasil”. (JOBIM, 1985, p. 20 e 31) Assim, por não questionar o colonialismo, o professor de grego mantinha como pressuposto de sua reforma o monopólio comercial em que cabe à colônia desenvolver o comércio de acordo com os interesses de Portugal. Nesse sentido, suas ideias se opõem às de Souza, na medida em que se opõe “à liberdade de comércio não só entre a Colônia e demais países, mas mesmo dentro da própria Colônia. A Coroa deve intervir para evitar que o comércio favoreça os interesses particulares, em detrimento do interesse público”. (JOBIM, 1985, p. 54-55)

Na verdade, a concepção de que o Estado deve intervir no comércio só pode ser compreendido no macrocosmo em que brota: “nos principais centros europeus presenciava-se o avanço irredutível da industrialização capitalista, enquanto Portugal esforçava-se por adaptar-se à nova situação para não renunciar ao velho pacto colonial”. (ARAÚJO, op. cit., p. 9)

Sua visão mercantilista consistia em buscar o equilíbrio do comércio entre a metrópole e a colônia, controlando as produções agrícola e industrial, bem como impondo restrições ao comércio, como podemos ver nesse trecho de sua memória:

Por vistas de bem ponderada política não são, nem devem ser permitidas muitas fábricas nas colônias do Brasil, pois que do contrário seria o seu comércio ruinoso para a metrópole, donde absorveriam toda a moeda pela exportação das suas produções: nada então valeria a indústria e mão de obra troco do que se paga a maior parte dessas produções; e o que faz o equilíbrio do comércio de Portugal com o Brasil, o qual de todo se perderia, a permitir-se-lhes o manufaturarem parte do algodão, do linho, lãs, o que nêle há [...]. (VILHENA, op. cit., p. 945)

Como outros simpatizantes das ideias liberais, o presbítero soteropolitano em Sergipe percebia que a crise do sistema colonial e a reordenação internacional favoreceriam Portugal se adotasse uma maior liberdade na comercialização de mercadorias, diversificando-as para “crescer a massa da riqueza”. Ao mesmo tempo, vislumbrava que “o ‘terremoto político’ na Europa criaria novos espaços para o ‘comércio português’”. (FERREIRA JR., op. cit., p. 29-30)

Como representante do liberalismo mitigado em Sergipe, Souza possuía uma “ideologia adaptada, em que a produção e o comércio eram colocados no mesmo patamar, mas também onde ambos, em conjunto, eram considerados as bases fundamentais da prosperidade dos Estados”. (FERREIRA JR., op. cit., p. 23)

Simpático às ideias de Jean-Baptiste Say, do *Tratado de Economia Política* (1803), quando dizia que “Um bom terreno rende mais no serviço do que um máo, e é necessario menos trabalho para obter os mesmos resultados” (SOUZA, op. cit., p. 27), o autor novamente toca na questão da produtividade do trabalho no desenvolvimento da agricultura, descrevendo, minuciosamente, as potencialidades das diversas freguesias de Sergipe e propondo alternativas como o cultivo da canela, pimenta da Índia, café e cacau, cujos “generos formariam um ramo considerável de commercio e fariam correr sobre a nação parte das riquezas, que felicitam a Inglaterra e que fizeram a mercantil Hollanda florescente, antes da total decadencia do seo grande commercio”. (SOUZA, op. cit., p. 27)

Segundo ele, produtos como o trigo e o fumo “terão muita sahida pelo armazem do mundo, que se nos abrio pela liberdade do commercio, augmentando o volume dos generos que são exportados para o emporio da Europa, fazendo juntamente crescer a massa das riquezas”. (SOUZA, op. cit., p. 19-20)

Mesmo que o sucesso da introdução de novos produtos na economia colonial tenha repercutido “modestamente nas áreas consideradas periféricas” (JOBIM, 1983, p. 37), suas propostas demonstram certo de grau de coerência com o ideário liberal em ascensão naquela conjuntura econômica.

Por sua vez, Vilhena destacava os rios Itapicuru, que banha a capital São Cristóvão, e São Francisco como territórios povoados por fazendas de gado, constituindo-se num dos principais gêneros de comércio de gado de toda a capitania. (VILHENA, op. cit., p. 571) Por conta da inexistência de solo adequado para a plantação de cana de açúcar, a região que se estende de Itabaiana até o sertão do São Francisco se especializou na criação de gado “de relativa qualidade, se comparado ao sertão da Bahia”. Segundo Fernando Afonso Ferreira Júnior,

esse produtor estava ligado à produção do litoral e como, através da comercialização dos seus produtos, realizava a aquisição no litoral de produtos além-mar, fechando assim, o circuito de comércio, e aumentando a capacidade de exploração comercial metropolitana. (FERREIRA JR, op. cit., p. 35)

Na narrativa de Souza, as ideias de Smith também serviram para incentivar o estabelecimento de manufaturas de algodão no sertão do rio São Francisco, na medida em que homens e produtos brutos são os dois principais elementos da riqueza e do poder. Para o autor, este ramo de indústria podia empregar vários operários, “a quem no presente tempo faltam os meios de subsistência”. (SOUZA, op. cit., p. 42)

Essa inspiração liberal se manifestava também na crítica à forma de cobrança de impostos, ao afirmar que “mais progresso teria este ramo de indústria se os proprietários das oficinas não soffressem muitos vexames da conducta cobiçosa dos arrematadores do imposto ou contracto d’aguardente”. Para ele, o “modo de exigir este imposto merece reforma”, pois estão “os proprietários industriais a pagar não só o imposto, mas também o lucro arbitrário do arrendador”. (SOUZA, op. cit., p. 21)

Novamente mencionando Say, quando afirma que “Um paiz vasto não pode ser afflictio com fome, porque quando há penúria em um lugar, sempre há outros favorecidos”, o escritor reiterava o caráter empreendedor dos habitantes de Aracaju, citando o fato de que, nos anos de seca, extraíam o sal marinho das praias em grandes fossos escavados, “onde, depositadas as salgadas águas e expostas por um mez aos excessivos calores do sol, evaporam de si as partes aquosas e fica no fundo dos grandes receptáculos quadrados o sal crystalisado”. (SOUZA, op. cit., p. 23)

Por outro lado, o potencial de exploração de madeiras, como o pau-brasil, foi registrado por ambos. Vilhena se referia à dificuldade de explorar a barra do Itapicuru, ou rio Real, que divide esta Capitania da comarca da Bahia, por estarem concentradas, tornando-se impraticável o seu aproveitamento. (VILHENA, op. cit., p. 572) Já Marcos Antônio de Souza criticou o “ferro assolador dos agricultores”, mas afirma que “ainda hoje se podiam aproveitar muitas madeiras de construção, que serviriam a marinha real e mercantil, sendo muito fácil a exportação pelos rios, que banham este território”. (SOUZA, op. cit., p. 28)

Entretanto, novamente se manifestava a ambiguidade das ideias deste autor no que se refere ao metalismo, quando assumiu a crítica de D. Rodrigo às ideias de Montesquieu. Em seu “Discurso sobre a verdadeira influência das minas e dos metais preciosos na indústria das nações que as possuem, e especialmente da portuguesa”, D. Rodrigo procurava “demonstrar que o

desenvolvimento da metrópole dependia diretamente da utilidade da exploração das minas coloniais”. Para ele, rever “a atividade de mineração na América Portuguesa passava por uma diretriz política crente na propagação das Luzes e na racionalidade do aproveitamento das riquezas naturais”. Nesse sentido, argumentava que, “para bom aproveitamento das riquezas naturais, era obrigatoriamente necessário um fomento das atividades industriais na metrópole”. (POMBO, 2015, p. 177, 182 e 179)

Nessa direção, Souza afirmava a necessidade de que “fosse permitida a escavação de minas de ouro e de outros metais” na região da serra de Itabaiana, já que é “esta uma das fontes originaes da riqueza das nações”. Nesse trecho da narrativa, o presbítero retoma a argumentação de D. Rodrigo de Souza Coutinho contra as ideias de Montesquieu, que considerava “as minas dos metais preciosos como uma causa da decadência dos povos”. Para ele, ninguém “póde duvidar que tudo que anima e fomenta os progressos a riqueza e opulencia real de uma nação. O argumento da população é o signal decisivo da prosperidade de um estado”. (SOUZA, op. cit., p. 33)

Corroborando essa inspiração das ideias metalistas do mercantilismo, Vilhena criticava a desistência das explorações minerais da serra de Itabaiana, em que a prata descoberta por Moribeca não valia o investimento, pois instigava Filipono a divulgar essa notícia “bem pouco vulgar a quem tenha razões de concorrer com diligências que possa vir a ser profícuas à pátria”. (VILHENA, op. cit., p. 572)

### *Considerações finais*

Como sugere Francisco J. C. Falcon, a *condição colonial* trazia nuances dos caminhos da recepção e circulação de ideias e textos, bem como os sentidos construídos por seus leitores, evitando-se a “utilização mecânica e simplista da noção de influência na história das ideias *brasileiras* durante o período

colonial". A realidade do *viver em colônias*, como proposta por Vilhena, é uma "categoria-chave diferencial para a história das ideias no Brasil setecentista". (FALCON, 2004, p. 524 e 526)

Como professor em Salvador, Vilhena capturou, com acuidade, o viver na colônia, adquirindo "notoriedade historiográfica de cronista do cotidiano" no contexto de debate entre as ideias mercantilistas e liberais, em que sobressai a crítica à forma de colonização e não a colonização propriamente dita. (SILVA, 2006, p. 109)

Como outros ilustrados luso-brasileiros da época, que mesclaram memorialismo e projetismo, Souza estabeleceu uma memória regional, relativa à capitania de Sergipe, procedendo à "descrição geográfica ('física') e as condições socioeconômicas ('morais'), indicando-se problemas, fazendo-se sugestões". (NOVAIS, 1984, p. 107)

Entretanto, o abandono da ortodoxia mercantilista deixava claro "um ecletismo que flertava com a ilustração, com fisiocracia e com a economia liberal de base smithiana, possibilitando uma renovação dos fundamentos epistemológicos da colonização. (POMBO, 2015, p. 168)

Inspirando-se no ideário liberal, citando Adam Smith e J. B. Say, Souza associava a necessidade de abertura dos portos a outras nações que não só Portugal, numa perspectiva de liberdade de comércio que se contrapunha às ideias de Vilhena de controle comercial e manutenção do exclusivo colonial. Como vimos, a comparação entre essas memórias revela um momento importante na história das ideias no Brasil, quando se verificava um embate entre "as correntes liberal (em ascensão) e mercantilista (gradualmente desacreditada ou rejeitada)" no final do século XVIII e início do XIX. (JOBIM, 1983, p. 79)

As adaptações das ideias às realidades locais na crise do antigo sistema colonial servem para

demonstrar que os conflitos sociais são dirigidos e precipitados por fatores diversos e se condensam nas diversas localidades pela influência e pela transformação da própria sociedade, seja como resultado de mudanças estruturais ou de natureza ideológica, ou das duas coisas ao mesmo tempo. (FERREIRA JR., op. cit., p. 45)

Partícipes ativos nos importantes debates estabelecidos na passagem do século XVIII para o século XIX, ambos adotaram “as ideias de permanência ou as de renovação, descartando as ideias de revolução”. (JOBIM, 1985, p. 20) As soluções para a crise propostas pelos autores aqui analisados demonstram a inserção deles no contexto histórico de uma realidade em transição, em que aproximações e dissensões entre as ideias mercantilistas e liberais se faziam presentes nos respectivos textos. No debate que se sucedeu com a chegada da corte portuguesa no Brasil, em 1808, as propostas de Vilhena tornaram-se obsoletas diante da abertura dos portos às nações amigas, com a consagração do liberalismo, enquanto as de Marcos Antônio de Souza, próximas a esta tradição, encontraram ressonância política com sua participação como um dos deputados baianos nas Cortes Constituintes de Lisboa. Contudo, mesmo com diferentes posições quanto à ordem social, ambos mantiveram uma postura de vínculo à pátria mãe, Portugal, moldando as ideologias em disputa a essa dimensão para olhar a capitania de Sergipe. Suas ideias prenunciavam as potencialidades agrícolas desta capitania, apesar da precariedade institucional da administração pública, trazendo à lume a discussão entre as elites locais contra a subordinação política e administrativa à capitania da Bahia, que se concretizaria pouco tempo depois, em 8 de julho de 1820, ainda que a dependência econômica tenha se mantido ao longo do século XIX (Almeida, 1984).



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. S. *Sergipe, fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANTONIO, E. M. M. *A Independência do solo que habitamos: Poder, autonomia e cultura política na construção do Império Brasileiro – Sergipe (1750-1831)*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012.

ARAÚJO, E. Introdução. In: VILHENA, L. S. *Pensamentos políticos sobre a Colônia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1987. p. 5-38 (Série Publicações Históricas 87).

ARRUDA, J. J. A. O sentido da Colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830). In: TENGARRINHA, J. (org.). *História de Portugal*. Bauru/SP: EDUSC, São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000. p. 167-186 (Coleção História).

BACELAR, J. A comida dos baianos no sabor amargo de Vilhena. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 48, p. 273-310, 2013.

BURLAMAQUI, C. C. Informação sobre a província de Sergipe em 1821. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. LV, p. I, p. 261-265, 1892.

CRUZ JR., L. F. *Traços econômicos da obra Memórias Sobre a capitania de Sergipe de Marcos Antônio de Souza*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

DENIPOTI, C. L. Escrita, luzes, nação e império nos textos e paratextos de escritores e tradutores luso-brasileiros no século XVIII. *História*, São Paulo, v. 38, e2019002, 2019.

DIAS, M. O. S. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 278, p. 105-170, jan.mar/1968.

FALCON, F. J. C. *Mercantilismo e transição*. 5 ed. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Tudo é História, 7).

FALCON, F. J. C. *Despotismo esclarecido*. São Paulo: Ática, 1986.

FALCON, F. J. C. *A Época Pombalina (Política Econômica e Monarquia Ilustrada)*. 2 ed. Edição. São Paulo: Ática, 1993.

FALCON, F. J. C. Ilustração e Revolução em Portugal e na América Portuguesa. In: *Estudos em Homenagem a Luís Antônio de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 521-526.

FIGUEIRA, P. A. e MENDES, C. M. M. Estudo Preliminar: o escravismo colonial. In: BENCI, J. S. I. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos escravos* (Livro brasileiro de 1700). São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977. p. 8-38.

FIGUEIREDO, A. *O negro e a violência do branco: o negro em Sergipe*. Rio de Janeiro: José Álvaro, Editor, 1977.

FIGUEIREDO, A. *Enforcados: O Índio em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FERREIRA JR., F. A. *Derrubando os mantos purpúreos e as negras sotainas: Sergipe Dei Rey na crise do antigo sistema colonial (1763-1823)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2003.

FILHO, O. M; DAHÁS, N. Acadêmicos e letrados na crise do Antigo Regime luso-brasileiro – Século XVIII. *Revista Intellectus*, Rio de Janeiro, ano 05, v. I, p. 1-26, 2006.

FRITSCH, W. Apresentação. In: SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre a sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 5-19. (Os Economistas).

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Oficinas gráficas da Biblioteca Nacional, volume XXXVI, 1914-16.

JANCSÓ, I. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: MELO E SOUZA, L. (org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 387-437 (História da Vida Privada no Brasil, v. 1).

JOBIM, L. *Ideologia e Colonialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

JOBIM, L. *Reforma Agrária no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Tudo é História).

LAGES, L. As Notícias Soteropolitanas e Brasília de Vilhena e a Educação no Brasil do Século XVIII. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 48, p. 106-119, 2013.

MATTOSO, K. M. Q. A opulência na Província da Bahia. In: ALENCASTRO, L. F. de (org.). *História da vida privada no Brasil: O Império: a corte e a modernidade nacional*. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 143-79.

MAXWELL, K. *Chocolate, piratas e outros malandros: Ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MOREL, M. *Cipriano Barata: o panfletário da Independência*. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Encanto Radical, 76).

MOTA, C. G. *A ideia de Revolução no Brasil (1789-1801)*. Petrópolis: Vozes, 1979.

MOTA, C. G. Mentalidade ilustrada na colonização portuguesa: Luís dos Santos Vilhena. *Revista de História*, São Paulo, v. 35, n. 72, p. 405-416, 1967.

MOTT, L. R. B. *Sergipe Del Rey: População, Economia e Sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986. (Coleção Jackson da Silva Lima).

MOTT, L. Pesquisa Histórica. *Jornal da Manhã*, Aracaju, 26 e 27 de setembro de 1993, p. 7.

NAPOLEONI, C. *Smith, Ricardo, Marx*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

NICOLAZZI, F. e PEREIRA, M. (org.). *Contribuições à História da Historiografia Luso-Brasileira*. São Paulo: Hucitec/FAPEMIG, 2013.

NOVAIS, F. A. Reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, p. 105-118, 1984.

POMBO, N. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: Pensamento e ação político-administrativa no Império Português 1778-1812*. São Paulo: Hucitec Editora, 2015.

POMBO, N. Um turista na Corte do Piemonte: Dom Rodrigo de Souza Coutinho e o Iluminismo italiano e francês (1778-1790). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p. 213-225, 2009.

RAMINELLI, R. Ilustração e império colonial. *História*, São Paulo, 31 (2), p. 36-67, 2012.

RODRIGUES, J. H. *História da História do Brasil* (1ª. Parte: Historiografia Colonial). 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. (Coleção Brasileira, Grande formato, v. 21).

SCHWARTZ, S. B. “Gente da terra brasileira de nasção”. Pensando o Brasil: a construção de um povo. In: MOTA, C. G. (org.). *Viagem incompleta: A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: Histórias. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. p. 103-125.

SILVA, A. R. C. Ilustração, história e ecletismo: considerações sobre a forma eclética de se aprender com a história no século XVIII. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 4, p. 75-87, 2010.

SILVA, J. S. Entre a Igreja e o Império; Dom Marcos Antonio de Sousa, o primeiro bispo do Brasil independente. *Saeculum – Revista de História*, (33), João Pessoa, jul./dez. 2015, p. 49-69.

SILVA, J. S. *Por Mercê de Deus: Igreja e Política na trajetória de Dom Marcos Antonio de Sousa (1820-1842)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

SILVA, J. C. B. Introdução aos estudos da Historiografia sergipana. In: *Aracaju e outros Temas Sergipanos*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1992, p. 5-38.

SILVA, J. C. A. *As aulas régias na Capitania da Bahia (1759-1827): Pensamento, vida e trabalho de “nobres” professores*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

SILVA, M. B. N. *Cultura no Brasil Colônia*. Petrópolis: Vozes, 1981.

SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre a sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

SOUZA, M. A. Memória sobre a Capitania de Sergipe. *Revista de Aracaju - Prefeitura do Município, Aracaju, ano I, n. 1, p. 1-19, 1943.*


TENGARRINHA, J. (org.). *História de Portugal*. Bauru/SP: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000. (Coleção História).

VILLALTA, L. C. *1789-1808: o império Luso-brasileiro e os brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VILHENA, L. S. *Pensamentos políticos sobre a Colônia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1987. (Série Publicações Históricas 87).

VILHENA, L. S. *A Bahia no século XVIII*. Apresentação de Edison Carneiro. Notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

## CAPÍTULO 4



DOCUMENTO N° 40  
DA COLEÇÃO LINHARES,  
OUTRO MANUSCRITO DE VILHENA?

---

Wilma Santos de Siqueira



O estudo filológico das Cartas de Vilhena (1798-1802) e a busca de documentos do período em que viveu (meados do século XVIII e início do XIX) nos fizeram encontrar um manuscrito pertencente aos arquivos da Biblioteca Nacional (BN), em meio aos documentos da Coleção Linhares, o Documento de nº 40, referente à Bahia.<sup>1</sup> O manuscrito, até o momento, encontra-se sem reconhecimento de data precisa e autoria e também, em certo sentido, esquecido do ponto de vista histórico. Apesar de o documento – pelo que nos é dado a conhecer – se encontrar ainda sem elucidação, há uma anotação na entrada da BN em letra cursiva com os seguintes dizeres: ‘parece ser de Vilhena’.

Somente essa anotação e o fato de o documento se apresentar em forma de carta não permite relacioná-lo a Vilhena. É necessário

---

1 O capítulo que apresento aqui é um recorte de uma pesquisa de Mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em História/ PRO-HIS da Universidade Federal de Sergipe, sob orientação da Profa. Dra. Luciene Lages.



entender os assuntos abordados pelo documento e observar as características descritas em outros textos do período, sendo este um dos papéis da filologia. De acordo com Moema Mendes (2012), a importância das cartas vai além de apenas informar, já que elas podem “apresentar ideias e elaborações estéticas, projetos e intimidades do pensamento de homens-poetas-prosadores”. (MENDES, 2012, p. 5) Com a análise inicial do manuscrito, percebemos que o Documento nº 40 apresenta traços da cultura e do contexto social do mesmo período em que Vilhena escreve as cartas contidas em *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasíliaicas*. Levando em conta o que Hebe Castro (2011) afirma:

Da perspectiva de Geertz, toda ação humana (e não apenas o hábito ou o costume) é culturalmente informada para que possa fazer sentido num determinado contexto social. É a cultura compartilhada que determina a possibilidade de sociabilidade nos agrupamentos humanos e dá inteligibilidade aos comportamentos sociais. (CASTRO, 2011, p. 86)

Assim, podemos partilhar dos dados apresentados pelo autor do documento de nº 40 em busca de assimilar o contexto social em que estava inserido, e comparar com informações de outros documentos produzidos no mesmo período.

É notável que as mesmas preocupações políticas presentes na missiva do doc. nº 40 estão bem manifestas nos escritos do professor Vilhena, que nasceu em Portugal, na vila de Santiago de Cacém, em 1744 ou 1750.<sup>2</sup> Antes de ser professor régio, serve a Coroa Portuguesa como soldado. E nas horas ociosas dedica-se a aprender latim e grego. Torna-se professor régio de grego na Bahia no século XVIII, no chamado Período Pombalino, em que a colônia estava sob a administração do

2 Ver “História e memória, nos rastros de uma biografia”, capítulo deste livro, que apresenta o registro de nascimento datado de 1750 e a abordagem de outros autores para a data de 1744.

Marquês de Pombal, que propunha sensíveis modificações na educação de Portugal e da colônia brasileira, entre outras reformas.<sup>3</sup> O professor tinha um pensamento político definido quando veio para o Brasil e, segundo Leopoldo Jobim, ele foi um colonizador instruído, bebeu dos ideais Iluministas, o que influenciou sua concepção de sociedade.

### *Breve descrição do documento*

A investigação de um documento desconhecido ou esquecido nos Arquivos passa por várias etapas: é relevante saber a proveniência, estabelecer a comparação entre manuscritos e textos, bem como buscar a motivação que desencadeou a escrita do texto, como podemos perceber na citação abaixo:

Conhecer a proveniência de um documento significa saber por quem ele foi produzido, com que fim, para quem, como ele foi acumulado e como ele veio parar em nossas mãos. Nos arquivos permanentes, a informação fornecida pela proveniência permite agrupar, contextualizar e ordenar os documentos, facilitando a localização e estabelecendo parâmetros para sua interpretação, além de melhorar significativamente os instrumentos de pesquisa oferecidos ao pesquisador e ao público em geral. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1721-1823, p. 2)

O *corpus* para esta investigação se centrou em um documento de uma edição em versão fac-similar, cuja autoria não sabemos com exatidão, mas parece ser possível atribuí-la a Luiz dos Santos Vilhena, hipótese ainda em verificação. Entretanto, se for mesmo esse o autor,

---

3 Uma das reformas feitas pelo Marquês de Pombal foi a expulsão dos jesuítas e a vinda dos professores régios; desse modo, Vilhena pode vir ao Brasil, para a cadeira de Grego. Na construção da carta VIII, 'sobre a Educação', o professor expõe os problemas e apresenta críticas em relação à mudança de sistema educacional.

não sabemos em que período o manuscrito foi escrito;<sup>4</sup> se foi durante a reunião dos dados para a *Recopilações das Notícias Soteropolitanas e Brasília*; ou se seria uma espécie de resumo, durante as horas de ócio; ou se, após terminar as XX cartas endereçadas ao Príncipe D. João, Vilhena poderia ter feito uma espécie de resenha ou esquema do que já estava registrado e do que ainda caberia escrever nas Cartas XXI a XXIV, cujo interlocutor seria o Ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, o conde de Linhares.

Cabe ressaltar que Vilhena, em sua vinda para a colônia, passou por uma tormenta, na qual perdeu muitos dos seus escritos. Braz do Amaral, no Prefácio da edição de 1969, transcreve uma petição do próprio Vilhena em que afirma que, “com a sua família se embarcou na nau de V. A. Real, *Infante D. Pedro*, em que, por remate de seus infortúnios, experimentou a incomparável e única ouvida tormenta e fracassos que a V. A. R. serão constantes, se bem que nunca cabalmente narrados”.<sup>5</sup> (AMARAL, 1969, p. 7) Desse modo, o professor recuperou parte de seus escritos da melhor forma possível, sendo, portanto, uma possibilidade de inferência para a escrita do documento de nº 40.

Para obter informações sobre o texto, iniciamos pela análise do verbete do documento de nº 40, transcrito abaixo da Biblioteca Nacional (BN).

DOCUMENTO 40

I-29, 19, 40

DOCUMENTO referente a Bahia. [S.l.], [s.d.]. 1 doc. (42 p.).

- 
- 4 O documento apresenta uma alusão ao período do século XVIII. Além da letra e do assunto, também há um trecho em que o autor afirma: “descuberto há perto de trezentos annos, e quazi ainda ignorado”. (DOCUMENTO 40, [17--?], fl. 3)
- 5 A primeira edição completa da obra de Vilhena data de 1921, pelas mãos de Braz do Amaral, que, anteriormente, em 1917, apresenta Vilhena e sua obra à *Academia de Letras da Bahia*. Edison Carneiro, em 1969, apresenta uma segunda edição da obra, mas conserva a Apresentação de Braz do Amaral que vigora em sua edição na forma de Prefácio.

Orig. Ms.  
Coleção Linhares.<sup>6</sup>

Como pode ser observado, o verbete apresenta o número do documento (nº 40), o número do códice, das pastas, página e documento (I-29, 19, 40), o assunto (referente a Bahia) e algumas abreviações: S. l. (sem local); s.d. (sem data); origem (Orig.); manuscrito (Ms.); além do quantitativo de páginas (42 p.) e o nome da Coleção a que o documento pertence (Coleção Linhares). O próprio documento já indica que não há a definição do local e nem data precisa de sua composição.

Segundo Francisco Falcon, documentos “de formas distintas, abordam a sociedade, a economia e a cultura, quase sempre em busca de determinações ou fatores não-políticos importantes ou essenciais para a compreensão/explicação dos processos políticos”. (FALCON, 2011, p. 105) De modo semelhante aos aspectos descritos pelo historiador, o manuscrito em questão aborda, por exemplo, a retirada de madeiras de uma região fazendo uma referência à Comarca da Bahia. O autor vai se aprofundando e fazendo a descrição de outras localidades, como a comarca de Sergipe d’El Rey, Ceará, Pará, Maranhão, e a região de Minas Gerais que é citada para argumentar o quanto é prejudicial à Real Fazenda a condução daquelas madeiras para fabricar embarcações.

Também no documento há algumas sugestões, uma das quais relacionadas às formas de melhor aproveitamento do sertão. Para o autor, o sertão, sendo imenso, poderia ser utilizado para a criação de gado, mas foi dado a sesmeiros que não quiseram povoá-lo e nem o desenvolver economicamente:

rico aquelle paiz, deque a Real Fazenda poderia vir a ter gan des avanços pellos direitos que se pagassem

---

6 O documento foi digitalizado e está disponível na Biblioteca Nacional, fazendo parte da Coleção Linhares.

e viria a ser munto mais povoada, do quehe; as suas farinhas são especiaes; o Sertão e immenso, e não tem amaior parte delle avigessima parte das fazendas de gados, que puderiater, porque as mais das terras acomodadissimas para isso estão servindo para crear feras, tendose dado antigamente por sesmarias, a quem, alem denão as povoar como devêra, as denomina suas, quando abemdo estado lhes deverão ser tiradas, e entregues aquem as cultivasse.  
(DOCUMENTO 40, [17--?], fl. 4)<sup>7</sup>

O autor ressalta que o sertão é o local propício para a criação de gado e poderia ser usufruído melhor pela Coroa portuguesa com a mudança dos donos das terras improdutivas e prejudiciais para a Real Fazenda.

Deixando de lado as outras Capitánias aludidas no manuscrito, o autor do documento de nº 40 cita características de Sergipe d'El Rey, como algumas vilas importantes da época, tais como a Vila do Lagarto, a Vila de Itabaiana, a Vila de Simão Dias. O trecho abaixo descreve a Vila do lagarto, de acordo com aspectos topográficos da região (matas, outeiro, furna):

A pouca distancia da Villa do lagarto, indo para huma fazen da chamada de Simaõ dias se acha na ponta de hum pequeno outeiro huma profundissima furna pella qual lançandose huma pedra se ouve, que rolando, vai topando de humaem ou tra pedra athe que se presente cair naagoa, em experiencia, q<sup>e</sup> se fez se achou ter aquella furna quazi oitenta braças daboca athe tocar na agoa, e dali se supoem vir a maispura saboroza.  
(DOCUMENTO 40, [17--?], fl. 6)

<sup>7</sup> A transcrição foi feita seguindo diretrizes paleográficas voltadas a uma edição diplomática, conservando as características gráficas do manuscrito. As citações retiradas do manuscrito de número 40 da Coleção Linhares serão apontadas por documento DOCUMENTO 40. Comparamos os manuscritos da Biblioteca Nacional (BN), o documento de nº 40 e as Cartas de Vilhena, reunidas em *Recopilações das Notícias Soteropolitanas e Brasilicas*.

Além da descrição topográfica, percebemos que a missiva é composta por muitas críticas ao sistema colonial, em relação à administração da localidade, bem como por sugestões de algumas mudanças significativas que melhorariam a economia e a política. Logo na segunda página, afirma-se que pode ser prejudicial em termos econômicos a condução de madeiras para a Cidade da Bahia: “A primeira Origem desta minha Coriozidadefoi o/ saber o quanto he prejudicial á Real Fazenda a conducção das/ madeiras para os Estaleiros da Cidade da Bahia”. (DOCUMENTO 40, [17--?], fl. 2) Outro ponto em que o autor revela sua crítica seria em termos político-econômico-administrativos em relação à colonização do interior: “(...) não só po/litico, como economico, sevirá a ter pleno conhecimento do interi/or do Brazil, dez cuberto ha perto de trezentos annos, e quazi a/inda ignorado”. (DOCUMENTO 40, [17--?], fl. 3) Com este dado “dez cuberto ha perto de trezentos annos”, percebemos, conforme comentado supra, o século em que a missiva foi escrita: fins do século XVIII.

Com relação ao manuscrito das Cartas de Vilhena, sabemos que integra um grande conjunto de obras raras pertencentes ao jornalista e bibliófilo José Carlos Rodrigues (1844-1923). Rodrigues viveu no Brasil, na Inglaterra e nos Estados Unidos, esteve à frente do *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro, durante 25 anos. O jornalista formou uma grande coleção ao longo de sua vida, de acordo com Charles Gauld: “Começou Rodrigues em Londres a formar a sua magnífica coleção de livros raros e mapas sôbre o Brasil, comprando-os também em Paris e outras cidades da Europa. Manteve contacto com Rio Branco, Nabuco e Oliveira Lima”. (GAULD, 1953, p. 432)

José Carlos Rodrigues era defensor da liberdade religiosa, mantinha estreitos laços com protestantes ingleses e, em defesa das boas relações diplomáticas entre o Brasil, os Estados Unidos e Inglaterra, quando necessário, desfazia maus entendidos em artigos publicados no *Jornal do Comércio*. Também conhecido

pelo espírito humanitário, vendeu sua coleção para fins ditos mais inspiradores: “Ao produto da venda da sua rica biblioteca brasileira, juntou dinheiro de outras fontes e empregou tudo na construção de um hospital de crianças na rua Miguel Frias, no Mangue”. (GAULD, op. cit., p. 437) A coleção passou a ser conhecida em certos círculos intelectuais como “Bibliotheca Brasiliensis” do Dr. J. C. Rodrigues e hoje faz parte do patrimônio da Biblioteca Nacional, graças à doação de Julio Benedicto Otoni que a adquiriu para tal fim em 1911. O acervo integra documentos que se referem ao “Descobrimento da América: Brasil Colonial, 1492 -1822”.

Em 1907, o próprio José Carlos Rodrigues publica um catálogo detalhado de sua biblioteca. O índice de assuntos é bem longo, agrega temas muito variados, tais como ‘política luso-brasileira’, ‘viagens’, ‘tratados’, ‘poetas’, ‘Vieira’, ‘Vespucio’, “Colombia’, ‘Peru’, ‘Paraguai’, entre outros. Rodrigues apresenta anotações minuciosas sobre os manuscritos, a exemplo do manuscrito de nº 2.544, da *Recopilação das Notícias Soteropolitanas e Brasília*s de Luiz dos Santos Vilhena:

MANUSCRITO precioso em quatro volumes in – 4º e mais dous volumes de estampas in. fol., encadernado em marroquim vermelho, folhas douradas, armas reaes de Portugal douradas e cinzel por fl. *Original*. Pertencente outrora á biblioteca de D. Rodrigo de S. Coutinho, Conde de Linhares, em cujo catalogo figurava sob n. 301. Na venda dessa biblioteca foi vendido por mais de 400\$ (fortes). (RODRIGUES, 1907, p. 641, grifo do autor)

Rodrigues prossegue fornecendo informações sobre cada volume e fólido de estampa que compõe o manuscrito das cartas datadas e com a autoria reconhecida. Cada carta, das 24 de Vilhena, é descrita com minúcias. Fica claro que nesse conjunto não está o manuscrito de nº 40, por outro lado sabemos que o manuscrito das Cartas de Vilhena foi adquirido junto com outras

obras da mesma biblioteca do Conde de Linhares, biblioteca na qual está localizado o manuscrito de nº 40, referente à Bahia, conforme apresentamos anteriormente. A coleção Linhares comporta documentos do período compreendido entre 1675 e 1829; a coleção Benedicto Ottoni, que comporta o acervo de José Carlos Rodrigues, é composta de 12.600 obras sobre o Brasil Colônia e o Brasil Independente. Parte desse acervo se compõe de obras oriundas da Biblioteca do Conde de Linhares, a exemplo das Cartas de Vilhena.<sup>8</sup>

### *Comparando os manuscritos: Documento nº 40 e sua possível relação com Vilhena*

Sabemos que, ao analisar documentos, precisamos nos atentar aos dados filológicos – conhecimento e interpretação de textos escritos; à paleografia – estudo da maneira do autor ao escrever, situando-o em uma determinada época; e à história, observar o contexto histórico do período em que tal documento foi produzido. É importante salientar que, nas cartas, há elementos que possibilitam a reconstituição de uma obra ou de um contexto histórico, levando a um pensamento crítico sobre o assunto.<sup>9</sup> De acordo com Hansen e Moreira (2013), essas ciências desempenham um papel fundamental na construção e compreensão do passado.

---

8 Quando a coleção foi adquirida pelo industrial Benedicto Ottoni, ele a doou integralmente sob a condição de que não fosse separada e que deveria levar o nome do doador. Mesmo assim a BN mantém junto ao nome da coleção a notação “organizada pelo Dr. José Carlos Rodrigues”. Ver <https://www.bn.gov.br/explore/colecoes/benedicto-ottoni>

9 A edição e estudo de um texto antigo exige do pesquisador certo treino e experiência na identificação do tipo de escrita, pois, muitas vezes, o texto foi malconservado, necessitando de uma preparação metodológica para a leitura e sua possível edição, buscando com o referencial teórico a máxima fidedignidade na representação do documento. Desse modo, a intervenção do editor é primordial para decidir sobre os principais problemas na atualização e comparação do texto.



Pressupomos que, se a crítica textual e a filologia são disciplinas históricas, hoje é impossível pensá-las dissociadas das discussões feitas desde o século XIX por filósofos e historiadores sobre a prática historiográfica, e, conseqüentemente, filológica e crítico-textual. (HANSEN; MOREIRA, 2013, p. 11)

De acordo com Bruno Basseto, o trabalho filológico “tem por objetivo a reconstituição de um texto, total ou parcial, ou a determinação e o esclarecimento de algum aspecto relevante a ele relacionado” (BASSETO, 2005, p. 43), de modo que a crítica textual tem como objeto o texto, mas também questões de cunho histórico-literárias que envolvem autoria, autenticidade, datação, entre outras. Por isso, ao investigar um manuscrito, por exemplo, busca-se interpretar e correlacionar o documento às características do período, associando-o ao contexto histórico, a um determinado grupo e suas tradições.

Com relação à filologia é preciso destacar ainda duas importantes considerações. A primeira, em relação ao objeto: ao tratar da língua e da cultura por meio dos textos (pesquisados e editados), eles “podem se tornar um material seguro e fidedigno para realização de posteriores consultas e pesquisas”. (MENDES; OLIVEIRA, 2016, p. 19) A segunda, em relação à recepção: o estudo filológico possibilita “a disponibilização e a facilitação à leitura de documentos antigos” a pessoas que não conhecem as técnicas filológicas. (MENDES; OLIVEIRA, 2016, p. 19) Essa ciência possibilita observar várias características em um texto: aspectos da escrita e da língua, do tempo e do lugar, e de sua cultura. Dos aspectos culturais, Rodrigo Sá Motta enfatiza a observação da cultura política envolvida, caracterizada pelo autor como:

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2009, p. 21)

O manuscrito de nº 40 apresenta muita similaridade com a obra *Recopilações das Notícias Soteropolitanas e brasílicas* no que concerne à cultura. Os assuntos tratados estão em consonância com os temas abordados por Vilhena, temas que enfatizam a política, economia e população da colônia. No que concerne às Cartas, as primeiras dezesseis missivas apresentam uma descrição completa da Bahia. Na Carta XV, Vilhena descreve as comarcas dos Ilhéus e Porto Seguro, cita os donatários, os rios e as matas; na Carta XVI, descreve três Comarcas: Jacobina, Espírito Santo e Sergipe d'El Rey. Na carta XVIII, discorre sobre a Comarca de Minas Gerais, com a exposição da região e dos minerais que lá encontraram. Na Carta XIX, Vilhena faz um panorama da Comarca do Ceará. Na Carta XXIV, apresenta um catálogo com informações dos povos indígenas existentes no Brasil por ocasião da chegada dos portugueses, como também fala da extinção de nações, ressaltando ainda o caráter errante de algumas que se mudaram para outras regiões: “e de que a maior/ parte he hoje extincta, ou confun/dida: terrenos em que alguns ha/bitavão, e para onde se transferirão”.<sup>10</sup> (VILHENA, 1802, XXIV, fl. 305)

Todos esses assuntos enumerados acima, bem como a questão da cultura política vigente – manifesta nas reflexões e críticas – aparecem no texto do Documento nº 40. Nessa comparação, é importante o que já conhecemos de Vilhena, de sua vida e do momento de composição de sua obra. Assim, sabemos que Vilhena estava inserido em um contexto histórico europeu iluminista e viveu no Brasil período colonial, com as modificações políticas-econômicas feitas pelo Marquês de Pombal. Os anos em que ainda mora em Portugal coincidem com o auge da penetração das ideias iluministas no país. Este movimento de

---

10 Optamos por fazer a transcrição diplomática dos trechos da obra de Vilhena diretamente dos manuscritos das cartas. Nas citações apontamos o ano do manuscrito, o número da carta e o fólio do ms. que contém o extrato que usamos.

renovação provocou um grande impacto na sociedade portuguesa e foi amplamente debatido por todo o corpo social culto da época. Vilhena deve ter participado dessas discussões, ou, ao menos, deve ter assistido aos debates. E se beneficia das reformas pombalinas ao fazer concurso público para ocupar uma das cadeiras de língua clássica instituída na ocasião. (JOBIM, 1985, p. 11-12)

Sobre sua vida pessoal, sabemos que Vilhena era casado com Maria Antônia, não tinha filhos, e não tinha uma vida tão regrada, mesmo sendo um empregado público, pois segundo seu testamento ele deixa alguns bens para sua esposa, sua única herdeira, e também verba suficiente para celebrar algumas missas solenes. Segundo Antonio Osmar Gomes (1945), o professor vivia em “abastança”, principalmente quando analisamos o testamento de sua esposa, o qual descreve, além das celebrações de missas, que eram pagas, a descrição de alguns escravos e joias que deixam como herança. Assim, se vivessem em pobreza, somente com o ordenado de professor, não poderiam ter acumulado tantos bens.

Ser professor régio correspondia a uma posição de empregado público (empregado real) e, naquela época, estes tipos de empregados “não conseguem, entretanto, formular uma proposta política determinada, entre outras razões por não terem perspectivas de se tornarem um grupo autônomo dentro da sociedade em que estão inseridos”. (JOBIM, 1985, p. 18) Em outras palavras, o empregado real não podia ir contra os mandos do rei, sendo muitas vezes ameaçado pela coroa. Para o mestre, ir contra os interesses reais não convinha, pois o professor régio dependia exclusivamente da vontade e da nomeação real, sendo deveras interessante manter esta aliança. O que não significa, no entanto, que esses agentes fechassem os olhos para questões políticas transmitidas através de seus escritos.

Jobim, ao citar Edison Carneiro (editor da segunda versão da obra completa), apresenta um Vilhena crítico,<sup>11</sup>

11 Este caráter crítico pode ser percebido nos assuntos abordados pelo documento de nº 40 da Coleção Linhares.

inserido em um contexto social limitado pela colonização, mas que possui ideias liberais:

Edison Carneiro considera Vilhena um cronista de costumes a quem se pode atribuir “algumas idéias que, tenderem à tolerância e à compreensão, estavam adiante de seu tempo aqui como em Portugal.” Ora, justamente o seu maior mérito é estar perfeitamente inserido em seu momento histórico, momento de ruptura do antigo regime e de passagem do mercantilismo para o liberalismo. (JOBIM, op. cit., p. 7)

Do mesmo modo, Carlos Guilherme Mota (2008) busca situar os reflexos do contexto na vida e obra de Vilhena. Em seu capítulo *Formas de pensamento intermediárias. O caso típico: Vilhena, colono ilustrado*, descreve a abordagem do cronista, ou suas ideias revolucionárias, as quais moldam a realidade à sua maneira. Desse modo, mesmo que tenha ideias revolucionárias, Vilhena é um colono vindo de Portugal para cumprir ordens, que as executa sem deixar de expressar alguns ideais tidos como intermediários, correspondente ao reformismo ilustrado.

No manuscrito de nº doc. 40, da Coleção Linhares, também é possível observar ideias alinhadas ao movimento da Ilustração da segunda metade do XVIII. As reflexões, testemunhos e relatos podem ser observados na comparação que apresentamos entre os escritos de Vilhena e do autor Anônimo. Como lidamos com um manuscrito, no caso desse último, optamos por fazer a comparação com as Cartas de Vilhena transcrevendo diretamente do manuscrito das Cartas, e não das edições completas disponíveis, porque, em termos de comparação paleográfica, observar a escrita da composição pode reforçar a tese de tratar-se do mesmo autor.

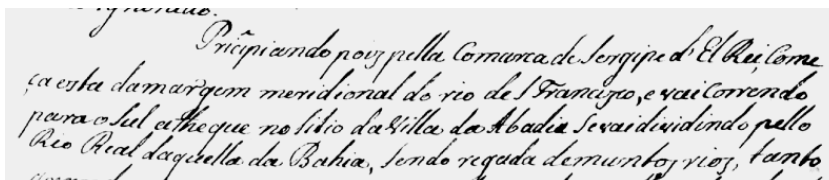
Seguindo a metodologia e os aspectos de edição e comparação de textos, analisamos aspectos relevantes, como o assunto, o contexto histórico, dados relativos à localização do documento dentro da Coleção Linhares, e elementos da escrita,

que podem elucidar a autoria do documento pela comparação, principalmente pelo estudo paleográfico. Megale; Toledo Neto (2005), em *Por minha letra e sinal: Documentos do Ouro do Século XVII*, expõem sete elementos principais para serem considerados em uma análise escritural:

O primeiro dos sete elementos é a forma que se descreve como o aspecto exterior das letras com que o manuscrito se apresenta; o segundo é o ângulo gerado pelo instrumento da escrita, no caso a pena, com a linha do suporte em que se escreve; o terceiro é o *ductus*, isto é, o traçado do momento em que a pena toca o suporte e prossegue em traços; o quarto é o módulo, que são as dimensões das formas, a altura, a largura, ou seja, o corpo da letra, definido pela relação entre a altura e a largura do traçado; o quinto é o peso da escrita, que se reconhece pelo uso de instrumento flexível ou maleável que alterna traço fino com traço cheio, o que não ocorre com instrumento duro que dá ao traçado espessura única e sempre igual, por isso mesmo dita escrita leve; o sexto é a matéria subjetiva, que supõe o conhecimento do substrato de uma escrita; o sétimo aspecto identifica os caracteres internos, que são o conteúdo, o teor diplomático e a procedência. (MEGALE; TOLEDO NETO, 2005, p. 115)

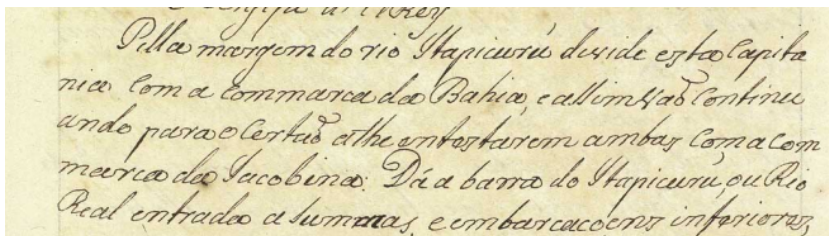
O último elemento da lista acima foi o primeiro aspecto presente no documento nº 40 que visualizamos. Como sabíamos das Cartas de Vilhena e do seu teor, a relação entre as duas escritas foi a primeira relevância, com a diferença de que os manuscritos das Cartas de Vilhena atribuem títulos, contenham o nome dos destinatários e cada carta leva a assinatura fictícia do autor, Amador Verissimo de Aleteya. Sobre os primeiros elementos do manuscrito, a forma, o ângulo, o tipo de traçado das letras são muito similares, quiçá idênticos. Para se ter uma ideia da descrição e relação entre os textos, podemos observar abaixo um extrato do manuscrito da Coleção Linhares e do manuscrito da Carta XVI de Vilhena; os trechos apresentam a localização da antiga Comarca de Sergipe d'El Rey.

Figura 12 - Extrato do Ms. I-29, 19, 40 Coleção Linhares. p. 4



Fonte: BN digital

Figura 13 - Extrato do Ms. Cartas de Vilhena  
Coleção Benedicto Ottoni, Tomo III, p. 37



Fonte: BN digital

Além da similaridade no tratamento do assunto, observamos que a letra, nas duas imagens, é “cursiva do século XVIII, de duto vertical, em outros trechos levemente inclinada para a direita” (LOSE; TELLES, 2016, p. 206); e percebe-se que o autor do documento de nº 40 tem traço firme, no caso “mãos hábeis”, letrado, semelhante a Vilhena. Na comparação da grafia, em ambas as missivas, nota-se uma semelhança acentuada; a relação entre os símbolos gráficos pode ser atestada claramente na palavra “Bahia” ou “Rio Real” em que as letras apresentam traços grafológicos quase idênticos.

Observando as primeiras linhas do manuscrito de nº 40/CL, o autor apresenta uma possível alusão as *Notícias Soteropolitanas e Brasilicas* quando afirma que escreve “unicamente para meu recreio

aquellas noticias". (DOCUMENTO 40, [17--?], fl. 1) No entanto, valoriza esse seu empreendimento que se guia pelo prazer atrelado à busca da veracidade:

Tão longe estou da mania, não Só de ser, como nem ainda parecer, que sou, ou quero ser autor que des de ja confesso com toda a ingenuidade, que escrevo unicamente para meurecreio a quellas noticias, quecom munta deligencia, enão pouca dispeza, tenho podido conseguir de sugeitos que tempizado pellos paizes do B[r]azil, deque aminha Coriozidade tem colhido as plantas curiosas q<sup>e</sup> conservo, tendo a presumpção de que são em parte raras, e em parte unicas, por ser huma grande parte dellas lançada com as minhas proprias mãos, com assistencia de quem tanto por genio, quanto por experiencia menão deixava Ceparar da verdade, ou da sua maior, e possivel, aproximação.

Nenhuma das couzas que houve por noticia deixei de com binar com outras muntas noticias, havidas por diversas partes.

(DOCUMENTO 40, [17--?], fl. 1)

O autor da missiva, nessas primeiras linhas, relaciona a sua 'curiosidade' à necessidade de responder qual a razão dos prejuízos que tem sofrido a Real Fazenda nas comarcas da Bahia. Destaca, nas comarcas de Ilhéus e Porto Seguro, a importância dos rios que percorrem o sertão e em quais localidades deságuam, e as deixam propícias para a agricultura. Em relação a Minas Gerais apresenta poucas informações; só faz alusão aos minerais que foram encontrados, como também aos rios e às matas "que atravessando com diferentes rumos os Sertoens, Vão procurar Minas Geraes: Por estes dois rios se podem condu/zir, e conduzem madeiras tiradas das mattas". (DOCUMENTO 40, [17--?], fl. 19)

Analisemos, por exemplo, a região dos Cariris, na Comarca do Ceará. A referência não se faz em relação aos povos e sim à localidade: o sítio dos Cariris. Ao falar sobre o sítio dos

Cariris, o autor anônimo destaca os aspectos econômicos da região, como a produção de açúcar e a descoberta de ouro.

O Sitio dos Cariris novos nas Vezinhanças da Villa do Crato são tão proprios para assucar, que nelle se faz em munta abundancia o melhor talvez de toda a America, e se consome pello interior do paiz em razão da longitude dos portos de em barque. Não falando no abundantissimo ouro, que nomesso Sitio de Cariris se dezcubrio, e cuja lavra semandou prohibir em razão do aberto da Comarca por onde se extraviava amaior parte, em perjuizo da Croa, quando he hum sitio, Segundo as informaçoens que alcancei, o mais fértil daquelle preciozo metal, que há muntos anos se tem dezcuberto.  
(DOCUMENTO 40, [17--?], fl. 41)

O texto ressalta quão profícua é a produção de cana-de-açúcar, não só em relação à quantidade mas também à qualidade do produto, sendo “o melhor talvez de toda America”. O autor justifica o consumo do produto nas zonas interiores em virtude da distância dessas localidades dos portos de embarque que traziam produtos manufaturados. Essas mesmas ‘ideias’ estão presentes na *Recopilação das Notícias Soteropolitanas e Brasíliaas*, precisamente na Carta XIX, sobre a Capitania do Ceará, em que Vilhena descreve o distrito dos Cariris Novos, de forma mais detalhada, por certo:

(...) He o terreno Composto de Corgos alagadiços, e massapes, fertilissimo pella abundancia das suas agoas, tirando cada hum as de que Carece para regar as suas plantaçoens; produz toda aqualidade de frutas, e legumes, amaior cultura porem he de Canas de açúcar, de que em mais de quinhentas Engenhocas, que ali se achão se faz o açúcar mais alvo que se opera em todo o Brazil, a maior parte do qual se reduz a rapaduras de que para todos os certoens circumvezihos sahem combois de 50, 60, e as vezes 100, cavalos Carregados; são estas huns tijolos muito duros feitos de açúcar com ponto mais que ordinario, que com seu tal qual gosto de limão que lhe misturão ficão saborozissimas; eeste he o doce que há por todo



o Certão, sem o qual como que não podem passar os seus habitantes, bem como por todo o Brazil ninguem dispença o Comer doce, seja aqualidade qual for, Neste mesmo Districto ficão tão bem as ricas Minas de Outro, de que logo te noticiarei. (VILHENA, 1802, XIX, fl. 399)

A abundância das águas e a fertilidade das terras são enfatizadas por Vilhena. Assim como no Documento de nº 40, o cronista detalha o consumo da cana-de-açúcar nos sertões e fica claro que a rapadura era produto popular no interior brasileiro, “sem o qual como que não podem passar seus habitantes”. Vilhena enfatiza o gosto dos habitantes do Brasil por qualquer tipo de doce. Quanto às ricas minas de ouro, mais adiante, na Carta XIX, o autor prossegue afirmando que muito mais utilidade se poderia tirar das minas dos Cariris Novos se fossem cultivadas com as devidas regras, resguardando os prejuízos à Coroa, provocados pela

negligencia crassa e ladroeira summa com que forão trabalha das, na apuração do ouro, na falta do seguimento das betas, na imperiça dos mineiros, na sofreguidade de huns, ena mesquinhez de outros, deixando de lucrar muito, pornão terem annimo de perder pouco. (VILHENA, 1802, XIX, fl. 409)

O autor do documento de nº40, logo após a descrição do sítio dos Cariris, encerra sua missiva. As duas últimas páginas são dedicadas aos indígenas, nas quais o autor traz uma relação de nomes de algumas tribos, ou em seus dizeres, “Nomes de Naçoens de Gentios, que tenho noticia habitão ou habitavão nas Vezinhancas do Rio Doce”. (DOCUMENTO 40, [17--?], fl. 42) Apresenta três listas das possíveis nações: os que habitam às margens do rio Doce (Pindí, Àtarari, Malali, Croás, Cropos, Buticudos, Maruaia, Panhame, Tambacor); os vizinhos do Rio S. Mateus (Copoxi, Maxacali, Abocaxó, Mundaxó, Cumanaxo, Macuinin, Curuxu, Tabacuri, Apinxo, Buticudos); por fim, os vizinhos que habitavam os sertões

da Ressaca (Mongoyó, quase extintos, Eeyó, Caniyó, Ariyó e os Toconhos, que viviam ao sul do Rio Jequitinhonha). (DOCUMENTO 40, [17--?], fl. 41-42) Na Carta XVI, Vilhena descreve os habitantes indígenas que vivem próximo aos rios que banham a Comarca do Espírito Santo, e os mesmos nomes se encontram na descrição do cronista. (VILHENA, op. cit., p. 559)

O manuscrito da Coleção Linhares aborda assuntos variados, mas tem uma particularidade; os relatos parecem ser conduzidos pelas descrições hidrográficas, dado o grande número de rios descritos, como por exemplo o S. Francisco, o Jequitinhonha, o das Antas, o Otinga, o Belmonte, o Quente, o Vaza Barris, o Doce, os quais servem para deslocamento de madeiras, para transporte e comércio. As descrições contemplam características dos rios conforme se vê, por exemplo, ao citar o rio Quente:

(...) Diante desta fazenda da outra parte do rio Itapicurú ha outra fazenda de gados chamada, a vargem de João d'Antas; junto as cazas da morada passa hum riacho chamado o riacho da vargem, cuja agoa he igualmente quente em todo o tempo; Vai este percipitarse no mencionado rio Itapicuru; e chamão lhe vulgarmente o rio quente, pello quazi intoleravel calor, que em si concerva a terra mesmo debaixo da agoa.

(DOCUMENTO 40, [17--?], fl. 6)

É importante ressaltar que as águas termais eram utilizadas para uso medicinal, para curar moléstias, como o próprio Vilhena afirma. Podemos verificar a semelhança de informações, observando a citação abaixo:

(...) Diante desta Fazenda da outra parte do rio Itapicurú ha outra Fazenda chamada a Vargem de João d'Antas, e junto às cazas demorada desta fazenda passa hum riacho chamado tão bem da vargem, cuja agoa corre actualmente quente, e por isso se chama o rio naquella pagem em que elle vai dezaguar, o rio quente.

Neste sitio debaixo ainda da agoa conserva sempre a terra hum calor sensível, bastante.  
 (VILHENA, 1802, XVI, fl. 341)

A relação entre as duas citações é nítida: o nome do rio, do riacho, sua localização, sua característica termal. Na Carta XVI, Vilhena afirma que as notícias sobre o rio Quente estão associadas a um “sujeito cordato, e instruido, que ali/ tomou banhos, não por molestia, mas por costume, e/ regalo, que todos os Brazilanos não podem dispençar”. (VILHENA, 1802, XVI, fl. 341) E no documento de nº 40 afirma que ouviu esta “noticia de pessoa digna de todo o credito, que mea/ ceverou haverse banhado nestas agoas”. (DOCUMENTO 40, [17--?], fl. 6) Na continuação da descrição da Comarca de Sergipe d’El Rey, o texto do documento de nº 40 descreve a localização e a presença de outros rios importantes que passam pela Comarca. Também é digna de nota a descrição do rio São Francisco:

(...) O que sobe das trinta legoas para o Certaõ atheir terminar no Nillo do Brazil, o famozo Rio de S Francisco, se po de ver, aindaque em menor ponto naplanta, que junto, e comprehende da Bahia athe a Villa da victoria, e da margem do mar athe omenciona do Rio de S Francisco, com exaccção amaioir a que se pode ter chegado.  
 (DOCUMENTO 40, [17--?], fl. 3)

O autor do documento nº 40 sinaliza que a carta vem acompanhada por uma planta, mostrando os limites do rio que vai da Bahia até a Vila da Vitória, mas tal planta não acompanha o manuscrito. Esta referência ao rio Nilo, também aparece na carta XVI de Vilhena, quando o autor trata dos limites da Comarca Sergipe d’El Rey:

quando pello Norte confina toda com a Capitania de Pernambuco, servindolhe de limites o grande Rio de S. Francisco, de que amargem meridional he

igualmente povoada de famozas fazendas degados  
athe perto da decantada Cachoeira de Paolo Afonço  
com quem as catadupas do Nillo não poderão, talvez  
com petir.  
(VILHENA, 1802, XVI, fl. 328)

O professor descreve o percurso do São Francisco ao Norte com a Capitania de Pernambuco, e ressalta a magnitude do rio e sua força, que produzem as quedas da cachoeira de Paulo Afonso, tão grandiosas ou talvez mais grandiosas do que as do próprio rio do Egito. Note-se que, tanto no Documento de nº40 quanto na Carta XVI, o rio de São Francisco merece destaque, principalmente em relação à sua localização, seu percurso pelas comarcas da Bahia, Sergipe d'El Rey, Espírito Santo, Jacobina. A denominação de “o Nilo do Brasil” também é referida por Vilhena em sua dedicatória ao interlocutor Patrífilo, o Conde de Linhares: “O curso que O grande Rio de S. Francisco, a que podemos bem cha/mar o Nillo do Brasil, traz de Minas Geraes athé a sua barra no mar/ alguns arrayes, Igrejas, Missoens”. (VILHENA, 1802, Dedicatória, fl. 4)

A partir dos exemplos, se faz necessário uma reflexão sobre a relação que podemos estabelecer entre os documentos e a memória, seja a memória pessoal ou a coletiva. Sabemos que Vilhena perdeu parte dos seus registros em um naufrágio e por isso se utilizou da memória para terminar a composição de suas cartas. Em outro âmbito, é preciso considerar as premissas de Michael Pollak ao tematizar a questão da memória, visto que ela se liga a fatos sociais, nesse caso, se relaciona ao coletivo.

memória coletiva de um determinado grupo,  
uma memória estruturada com suas hierarquias e  
classificações, uma memória também que, ao definir  
o que é comum a um grupo e o que o diferencia  
dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos  
de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais.  
(POLLAK, 1989, p. 3)

A citação aponta o fato de a memória estar relacionada ao pertencimento do indivíduo a um local. O autor do documento descreve as localidades e suas considerações acerca dos seguintes fatos: economia, população, hidrografia, sociedade, tópicos vinculados ao coletivo. Sabemos que Vilhena aborda a Capitania da Bahia, mas também do Ceará, de Minas Gerais, entre outras que mais se destacaram social e politicamente, as quais mereceram a atenção do professor. E, no documento nº 40, percebemos que o autor também trata dessas localidades e apresenta reflexões parecidas, com alguns trechos idênticos.

Relevante são as indicações de fontes ou informantes para dar credibilidade às informações apresentadas. Percebe-se que alguns dados e relatos das Cartas de Vilhena e do documento de nº 40 são resultado de descrições de pessoas, que viajaram para as áreas descritas: “sugeitos que tem pizado pellos paizes do B[r]azil” (DOCUMENTO 40, [17--?], fl. 1); “sugeitos, que tinhão transitado, e assistido naquelles mesmo sítios e paragens” (DOCUMENTO 40, [17--?], fl. 1); não podendo os autores conferir todas as informações, pois não presenciaram de fato, mas se amparam em testemunhos alheios.

No entanto, em certos momentos, a credibilidade do relato está pautada na palavra do autor, na perícia de coletor de informações que as transcreve com um caráter testemunhal que não deve ser desconsiderado. Tomemos como exemplo, o autor do documento de nº40 ao afirmar que comparou as notícias com outras que tinha em seu poder, mas

Tenho comtudo a Certeza deque todas, e quaesquer Cartas geograficas, que aparecerem do interior destes paizes, são são todas ellas feitas por informaçoens, enenhuma debaixo dos rigoro zos preceitos da Geometria, motivo por que não serão as minhas plantas menos dignas de credito do que as de Outros. (DOCUMENTO 40, [17--?], fl. 1-2)

O tom crítico do autor da missiva é uma estratégia para defender o crédito das plantas geográficas que compôs para anexar ao texto do manuscrito. E Vilhena, na Carta XVI, apresenta um trecho semelhante em relação às notícias que chegaram aos seus ouvidos: “Bem sei eu que com/ ella não ficará a tua Coriozidade muito satisfei/ta, tu porem sabes as poucas correlaçõens quete/ nho comquem me forneça materia para amplia/llas”. (VILHENA, 1802, XVI, fl. 310) O professor, justifica-se, afirmando que não teve como ampliar as informações escritas anteriormente.

Parece oportuna uma alusão ao que Marc Bloch (2002) aponta, em *Apologia da História*, em relação ao método crítico, a diferença entre ceticismo e credulidade, os quais têm um papel fundamental na concepção crítica dos testemunhos e/ou relatos, que podem ou não ser verídicos; é preciso fazer uma triagem e seguir certas regras no processo de análise dos documentos, através do método indutivo, e do “bom senso”. Seguindo a concepção proposta por Bloch (2002), o “bom senso”, o uso das técnicas e das regras de observação históricas possibilitam tanto a edição quanto a busca pela veracidade de um documento. Pensando no caráter testemunhal do cronista colonial, o teor retórico e as estratégias de convencimento servem para reforçar informações, mesmo que estas sejam decorrentes do gosto pessoal pela busca de ‘curiosidades’. Informações que podem reforçar a credulidade do que é relatado. Como afirma Vilhena, em suas *Recopilação*, quando reúne desenhos, mapas, plantas geográficas e descrições que anexou às cartas: “alem destas eu te/ enviara algumas outras curiozidades deste genero, que para meu re/creio alcancei”. (VILHENA, 1802, Dedicatória, fl. 3)

Já o autor do documento nº 40 inicia sua missiva com justificativa semelhante: “confesso com toda a/ ingenuidade, que escrevo unicamente para meurecreio”. (DOCUMENTO 40, [17--?], fl. 1) Apresenta indícios do que deixou de revelar em outros documentos, como no trecho: “Nenhuma das couzas

que houve por noticia deixei decombinar com outras muntas noticias, havidas por diversas partes”. (DOCUMENTO 40, [17--?], fl. 1) Percebe-se ainda que o autor se justifica pela escrita desse documento como forma de “matar a curiosidade”, tanto dele próprio (“deque aminha Coriozidade tem colhido as plantas curiosas/ q<sup>e</sup> conservo”, DOCUMENTO 40, [17--?], fl. 1), como também de seu destinatário (“a cauza pois de não deixar só em mim as coriozidades”. (DOCUMENTO, [17--?], fl. 2)

### *Algumas considerações finais*

Apresentamos aqui as preliminares de uma pesquisa em andamento que busca estabelecer a edição diplomática de um documento da Coleção Linhares, o documento de nº 40. Além da busca de informações sobre o contexto social, sobre dados históricos, a comparação entre os manuscritos foi fundamental para aventarmos a hipótese de que o manuscrito anônimo é de autoria de Luiz dos Santos Vilhena.

Quanto à motivação do autor para a produção desse documento, por hora, só temos algumas suposições do porquê deste documento ser escrito: resumo, rascunho, um esboço dos textos que Vilhena perdeu no naufrágio,<sup>12</sup> um panorama de todas as cartas com um outro destinatário, entre outras. Por fim, há que se perguntar se o manuscrito nº 40/CL pode se tratar de uma cópia das cartas, que sofreu modificações endógenas, as quais, de acordo com César Cambraia, “são aquelas que derivam do ato de reprodução do texto em si, ou seja, do processo de realização de sua cópia em um novo suporte

---

12 Durante uma viagem pela Barra do Rio Sergipe, a embarcação que Vilhena navegava naufragou. Sobre as dificuldades de navegação na barra do rio Sergipe ver Fonseca (2015). Outro relato que vale a pena é o de José Antônio Fernandes em *Informações sobre a Província de Sergipe em 1821*, em que relata a intensidade e força das águas do outrora Serigy e o fato de que o autor também perdeu documentos em um naufrágio no mesmo local.

material". (CAMBRAIA, 2005, p. 6) Mesmo que a citação se refira particularmente a casos de edição, sabemos que no século XVIII era comum o próprio escritor fazer cópias, rascunhos que eram modificados, eliminados, acrescentados, com o fim de se chegar a uma escrita finalizada ou a uma composição definitiva da obra. Os manuscritos que compõem a *Recopilação das Notícias Soteropolitanas* apresentam em algumas cartas como a primeira (I) e a última (XXIV) uma escrita mais bem acabada em termos grafológicos, um cuidado maior com o alinhamento de cada letra e palavra do que em outras missivas. Soma-se a isso o fato de que as Cartas foram redigidas no decurso de quatro anos, permitindo ao autor rever, reescrever alguma missiva anteriormente redigida, até formar os três tomos de sua obra.

De qualquer modo, o estudo de um documento antigo revela traços importantes da história do Brasil, por conter informações do período colonial repassadas por cronistas como Luiz dos Santos Vilhena. A descoberta de um documento que aumente o conhecimento acerca do país, ou de determinadas regiões em um dado momento, pode contribuir para um maior conhecimento da história brasileira. Por isso mesmo a atualização de documentos históricos através da edição, enriquece os estudos histórico-filológicos, pois desempenha o papel primordial de trazer à luz informações relevantes, que, muitas vezes, foram esquecidas do ponto de vista historiográfico.

Nesse sentido, o documento de nº 40 da Coleção Linhares pode trazer novos elementos sobre o contexto social e histórico do Brasil. Mesmo que se conclua que as cartas de Vilhena e a missiva do documento não tenham sido compostas no mesmo ano ou década, um documento sempre tem relação com outros textos, é o que afirma Bernardi (1986):

considerada na sua historicidade, é a perquirição metalinguística, que se reflete, não na superfície polida de um texto, mas nos seus meandros e nos



seus avessos, e no incessante diálogo que um texto mantém com outros textos, e a cada texto com a sua lição subsequente. (BERNARDI, 1986, p. 44)

O estudo e edição que recupere um documento importante para o campo da historiografia brasileira, por apresentar um recorte da história de Sergipe d'El Rey, como da Bahia e de outras localidades do Brasil, possibilita estudar a memória de um povo, “numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade”. (POLLAK, *op. cit.*, p. 4) Ou seja, o documento parte da memória individual do autor, mas representa o coletivo, descreve características de uma sociedade (solidificados pela duração e época em que ocorreram).

O contexto de produção das Cartas de Vilhena é que nos permitiram encontrar, entre inúmeros outros documentos da Coleção Linhares, o manuscrito que apresentamos aqui. Ao pesquisar documentos do século XVIII que abordassem a capitania de Sergipe, ele apareceu, e somente com um pequeno verbete, surgindo assim, algumas dúvidas e lacunas que possibilitaram nossa investigação. Investigar o porquê de ele estar ali, contestar informações, possibilita esclarecer dúvidas e dialogar com elementos que ultrapassam o documento, através da observação do contexto social-econômico-administrativo brasileiro no final do século XVIII.

## REFERÊNCIAS

### Manuscritos

BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO. *Anotações referentes a Bahia*. mss1458017 (I-29,19,40), [S.l.; s.n.],[17--?]. 42 p. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1458017/mss1458017.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1458017/mss1458017.pdf).

VILHENA, L. S. *Recopilação de notícias Soteropolitanas e Brasília*s. t. I. Salvador, BA: [s.n.], 1802. 168f, il. pb. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1304880/mss1304880.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1304880/mss1304880.pdf).

VILHENA, L. S. *Recopilação de notícias Soteropolitanas e Brasília*s. t. II. Salvador, BA: [s.n.], 1802. f. 168-304, il., pb. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1304879/mss1304879.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1304879/mss1304879.pdf).

VILHENA, L. S. *Recopilação de notícias Soteropolitanas e Brasília*s. t. III. Salvador, BA: [s.n.], 1802. f. 310-414, [100]f, il., pb. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1304881/mss1304881.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1304881/mss1304881.pdf).

VILHENA, L. S. *Recopilação de notícias Brasília*s contidas em três cartas. *Bahia [Salvador, BA]: [s.n.], 1802. 137f, il., pb. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo\_digital/div\_manuscritos/mss1304877/mss1304877.pdf*.

### Livros e artigos

AMARAL, B. Prefácio. In: VILHENA, L. S. *A Bahia no século XVIII*. Apresentação de Edison Carneiro. Notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Editora Itapuã, 1969. p. 1-13.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Inventário de Documentos da Secretaria de Governo da Capitania de São Paulo*. São Paulo, (1721-1823).

BASSETO, B. F. O trabalho filológico. *In*: BASSETO, B. F. *Elementos de Filologia Românica*. São Paulo: Edusp, 2005. p. 43 – 62.

BERNARDI, R. M. De Joaquim a Virgem Louca, Loucos Beijos – A trajetória de Dalton Trevisan, um escritor que se revê. *In*: WILLEMART, P; BRANDÃO, R. O.; LOPES, T. A. *1 encontro de crítica textual: O manuscrito Moderno e as edições*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – Cidade Universitária, 1986. p. 41-47.

BLOCH, M. L. B. *Apologia da História, ou ofício do historiador*. Prefácio de Jacques Le Goff, apresentação de Lília Moritz Schwarcz, tradução de Andre Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTRO, H. História Social. *In*: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 45-60.

FALCON, F. História e Poder. *In*: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 61-90.

FERNANDES, J. A. Informações sobre a Província de Sergipe em 1821. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, t. LV, p. 1, p. 261-265, 1892.

FONSECA, F. S. *Febres e Fraudes na vila do Lagarto: apontamentos para o estudo da história de Lagarto*. Aracaju: Infographics, 2015.

GAULD, C. A. José Carlos Rodrigues, O Patriarca da Imprensa Carioca. *Revista de História*, São Paulo, v. 7, n. 16, p. 427-438, 1953.

GOMES, A. O. Dois Documentos Esclarecedores: A propósito de “Breviário da Bahia”, de Afranio Peixoto. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, julho de 1945, edição 00247 (1).

Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_13&pesq=Anfr%C3%ADsia%20Santiago](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&pesq=Anfr%C3%ADsia%20Santiago)

HANSEN, J. A.; MOREIRA, M. *Para que todos entendais: poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra: letrados, manuscritura, retórica, autoria, obra e público na Bahia dos séculos XVII e XVIII*. v. 5. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

JOBIM, L. Vilhena e o século das luzes. In: JOBIM, L. *Ideologia e Colonialismo: um estudo sobre o pensamento político e econômico no Brasil setecentista*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985. p. 62-83.

JOBIM, L. Notas para um estudo de historiografia colonial. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, n. II, p. 249 -279, 1982.

LOSE, A. D.; TELLES, C. M. Sobre a Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia, apenas uma crônica de José Antônio Caldas? *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, 2 (2), p. 198-213, 2016.

MEGALE, H.; TOLEDO NETO, S. A. (org.). *Por minha letra e sinal: Documentos do ouro do século XVII*. Cotia SP: Ateliê Editorial, 2005.

MENDES, M. R. B. A importância da epistolografia nos projetos estéticos dos anos de 1900. *Verbo de Minas*, Juiz de Fora, v. 13, n. 22. p. 5 – 15, ago./dez. 2012 – ISSN 1984-6959.

MENDES, S. T. P.; OLIVEIRA, C. B. A transcrição de um Manuscrito Eclesiástico Setecentista para a Pesquisa na Área de Linguística Histórica. *E-hum Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte*, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 18-25, 2016.

MOTA, C. G. Formas de pensamento intermediárias. O caso típico: Vilhena, colono ilustrado. *A idéia de Revolução no Brasil e outras idéias*. São Paulo: Editora Globo, 2008.

MOTTA, R. S.. *Culturas políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RODRIGUES, J. C. *Catálogo anotado dos Livros sobre o Brasil e de alguns Autographos e Manuscriptos pertencentes a J. C. Rodrigues*. Rio de Janeiro: Typographia do "Jornal do Commercio", 1907.

VILHENA, L. S. *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasíliaes*. Apresentação, notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1921. 3 v.

VILHENA, L. S. *A Bahia no século XVIII*. Apresentação de Edison Carneiro. Notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Editora Itapuã, 1969.



# ÍNDICE REMISSIVO

---



**A**

- Academia das Ciências 44, 102, 127
- Africanos 25, 148
- Agricultura 44, 49, 91, 93, 122, 138, 141, 150, 153, 154, 182
- Aleteya 24, 99, 102, 122, 180
- Alexandre 21
- Alvará 44, 58
- Amaral, Braz do 15, 21, 26, 34, 45, 48, 51, 60, 99, 118, 135, 170
- América 98, 122, 132, 134, 137, 138, 141, 157, 174
- Anacreonte 109, 110
- Anais da Biblioteca Nacional 136
- Angola 138, 147
- Antigos 62, 100, 101, 105, 106, 107, 109, 111, 124, 133, 137, 140, 141, 142, 143, 146, 158, 160, 161, 175, 176, 179, 191
- Antiguidade 21, 22, 23, 24, 100, 101, 102, 103, 107, 110, 115, 116
- Antônio Gonçalves Dias 135
- Artes 101, 107, 108, 118, 120
- Assis, Machado de 101
- Aulas régias 44, 56, 132
- Autoria 167, 169, 174, 176, 180, 190

**B**

- Bahia 21, 24, 25, 27, 28, 35, 36, 37, 43, 44, 46, 47, 48, 51, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 74, 75, 90, 91, 92, 97, 98, 100, 102, 104, 107, 115, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 147, 148, 150, 151, 152, 155, 156, 159, 167, 168, 170, 171, 173, 175, 177, 181, 182, 186, 187, 188, 192
- Baía de Todos os Santos 24, 25, 44, 90, 98, 107, 108, 136
- Batismo 9, 53, 76, 80, 81



- Bethânia, Maria 100
- Bíblia 115, 126
- Biblioteca 51, 60, 64, 136, 167, 170, 171, 172, 174, 175
- Biografia 13, 22, 25, 41, 45, 46, 168
- Brasil 21, 24, 27, 28, 29, 35, 37, 38, 43, 44, 45, 48, 49, 58, 72, 73, 75,  
90, 92, 93, 99, 100, 102, 105, 109, 116, 122, 135, 138, 140, 141,  
143, 144, 150, 153, 154, 158, 159, 169, 173, 174, 175, 177, 184,  
187, 191, 192
- Basílica 24, 44, 70, 98, 104, 119, 124, 125
- C**
- Cadeira (régia) 35, 37, 43, 46, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 75, 89,  
102, 103, 134, 169
- Calmon, Pedro 73
- Caminha, Pero Vaz de 103
- Cana-de-açúcar 45, 49, 183
- Capital 50, 60, 64, 66, 73, 74, 75, 91, 100, 149, 150, 155
- Capitania 35, 37, 44, 48, 63, 66, 71, 74, 90, 91, 92, 93, 108, 133, 134,  
135, 136, 141, 142, 143, 144, 150, 151, 155, 158, 159, 192
- Captatio benevolentiae* 104, 119
- Cariris 92, 182, 183, 184
- Carlos Guilherme Mota 26, 45, 179
- Carta(s) 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 35, 36, 37, 44, 45, 48,  
51, 60, 62, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 89, 90, 93, 97, 99, 102,  
104, 108, 109, 115, 117, 119, 122, 124, 133, 138, 140, 141, 150,  
167, 168, 169, 170, 174, 175, 177, 180, 186, 187, 189, 190, 191
- Ceará 92, 118, 171, 177, 182, 183, 188
- César 21, 136, 190
- Cícero, Marco T. 24, 109, 119, 120, 121
- Científico 17

Clássicos 16

Coimbra 38, 52, 60, 61, 63, 64, 66, 102, 140

Coleção Linhares 165, 167, 171, 172, 178, 179, 180, 181, 185, 190,  
191, 192

Colégio 51, 59, 62, 63, 66, 67

Coletânea 120

Colonial 70, 95, 174

Colonialismo 49

Colônia(s) 34, 36, 43, 44, 59, 65, 93, 102, 122, 133, 138, 139, 141, 149,  
153, 154, 158, 168, 170, 175

Colonização 143, 144, 146, 150, 152, 158, 173, 179

Comarca 142, 171, 177, 180, 182, 183, 185, 186

Comércio 46, 150, 153, 173

Companhia de Jesus 58

Contexto de produção 192

Contexto histórico 139, 159, 175, 176, 177, 179

Contexto social 168, 179, 190, 191, 192

Convento 47, 50, 67

Coroa Portuguesa 51, 168

Costa da Mina 49

Costumes 36, 91, 93, 179

Cratipo 22

Creta 107, 108

Crítica (textual) 34, 39, 71, 90, 91, 113, 127, 145, 156, 158, 173, 176,  
189, 194

Crônica 95

Cronista 25, 33, 36, 37, 44, 45, 46, 54, 61, 69, 70, 75, 100, 102, 104,  
109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 119, 120, 122, 123, 158,  
179, 184, 185, 189

Cultura 24, 25, 26, 27, 28, 58, 61, 99, 100, 104, 110, 140, 144, 146,  
153, 168, 171, 176, 177, 183

Cultura clássica 24

## D

Decreto 52

Decreto-Lei 52

Dédalo 107, 108

Dedicatória 104, 187, 189

Destinatário 24, 25, 27, 30, 35, 104, 111, 190

Diálogo 24, 39, 103, 104, 107, 110, 112, 113, 122, 192

Diomedes (herói grego) 106, 107

D. João 34, 44, 57, 61, 64, 69, 78, 99, 104, 109, 111, 112, 133, 170

Doce 110, 147, 183, 184

Docente 27, 33, 57, 59, 61, 62

## E

Economia 154

Edison Carneiro 21, 26, 34, 45, 49, 51, 77, 78, 99, 118, 128, 164, 170,  
178, 179, 193, 196

Educação 46, 136, 169

Elite 136, 139, 140

Emanuel Araújo 45, 77, 78, 144, 153

Epistolar 24, 35, 46

Escolas menores 57, 63

Escravidão 28, 49, 148, 149

Escravizados 28, 29, 50

Escravos 23, 48, 49, 90, 118, 139, 147, 148, 149, 178

Espírito Santo 92, 141, 177, 185, 187

Europa 147, 154, 155, 173  
Exército 55

## **F**

Fernão de Oliveira 103  
Ficção 24  
Ficcional 107  
Filológico 167, 176  
Filopono 24, 25, 27, 28, 37, 70, 74, 99, 104  
Filosofia 136  
Fome 36, 144, 152, 156  
Francesco Grimaldi 117  
Francisco Ferreira Paes da Silveira 66

## **G**

Genealogia 106  
Geografia 24  
Governador 63, 66, 67, 93  
Gramática Latina 58, 59, 136  
Grécia 23, 108, 109  
Greco-latina 25, 38, 100  
Gregos 97, 101, 104, 140  
Guerra(s) 105, 106, 107, 110, 114  
Guerreiros 106  
Guiné 64, 147

## **H**

Heródoto 22  
História 21, 22, 27, 39, 41, 70, 74, 90, 104, 119, 124, 135, 167, 168,  
189

História Brasileira 70, 104, 119, 124  
Historiadores 21, 22, 23, 45, 71, 92, 176  
Historiografia 70  
Homero 21, 107, 109, 110  
Horácio 122, 123  
Houaiss 98  
Humanidade 23, 121

## I

Ideias 35, 37, 43, 57, 61, 100, 108, 111, 114, 133, 134, 135, 139, 141,  
142, 143, 145, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159,  
168, 177, 179, 183  
Ideias colonialistas 142  
Ideias europeias 139  
Ideias liberais 143, 154, 179  
*Ilíada* 107, 110  
Iluministas 169  
Ilustração 30, 45, 132, 179  
Ilustrado 129, 137  
Império 48, 132, 133, 138  
Imposto 156  
Indígena 146  
Inglaterra 154, 173  
Ingleses 140, 148, 173  
Isócrates 24, 109

## J

Jesuítas 43, 57, 58, 66, 91, 92, 169  
Jornal 140

José da Silva Lisboa 37, 62, 63, 64, 140

José Honório 26, 28, 45, 46, 135

José Honório Rodrigues 135

Jubilação 29, 56, 136

## L

Latim 34, 46, 55, 61, 62, 64, 101, 103, 116, 117, 119, 122, 124, 134,  
140, 168

Leopoldo Jobim 35, 45, 49, 52, 70, 169

Letras 27, 33, 51, 52, 64, 100, 170, 215

Liberal 61, 140, 142, 148, 155, 156, 158

Liberalismo 154, 159, 179

Liberdade 30, 115, 116, 148, 153, 154, 155, 158, 173

Língua 24, 59, 103, 134, 136

Linhares, Conde de 165, 167, 170, 171, 172, 174, 175, 178, 179, 180,  
181, 185, 187, 190, 191, 192

Lisboa 24, 37, 44, 48, 53, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 73, 75, 93,  
102, 134, 135, 137, 139, 140, 159

Lisboa, José da Silva 37, 62, 63, 64, 140

Literatura 13, 35, 37, 39, 109, 124, 140, 215

Luso-brasileira 133, 149, 174

Luzes 52, 61, 140, 157

## M

Majestade 56

Manuscrito 33, 34, 39, 51, 53, 92, 118, 135, 165, 167, 168, 170, 171,  
172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 185, 186, 189, 190,  
192, 194

Marcos Antônio Souza 37, 38, 48, 129, 131, 132, 133, 135, 142, 150,  
156, 159

- Maria Antonia Santos Vilhena 28, 29, 30, 35, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 66,  
75, 178
- Maria I 34, 45, 52, 60, 61, 62, 64
- Memória 41, 100, 132
- Mentira 105
- Metáfora 72
- Metrópole 133, 153
- Militar 16, 55, 57, 62, 91, 106, 134
- Minas Gerais 92, 138, 171, 177, 182, 188
- Mineral 72, 92, 109, 138
- Ministro 43, 44, 45, 57, 58, 69, 74, 170
- Missiva 124, 168, 173, 182, 184, 189, 191
- Moçambique 138
- Modernidade 22
- Modernização 45, 132, 133, 138, 149
- Moderno 132
- Moléstias 55, 56, 91, 115, 185
- Mulher(es) 23, 29, 30, 36, 46, 53, 54, 66, 75, 107, 115, 116, 126

## N

- Narrativa 22, 23, 25, 27, 28, 30, 145, 147, 155, 157
- Natureza 108
- Negros 50, 148, 151
- Nilo (rio) 37, 186, 187
- Nobres 59
- Notícias 33, 44, 48, 69, 70, 75, 92, 97, 102, 104, 111, 112, 120, 121,  
123, 124, 132, 134, 168, 170, 172, 174, 177, 181, 183, 191

## O

Óbito 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55

Obras 26, 35, 37, 101, 112, 113, 114, 115, 150, 173, 175

Odisseu 107

Original 174

Ouro 180

## P

Países 153

Paleografia 175

Panteão 102, 105, 110

Pará 93, 171

Paraíba 93

Pátria 109

Patrífilo 74, 99, 124, 133, 187

Patrimônio 174

Pernambuco 37, 93, 152, 186, 187

Pérsio 121, 122, 123, 124

Pitta, Rocha 50

Plantas 24, 69, 70, 92, 182, 188, 189, 190

Platão 119, 120, 121

Plutarco 21, 23, 24, 25, 109

Pobres 116, 131, 144

Poeta 47, 98, 109, 118, 122

Política 154

Político 28, 35, 47, 75, 136, 137, 138, 139, 154, 169, 173

Pombal, Marquês 34, 43, 57, 61, 140, 169, 177

População 143

Porto Seguro 92, 177, 182



Portugal 27, 28, 29, 34, 38, 43, 44, 52, 55, 59, 60, 61, 63, 64, 67, 68,  
72, 73, 74, 75, 132, 134, 136, 146, 153, 154, 158, 159, 168, 169,  
174, 177, 179

Povo 36, 73, 91, 98, 100, 103, 139, 147, 152, 192

Príncipe 24, 34, 69, 72, 74, 99, 170

Professor(es) 24, 44, 50, 58, 60, 64, 65, 66, 68, 76, 91, 102, 132, 136,  
163, 169

Propriedade 144, 145, 146, 149, 151

Proprietário 29, 50, 145

Pseudônimo 35, 99, 102

## Q

Quintiliano 105

## R

Rainha 62

Real 58, 59, 62, 63, 64, 65, 69, 91, 150, 152, 153, 156, 170, 171, 172,  
173, 181, 182

Real Fazenda 64, 91, 153, 171, 172, 173, 182

Real Mesa Censória 58, 59, 63

Real (rio) 152, 156

Recepção 95

Recopilação 44, 69, 134, 168, 174, 183, 189, 191

Reforma agrária 93

Reforma pombalina 34, 38, 43, 57, 58, 65

Reformismo 129, 137

Rei 142

Relato 37, 43, 69, 71, 72, 102, 104, 188, 190

Renascimento 119, 121

República 28, 35, 131  
Retórica 58, 136  
Revolução 139  
Rio de Janeiro 16, 48, 64, 74, 75, 138, 173  
Riqueza 147  
Rodrigo de Souza Coutinho 44, 45, 67, 68, 69, 99, 104, 133, 136, 157,  
163, 170  
Rodrigo José de Menezes 63, 66  
Roma 22, 23, 100

**S**

Salário 48, 67, 68, 70  
Salvador 21, 24, 25, 26, 29, 33, 36, 37, 43, 44, 46, 48, 51, 66, 67, 74,  
75, 89, 90, 98, 100, 102, 115, 134, 135, 136, 139, 152, 158  
Santiago de Cacém 47, 52, 53, 55, 56, 134, 168  
São Francisco (rio) 36  
São Paulo 74, 92, 115, 138  
Sebastião José de Carvalho e Melo 43  
Sêneca 24, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 119, 123  
Sergipe 28, 33, 34, 37, 38, 39, 48, 92, 129, 131, 132, 133, 136, 137,  
141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 150, 152, 154, 158, 159, 167,  
171, 172, 177, 180, 186, 187, 190, 192  
Sertão 172  
Símbolos 103, 181  
Símbles 103  
Sistema colonial 139, 141, 142, 143, 154, 158, 173  
Smith, Adam 140, 147, 148, 155, 158  
Social 38, 52, 62, 132, 135, 141, 145, 146, 148, 159, 168, 178, 179,  
188, 190, 191, 192  
Soterópolis 25, 28, 30, 98

Soteropolitano 27, 33, 36, 98, 146, 147, 154

Subsídio Literário 67, 68

## T

Tebas 98

Técnicas 45, 150, 176, 189

Tertuliano 116

Testemunha 136

Testemunho 23, 25, 59

Trabalhadores 49, 50, 147, 148

Tradição 24, 49, 70, 121, 122, 159

Troia 105

## U

Utilidade 66, 105, 108, 114, 146, 157, 184

## V

Vegetal 92, 109

Veloso, Caetano 100

Verdade 25, 50, 52, 74, 99, 102, 105, 122, 123, 149, 153, 182

Verdadeiro 35

Veríssimo 24, 99, 102, 122

Vidas Paralelas 23

Vigário 47, 48, 53, 135, 136, 147

Vila 52, 56, 60, 134, 172, 186

Vilhena, Luiz dos Santos 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36,  
37, 38, 39, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55,  
56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74,  
75, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 95, 97, 98, 99, 102,

103, 104, 105, 106, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117,  
118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 129, 131, 132, 133, 134, 135,  
136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 150, 151,  
153, 155, 156, 157, 158, 159, 165, 167, 168, 169, 170, 172, 173,  
174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188,  
189, 190, 191, 192





## SOBRE OS AUTORES

---



**Luciene Lages Silva** é Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008). Atualmente, é professora de Estudos Clássicos do curso de Letras da Universidade Federal de Sergipe, Campus Itabaiana. De 2007 a 2013, atuou como professora do curso de Letras Clássicas da Universidade Federal da Bahia. Tem experiência na área de Letras e de Estudos Clássicos. Desenvolve pesquisas com ênfase no teatro clássico, recepção dos clássicos (teatro, cinema, memórias coloniais) e edição de textos. Em 2017, realizou seu Pós-Doutorado junto ao Centro de Estudos Clássicos de Coimbra, Portugal. Atua como colaboradora no Programa de Pós-graduação em História da UFS.

**Rogério Rosa Rodrigues** é Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008). Atua como professor do Departamento de História e dos Programas de Pós-Graduação em História e Profissional em Ensino de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) desde 2011. Em 2017, fez Pós-Doutorado no Lateinamerika-Institut (LAI) da Freie Universität, Berlim, com projeto intitulado “Entre Mundos: João Ribeiro e a historiografia brasileira em perspectiva transnacional”. Tem se dedicado a pesquisar assuntos relacionados à história pública, história da historiografia, história, literatura e arte, cultura visual e movimentos sociais, com destaque para o conflito conhecido como Guerra do Contestado. Entre suas publicações constam a organização dos livros: *Possibilidades de Pesquisa em História* (Contexto, 2017), *Nos desvãos da História: João Ribeiro* (Paco Editorial, 2015) e *Contestado: fronteiras, colonização e conflitos* (Letra & Vida, 2015)

**José Amarante** é Doutor em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (2013), onde atua como professor de Língua e Literatura Latinas na Graduação e como professor permanente de disciplinas de História da cultura escrita e Estudos de tradução, no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, onde orienta trabalhos sobre História da cultura escrita no Brasil, sobre autores da Antiguidade Tardia e sobre mitologia clássica na Idade Média.



Desenvolve pesquisas em Didática do Latim, História Social do Latim no Brasil e tradução de obras de Ausônio (séc. IV), Fulgêncio (Final do séc.V – Início do séc. VI d.C.), dos Mitógrafos do Vaticano. Em 2016, realizou seu pós-doutorado junto ao *Centro Antropologia e Mondo Antico* da Università di Siena, Itália. Entre outros trabalhos, é autor de *Latinitas: uma introdução à língua latina através dos textos* (Edufba, 2018) e *O livro de Mitologias de Fulgêncio: os mitos clássicos e a filosofia moral cristã* (Edufba, 2019).

**Antônio Fernando de Araújo Sá** é Professor Titular do Departamento de História e Permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe. Doutor em História pela Universidade de Brasília, com estágio Pós-Doutoral na Universidade Estadual de Feira de Santana (PNPD/CAPES). É líder do Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste (UFS/CNPq). Publicou, entre outros, os seguintes livros: *Combates entre História e Memórias* (Editora da UFS/ Fundação Oviedo Teixeira, 2005), *O Cangaço nas Batalhas da Memória* (Editora da UFPE, 2011) e *Os Perfeitos Técnicos da Indústria: O Sesinho em Revista* (Editora Prismas, 2017).

**Wilma Santos de Siqueira** é graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe (2019), com o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Edição Crítica de *Informações sobre a Província de Sergipe em 1821*, de autoria de José Antônio Fernandes”. Atuou como monitora da disciplina Filologia Românica e foi bolsista do CNPQ no projeto “Representações clássicas no Brasil do século XVIII: edição crítica das Cartas VIII e XVI de Luiz dos Santos Vilhena” coordenado pela professora Dra. Luciene Lages. Atualmente, desenvolve pesquisa como mestranda no Programa de Pós-Graduação em História/PRO-HIS, da Universidade Federal de Sergipe, com o projeto intitulado “Estudo filológico e edição do Manuscrito no 40 da Coleção Linhares da Biblioteca Nacional referente à Bahia”.



## COLOFÃO

Formato	17 x 24 cm
Tipografia	Optima
Papel	Alcalino 75 g/m <sup>2</sup> Cartão Triplex 300 g/m <sup>2</sup> (Capa)
Impressão do miolo	Edufba
Capa e acabamento	Gráfica 3
Tiragem	400 exemplares

Luiz dos Santos Vilhena é um personagem peculiar da nossa história. Por mais de uma década, o português viveu no Brasil, na cidade de Salvador, exercendo o magistério no antigo colégio jesuíta, no qual instruía os jovens nos estudos preparatórios para a Universidade de Coimbra. No final do século XVIII, durante 4 anos (1798-1802), se dedica a compor uma extensa obra dando notícias à Coroa Portuguesa sobre aquele 'novo mundo'. Por meio de 24 cartas, compõe um cenário da Bahia e das terras brasílicas. À forma de um cronista colonial, ele descreve, relata e reflete sobre os lugares, pessoas, limites geográficos e riquezas animal, mineral e vegetal. O presente volume reúne quatro estudos que abordam, principalmente, as relações entre memória, história e literatura na obra do cronista, trazendo outros olhares para a compreensão da visão de um homem ilustrado sobre o Brasil do séc. XVIII. Este livro é um convite para que perscrutemos, pelas ideias de Vilhena, certos rastros de nossas memórias coloniais.

